

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LINGÜÍSTICA**

**A AUTORIA NO GÊNERO DISCURSIVO *AULA*:
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**



PEDRO FARIAS FRANCELINO

RECIFE

2007

PEDRO FARIAS FRANCELINO

**A AUTORIA NO GÊNERO DISCURSIVO AULA:
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Área de Concentração em Lingüística, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dóris de Arruda C. da Cunha.

RECIFE

2007

PEDRO FARIAS FRANCELINO

**A AUTORIA NO GÊNERO DISCURSIVO AULA:
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Área de Concentração em Lingüística, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dóris de Arruda C. da Cunha

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Dóris de Arruda C. da Cunha – UFPE
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Kazuê Saito Monteiro de Barros – UFPE

Prof.^a Dr.^a Maria da Piedade Moreira de Sá – UFPE

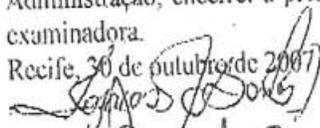
Prof.^a Dr.^a Maria Ester Vieira de Souza – UFPB

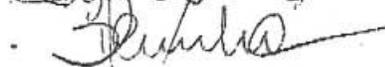
Prof.^a Dr.^a Maria Inez Matoso Silveira – UFAL

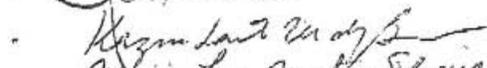
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA PARA JULGAR A TESE INTITULADA: "**A AUTORIA NO GÊNERO DISCURSIVO AULA: Uma Abordagem Enunciativa**", DE AUTORIA DE: **Pedro Farias Francelino**, ALUNO DESTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS.

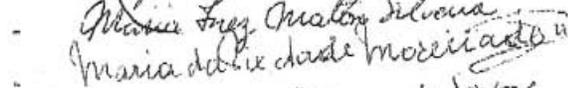
O julgamento ocorreu às 14h do dia 30 de outubro de 2007, no Centro de Artes e Comunicação/UFPE, para julgar a Tese de Doutorado intitulada: "**A AUTORIA NO GÊNERO DISCURSIVO AULA: Uma Abordagem Enunciativa**", de autoria de **Pedro Farias Francelino**, aluno deste Programa de Pós-Graduação em Letras. Presentes os membros da comissão examinadora: Prof.^o. Dr.^a. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha (Orientadora), Prof.^o. Dr.^a. Maria da Piedade Moreira de Sá, Prof.^o. Dr.^a. Kazuê Saito Monteiro de Barros, Prof.^o. Dr.^a. Maria Ester Vieira de Souza, Prof.^o. Dr.^a. Maria Inez Matoso Silveira. Sob a presidência da primeira, realizou-se a arguição do candidato. Cumpridas as disposições regulamentares, foram lidos os conceitos atribuídos ao candidato: Prof.^o. Dr.^a. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha: **APROVADO**, Prof.^o. Dr.^a. Maria da Piedade Moreira de Sá: **APROVADO**, Prof.^o. Dr.^a. Kazuê Saito Monteiro de Barros: **APROVADO**, Prof.^o. Dr.^a. Maria Ester Vieira de Souza: **APROVADO**, Prof.^o. Dr.^a. Maria Inez Matoso Silveira: **APROVADO**. Em seguida, a prof.^o. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha comunicou ao candidato Pedro Farias Francelino, que sua defesa foi aprovada pela comissão examinadora. E, nada mais havendo a tratar eu, Jozafas Ferreira dos Santos, Auxiliar em Administração, encerrei a presente ata que assino com os demais membros da comissão examinadora.

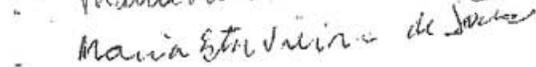
Recife, 30 de outubro de 2007











Para:

minha família;

todos aqueles a quem possa interessar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo fôlego de vida, que me permitiu, a despeito de pedras e entulhos no caminho, superá-los.

Aos meus pais, razão deste empreendimento. Na sua simplicidade, ensinaram-me valores inegociáveis, dentre os quais a educação. Obrigado pelo apoio, paciência e incentivo incondicionais.

Aos meus irmãos e suas famílias, pelos momentos de distração, de entretenimento, e também de apoio e de compreensão.

À Professora Dóris Arruda, pela competência e seriedade na orientação deste estudo, pelas leituras cuidadosas e pelos comentários sempre criteriosos. Registro, aqui, minha admiração por seu entusiasmo e paixão quando o assunto é um autor tão fascinante como Mikhail Bakhtin.

Às professoras Kazuê e Piedade, pelas observações e comentários pertinentes no exame de qualificação da tese.

Às professoras da Banca Examinadora, Maria Ester e Inez Matoso, pela leitura cuidadosa e pelas valiosas colaborações para a redação final deste texto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, sobretudo àqueles com quem tive o privilégio e o prazer de dividir o espaço de sala de aula na qualidade de aluno. Registro minha gratidão pelo conhecimento compartilhado e, mais particularmente, pelas contribuições valiosas dadas a minha pesquisa.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, de modo muito particular a Diva, Eraldo e Jozaías, pela presteza, atenção e gentileza com que sempre nos atenderam.

Aos colegas de curso, principalmente a Maria José e a Valéria, com quem dividi informações, leituras, conversas descontraídas, dúvidas, anseios, expectativas, alegrias e tristezas... Enfim! Só posso dizer que o saldo é muito positivo!

Aos colegas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFPB, pelo apoio e incentivo nessa minha jornada e, ainda, por me concederem a liberação de minhas atividades docentes durante um semestre letivo, o que me permitiu a elaboração do último capítulo da tese.

Aos amigos que acompanharam a minha labuta, alguns de perto, outros de longe, mas todos desejosos de ver meu sucesso, como Fátima Almeida, Bernardete, Sônia, Cristina Assis, Ana Aldrigue, Juciane, Dorinha, Laurênia, Roseane, Jorge, Fabiana, Leilane. Enfim, a lista é grande e, antes que eu esqueça de mais um preciso nome, ... meu muito obrigado!

Aos meus irmãos de fé, que sempre oraram por mim, para que Deus me iluminasse e me guiasse nesse longo caminho.

A todos os que colaboraram, de uma forma ou de outra, no palco ou nos bastidores, para a concretização deste projeto de vida.

Viver significa tomar parte no diálogo: fazer perguntas, dar respostas, dar atenção, responder, estar de acordo e assim por diante. Desse diálogo, uma pessoa participa integralmente e no correr de toda sua vida: com seus olhos, lábios, mãos, alma, espírito, com seu corpo todo e com todos os seus feitos. Ela investe seu ser inteiro no discurso e esse discurso penetra no tecido dialógico da vida humana, o simpósio universal.

Eu não posso me arranjar sem um outro, eu não posso me tornar eu mesmo sem um outro; eu tenho de me encontrar num outro por encontrar um outro em mim.

Mikhail Bakhtin

RESUMO

Um dos postulados de base do pensamento bakhtiniano é o de que a linguagem é uma atividade essencialmente social e heterogênea. Nesse sentido, o sujeito que aí se constitui define-se pela alteridade, numa relação intersubjetiva mediada pela pluralidade de pontos de vista caracterizadores dos lugares sociais ocupados por esses sujeitos na esfera social. Inserindo-se numa perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem, este estudo pretende investigar a constituição do sujeito autor a partir do uso que faz do discurso de outrem, analisado sob a forma dos mais variados esquemas sintático-semânticos de sua recepção/transmissão, e dos usos de enunciados *metaenunciativos*, em uma situação enunciativa específica, como a do gênero discursivo *aula*. Objetiva, ainda, observar o processo de construção do discurso do professor no desenvolvimento do evento enunciativo *aula*, procurando traçar o percurso dialógico da produção de sentidos, traduzido em uma seqüência de sobreposição de vozes que, articuladas sob as mais variadas formas, constituem o autor e seu discurso. O *corpus* consta de quatro inquéritos (aulas) extraídos do volume 2 (Elocuções Formais) do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta do Recife – NURC/RE. A escolha desses inquéritos deu-se a partir da consideração do número significativo de ocorrências de enunciados *metaenunciativos* e de outros discursos que se apresentaram no processo de construção de tais aulas, cuja observação ocorreu na fase de descrição dos dados da pesquisa. Com essa amostra, analisamos os processos de constituição/representação do sujeito no discurso mediante sua inserção na grande rede dialógica que compreende o “seu” discurso e o discurso de outrem. A perspectiva teórica adotada é a que se pauta pelos trabalhos advindos das Teorias da Enunciação de Bakhtin (1983, 2000), Bakhtin/Volochinov (1999), Volochinov (1976), Authier-Revuz (1990, 1998 e 2004) e dos postulados das Teorias do Discurso de vertente francesa, representados aqui pelos trabalhos de Brait (1997, 2001, 2005, 2006), Cunha (1992), Possenti (1995, 2001, 2002, 2003), Faraco (2001, 2002) e outros. As análises têm evidenciado que a autoria, compreendida como um fenômeno de natureza lingüística, enunciativa e discursiva, estabelece-se no gênero em análise de forma bastante acentuada e que são as relações concordantes e discordantes, estabelecidas entre o discurso do professor e os demais discursos com os quais ele mantém interação que efetivam o processo de constituição de uma subjetividade no discurso a qual denominamos de autor.

Palavras-chave: Linguagem. Enunciação. Discurso. Autoria. Gênero Discursivo. Aula.

ABSTRACT

One of the basic Bakhtin's postulate is the one which claims the language to be an activity essentially social and heterogeneous. By being so, the subject that is constituted within this language is defined by alterity, in an inter-subjective relation which is mediated by plurality of points of view that characterize the social positions taken by these subjects in society. Throughout an enunciative-discursive language perspective, this study intends to investigate the constitution of the subject-author by the use of the discourse of the other which this subject makes, analyzed as the most various and syntactic-semantic schemes of its reception/transmission, as well as the use of meta-enunciative enunciates, in certain enunciative circumstances, as it is the one of the discursive genre 'class'. It also aims at observing the process of construction of the teacher's discourse as the enunciation developing event 'class', trying to trace the dialogical track of the production of senses, translating as a juxtaposition of voice sequences, which, articulated in the various of their forms constitute the author and his discourse. The *corpus* is composed of four inquiries (classes) taken from the book 2 (Formal Elocutions) of the Urban and Cult Linguistic Standard Programme in Recife – NURC/RE. The choice of those inquiries was due to the significant number of occurrences of meta-enunciative enunciates, and other discourses which appear in the process whose observation was performed during the data description research phase of such classes. With this sample, we have analyzed the processes of constitution/representation of the subject within the discourse through his insertion in the great dialogical net which comprehends "his" discourse and the discourse of an other. The theoretical adopted perspective is the one based on The Theory of Enunciation studies by Bakhtin (1983, 2000), Bakhtin/Volochinov (1999), Volochinov (1976), Authier-Revuz (1990, 1998 and 2004) and, those postulated by The French Theory of the Discourse, here represented by Brait (1997, 2001, 2005, 2006), Cunha (1992), Possenti (1995, 2001, 2002, 2003), Faraco (2001, 2002) and others. Such a scrutiny have made clear that the authorship, comprehended as being a linguistic phenomenon of enunciative and discursive nature, is remarkably highlighted in the genre now analyzed, and that the concordant and non-concordant relations established between the teacher's discourse and those with whom he maintains interactions, are the ones which effectuate the process of constitution of a subjectivity within the discourse which we have named as author.

Key-words: Language. Enunciation. Discourse. Authorship. Discursive Genre. Class.

RESUMEN

Uno de los postulados de base del pensamiento bakhtiniano es el de que el lenguaje es una actividad esencialmente social y heterogénea. En este sentido, el sujeto que ahí se constituye se define por la alteridad, en una relación intersubjetiva por medio de la pluralidad de puntos de vista caracterizadores de los espacios sociales ocupados por esos sujetos en la esfera social. Insertándose en una perspectiva enunciativa y discursiva del lenguaje, este estudio pretende investigar la constitución del sujeto autor a partir del uso que hace del discurso de otra persona, analizado bajo la forma de los más variados esquemas sintácticos y semánticos de su recepción/transmisión, y de los usos de enunciados metaenunciativos, en una situación enunciativa específica, como la del género discursivo clase. Tiene el objetivo, aún, de observar el proceso de construcción del discurso del profesor en el desarrollo del evento enunciativo clase, buscando plantear el itinerario dialógico de la producción de sentidos, traducido en una secuencia de sobreposición de voces que, articuladas bajo las más variadas formas, constituyen el autor y su discurso. El *corpus* está constituido por cuatro encuestas (clases) extraídas del volumen 2 (Elocuciones Formales) del Proyecto de Estudio de la Norma Lingüística Urbana Culta de Recife- NURC/RE. La elección de esas encuestas se dio a partir de la consideración del número significativo de ocurrencias de enunciados metaenunciativos y de otros discursos que se presentaron en el proceso de construcción de dichas clases, cuya observación ocurrió en la fase de descripción de los datos de la investigación. Con esa muestra, analizamos los procesos de constitución/representación del sujeto en el discurso a través de su inserción en la gran red dialógica que comprende “su” discurso y el discurso de otra persona. La perspectiva teórica adoptada es la que se basa por los trabajos venidos de las Teorías de la Enunciación de Bakhtin (1983,2000), Bakhtin/Volochinov (1999), Volochinov (1976) , Authier- Revuz (1990, 1998 y 2004) y de los postulados de la teorías del Discurso de vertiente francesa, representados aquí por los trabajos de Brait (1997, 2001, 2005, 2006), Cunha (1992), Possenti (1995, 2001, 2002, 2003), Faraco (2001, 2002) y otros. Los análisis han evidenciado que la autoría, comprendida como un fenómeno de naturaleza lingüística, enunciativa y discursiva, se establece en el género en análisis de forma muy relevante y que son las relaciones concordantes y discordantes, establecidas entre el discurso del profesor y los otros discursos con los cuales él mantiene interacción que efectivizan el proceso de constitución de una subjetividad en el discurso la cual denominamos de autor.

Palabras clave: Lenguaje. Enunciación. Discurso. Autoría. Género Discursivo. Clase.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Tipos de não-coincidência do dizer 85
- Quadro 2** – Fundamentos teóricos para a formulação do conceito de autoria em uma perspectiva enunciativa da linguagem 118
- Quadro 3** – Esquema de transmissão do discurso de outrem na enunciação, segundo Bakhtin/Volochinov (1999) 131
- Quadro 4** – Esboço para elaboração das categorias analíticas do estudo 133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	18
1.1. O objeto de estudo	19
1.2. O problema, a hipótese, a justificativa e os objetivos	20
1.3. Procedimentos metodológicos da pesquisa	23
1.3.1 – O gênero <i>aula</i>	23
1.3.2 – Considerações sobre o <i>corpus</i>	25
1.3.3 – Delineamento da pesquisa.....	26
1.3.4 – O tratamento dos dados	27
1.4. Pressupostos teóricos da pesquisa: Teoria da Enunciação e Análise de Discurso	28
1.5. A organização da tese	29
CAPÍTULO 2 – LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE: DA LINGÜÍSTICA DO SISTEMA À LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO	32
2.1 – Linguagem: uma abordagem enunciativa	32
2.2 – Bakhtin e o princípio dialógico da linguagem	35
2.3 – Subjetividade na linguagem: uma abordagem enunciativo-discursiva....	48
2.3.1 – Sobre a subjetividade na linguagem: Benveniste	50
2.3.2 – Uma teoria não-subjetivista da enunciação	53
2.3.3 – Sobre a subjetividade em Análise de Discurso	54
CAPÍTULO 3 – METAENUNCIÇÃO: O SUJEITO E A NEGOCIAÇÃO DO(S) SENTIDO(S) COM A HETEROGENEIDADE DISCURSIVA.....	61
3.1 – Considerações sobre os termos <i>metadiscurso</i>, <i>metacomunicação</i> e <i>metaenunciação</i>	61
3.2 – Jacqueline Authier-Revuz e as heterogeneidades enunciativas	68
3.2.1 – As não-coincidências do dizer	78

CAPÍTULO 4 – AUTORIA E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA/DA/PELA LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA	84
4.1 – Uma breve contextualização histórica da autoria	85
4.2 – A autoria em perspectiva discursiva	91
4.3 – Fundamentos para uma concepção enunciativa de autoria	100
4.3.1 – O discurso de outrem: o falante e sua relação com a palavra alheia.....	114
CAPÍTULO 5 – A AUTORIA NO GÊNERO DISCURSIVO AULA: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA	129
5.1 – A metaenunciação: o sujeito autor negocia com a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) constitutivas de seu discurso	129
5.1.1 – Análise do inquérito n.º 270	130
5.1.2 – Análise do inquérito n.º 339	137
5.2 – O discurso de outrem: o sujeito autor é um orquestrador da multivocalidade que se estabelece em sua produção de linguagem	144
5.2.1 – Análise do inquérito n.º 270.....	145
5.2.2 – Análise do inquérito n.º 339	152
5.2.3 – Análise do inquérito n.º 341	161
5.2.4 – Análise do inquérito n.º 345	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
BIBLIOGRAFIA	178
ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

A linguagem é uma dimensão da existência humana que se apresenta ao pesquisador de forma bastante multifacetada. A lingüística, apesar de todo o seu aparato teórico-metodológico, construído ao longo de quase um século de existência como ciência, não conseguiu apreendê-la em sua totalidade. Isso se deve ao caráter dinâmico da língua e do próprio homem que a utiliza nas mais variadas situações das relações sociais. A propósito, o homem é o pivô de toda a mudança de concepção de língua que separa a lingüística da primeira metade do século XX, caracterizada pela ênfase na estrutura, da lingüística da segunda metade desse mesmo século, marcada pela inserção do sujeito nos estudos lingüísticos. Essa inserção inaugura uma nova época, em que o foco no uso da língua em situações sócio-interativas constitui um aspecto determinante para a compreensão do próprio modo de ser do homem, conforme postula Bakhtin (1993, p. 81), quando afirma que

Temos em vista não o *minimum* lingüístico abstrato da língua comum, no sentido do sistema de formas elementares (de símbolos lingüísticos) que assegure um *minimum* de compreensão na comunicação prática. Tomamos a língua não como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma língua *ideologicamente saturada*, como uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um *maximum* de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica. (Destaques do autor).

Compreender o funcionamento da linguagem é compreender a natureza do ser humano, pois a capacidade de agir sobre o outro na interação em suas diferentes formas de manifestação é característica fundamental da existência humana.

Esta pesquisa situa-se nesse segundo momento da ciência lingüística. Nossa atenção estará voltada para a autoria, um modo particular da relação entre sujeito e linguagem, concebida aqui numa perspectiva enunciativa. Esse tipo de abordagem permite-nos observar a relação sujeito-linguagem no processo de enunciação, isto é, no ato de produção do discurso e não apenas no produto deste ato, que é o enunciado. Esse recorte é fundamental para este estudo porque não nos preocupamos *apenas* com as posições sócio-historicamente pré-determinadas que o sujeito ocupa em determinado espaço social, conforme postulam algumas

perspectivas discursivas, como a Análise do Discurso Francesa, mas, sobretudo, com a constituição de uma forma de subjetividade – autor – no processo de enunciação.

O interesse pela questão surgiu ainda na época do curso de mestrado, quando abordamos a temática da autoria em textos escolares, produzidos por alunos do ensino fundamental de quinta série, de escolas públicas de João Pessoa – Paraíba. Na dissertação, procuramos mostrar que os textos escolares também têm uma autoria, ou seja, do ponto de vista discursivo, tais textos apresentam indícios de ordem lingüístico-discursiva que configuram a autoria nos textos. A abordagem foi de base discursiva, com ênfase na análise do discurso de linha francesa, particularmente a chamada terceira fase, em que as idéias de Bakhtin foram introduzidas na discussão sobre várias questões relacionadas a discurso e a enunciação.

Nesta pesquisa, nosso enfoque continua sendo a temática da autoria, só que desta vez encaminhamos a discussão a partir de uma perspectiva eminentemente enunciativa, com base no pensamento de Bakhtin, de Authier-Revuz e de outros estudiosos do campo da enunciação. A partir desses postulados, buscamos construir um aparato teórico-metodológico que nos possibilitasse evidenciar a autoria no gênero selecionado para esta pesquisa, no caso a *aula*. A análise mostra que a autoria pode ser evidenciada no plano lingüístico-discursivo da enunciação a partir da emergência da alteridade no discurso do sujeito falante. Assim, o professor se constitui como autor à medida que interage com outro, em todas as dimensões desta relação.

Os resultados revelam que a autoria constitui uma dimensão do sujeito que se caracteriza pela tensão estabelecida entre dois planos opostos, mas complementares da enunciação do sujeito: o plano da singularidade, evidenciada na forma como ele se relaciona com a linguagem mediante a utilização do discurso de outrem, por meio dos mais diversos esquemas sintático-semânticos da transmissão/recepção desse discurso, e por meio de glosas metaenunciativas que mostram a emergência do discurso outro no fio único do discurso do enunciador. Essas glosas assinalam que o discurso de um sujeito não é homogêneo, mas é habitado por outros enunciados provenientes das mais diversas formações sociais e discursivas. O segundo plano é o da pluralidade, ou seja, o sujeito autor se constitui na variedade e diversidade de enunciados que povoam o universo discursivo no qual

ele se inscreve. Nesse aspecto, o sujeito é produto de um meio social em que os dizeres se constituem com base em um já-dito, que por sua vez aponta para um porvir. Nossos enunciados sempre reportam a discursos constituídos sócio-historicamente e é esse fato que sustenta a sua circulação em uma sociedade.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente do texto, já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia, de fisiologia humana, etc.) (...) O ato humano é um texto potencial e não pode ser compreendido (na qualidade de ato humano distinto da ação física) fora do contexto dialógico de seu tempo (em que figura como réplica, posição de sentido, sistema de motivação).

(Mikhail Bakhtin)

A segunda metade do século XX, mais precisamente o período que se inicia na década de 60 e vem até os dias atuais, representa, no âmbito das pesquisas em Lingüística, um divisor de águas no modo de conceber seu objeto. E é a partir desse período que situamos a temática que será abordada nesta pesquisa, ressaltando que toda a produção científica¹ a respeito desse objeto tão complexo e multifacetado não será considerada irrelevante, mas constituirá um pano de fundo a partir do qual evidenciaremos o caráter dinâmico e progressivo da ciência em questão. Nesse sentido, o nosso enfoque continua sendo a linguagem, mas não apenas nos seus aspectos microestruturais, como os componentes fonológicos, morfológicos e sintáticos, mas também em seus aspectos sociais, históricos e ideológicos constitutivos da produção de sentidos por sujeitos também sócio-histórica e ideologicamente constituídos. Aliás, essa é uma das questões fundamentais da lingüística contemporânea: a inclusão do sujeito na pauta de discussões da lingüística desenvolvida nestes últimos 40 anos tem possibilitado vislumbrar o funcionamento da linguagem sob uma ótica que abrange a multiplicidade e a diversidade de questões das quais a lingüística imanente, com todo seu aparato teórico-metodológico, não dava conta. Por isso, é necessário aqui, diante da

¹ Isto é, todas as investigações sobre a linguagem a partir do início do século XX, começando com as proposições de Saussure, passando pelas principais épocas e estudiosos do estruturalismo e do funcionalismo lingüísticos e seus diversos desdobramentos teórico-metodológicos.

diversidade de perspectivas e de abordagens sobre a linguagem, delimitar as fronteiras, pois só assim estaremos em condições de circunscrever o objeto que ora passamos a apresentar.

1.1 O objeto de estudo

Apresentar nosso objeto de estudo já traz em si uma obrigação, de certa forma, de antecipar algumas de nossas convicções teóricas. Trata-se das concepções de linguagem e de língua. Partimos do pressuposto básico de que a linguagem é uma instância viva e dinâmica na qual seres falantes se constituem em sujeitos sócia(lizáve)is por meio da interação. Nessa perspectiva, ela se apresenta como condição *sine qua non* das relações sociais, no processo de comunicação, de forma que seus usuários, ao serem por ela constituídos, tornam-se sujeitos que refletem (e refratam) o espaço social e os valores e princípios vigentes em seu grupo, no sentido de que, com ela, o homem estabelece um vínculo, um elo inseparável com o contexto social que o engendra. Quando o indivíduo nasce, ele já se depara com uma língua com seus componentes fonológico, morfológico e sintático² já constituída, embora passível de mudança e, ao mesmo tempo, inacabada, nos aspectos semântico e discursivo, ou seja, há uma pluralidade de sentidos advindos da interação entre fatores intra e extralingüísticos. A língua circunscreve o sujeito e este circunscreve a língua num tempo e espaço sócio-historicamente determinados. Nesse sentido, o sujeito que aí se constitui define-se pela relação de alteridade, constitutiva de seu processo de formação. É nesse intercâmbio com o O/outro³ que ele constrói uma identidade caracterizada pela diversidade e pela heterogeneidade dos discursos circulantes.

Neste trabalho, deter-nos-emos sobre a temática da *autoria*, entendida, de uma forma geral, como o processo complexo de natureza lingüística, enunciativa e discursiva de constituição/representação da subjetividade em diversos gêneros discursivos, no nosso caso, o gênero discursivo *aula*. A autoria será investigada em uma perspectiva predominantemente enunciativa, considerando-se dois grandes

² Não iremos, aqui, discutir a questão da (não)-autonomia desses componentes no âmbito do sistema lingüístico, a despeito do que dizem alguns estudiosos, por exemplo, com relação à morfologia e à sintaxe como campos interligados, ao ponto de se falar em *morfossintaxe*.

³ A expressão *O/outro* poderá ser melhor compreendida no decorrer do trabalho, pois retomamos aí um dos postulados da Análise de Discurso Francesa, segundo o qual o *Outro*, com “O” maiúsculo, refere-se ao interdiscurso, memória social, e o *outro* com “o” minúsculo, ao interlocutor empírico.

fenômenos a partir dos quais evidenciaremos sua concretização nos planos lingüístico, enunciativo e discursivo: 1) os usos metaenunciativos produzidos pelos sujeitos em situação efetiva de interlocução, os quais revelam sua atuação no processo de negociação dos sentidos; 2) o uso que o sujeito faz do discurso de outrem para construir seu discurso, no processo enunciativo da aula.

Para a consecução desse trabalho, faz-se necessário delimitar nossa proposta de investigação. Como se sabe, a abordagem da temática da subjetividade em lingüística é muito ampla e toma direcionamentos diversos e até antagônicos. De um lado, os postulados das teorias pragmático-comunicacionais, ancoradas em posições filosóficas que concebem o sujeito como fonte e mestre de sentido, um sujeito cartesiano. De outro, as teorias enunciativo-discursivas, calcadas em pressupostos teóricos sociológicos e/ou psicanalíticos, para os quais o sujeito é clivado, cindido, heterogêneo, pois é atravessado e constituído por outros discursos pela ideologia e/ou pelo inconsciente. Grosso modo, vemos que há um caminho a percorrer e, neste caso, optamos por trilhar os caminhos da segunda perspectiva, o que explicaremos adiante, quando tratarmos dos fundamentos teóricos. É no âmbito dessa segunda perspectiva que iremos tratar dos modos de constituição/representação do sujeito da/na linguagem.

1.2 O problema, a hipótese e a justificativa e os objetivos

Na Teoria da Enunciação postulada por Bakhtin, as proposições acerca do funcionamento da linguagem tomam como pressuposto básico o fato de que o sujeito se constitui numa relação de alteridade, em que o outro pode ser representado por um interlocutor real, imediato, ou pelo conjunto de discursos que circulam nas diversas esferas sociais. A concepção de linguagem que norteia esse pensamento é a de que ela é essencialmente dialógica, caracterizada como uma instância social e heterogênea. A Análise de Discurso, por sua vez, propõe a tese da não-unicidade do sujeito, concebendo-o como um ser fragmentado, que ocupa diversas formações discursivas e que fala sempre a partir de um conjunto de discursos previamente estabelecidos, denominado de memória discursiva ou ainda interdiscurso. Com essas considerações, admite-se unanimemente que o sujeito que aí se constitui é plural, heterogêneo, e, ao utilizar a linguagem, institui modos de representação dessa subjetividade, dos quais a autoria se destaca como uma forma

particularmente complexa. A posição de autor caracteriza-se, então, como uma instância subjetiva organizadora do discurso/texto⁴, como uma função do sujeito que é responsável pelo, em um nível bastante elementar e primário, a) estabelecimento dos mecanismos de ordem textual⁵, como a coesão, a coerência e a progressão textuais, a não-contradição; e, num nível mais complexo, pelo b) estabelecimento dos mecanismos de ordem enunciativo-discursiva, como a organização das vozes no/do discurso, a estruturação composicional e estilística do gênero, a argumentação para sustentar o ponto de vista do autor etc. Ressaltamos, todavia, que na perspectiva que circunscrevemos para direcionarmos nossa olhar, não se considera o autor alguém de quem se exige uma paternidade, uma invenção, uma criação, mas uma forma de representação no plano do discurso/enunciação. Não se trata, portanto, apenas de um efeito, mas de um certo modo de ser sujeito da/na língua.

O problema é de natureza teórica, ou seja, decorre da observação que procedemos, ainda na pesquisa de mestrado, sobre o fenômeno da autoria em textos escritos, no caso, textos escolares. Constatamos, durante o mestrado, que os estudos sobre o assunto em textos escritos não apontam categorias clara e adequadamente delimitadas para a análise em gêneros discursivos orais. Podemos formular o problema, então, nos seguintes termos: os mecanismos de ordem lingüística, textual, enunciativa e discursiva que configuram o exercício da autoria em gêneros da escrita manifestam-se da mesma forma em gêneros orais do discurso e, além disso, caracterizam adequada e suficientemente essa manifestação?

A hipótese de que parte essa proposta é a de que a autoria, concebida como uma dimensão enunciativa e discursiva do sujeito, está plenamente presente em gêneros discursivos da oralidade – como é o caso da aula – e que o uso de enunciados metaenunciativos constitui um indício de natureza lingüística, enunciativa e discursiva revelador de uma forma de representação de sujeito no/do

⁴ Em conformidade com o aparato teórico da Análise do Discurso Francesa – AD, fazemos uma distinção importante entre texto e discurso. Grosso modo, consideramos o discurso como o efeito de sentido entre interlocutores e o texto como a unidade de análise do discurso, a instância empírica em que o discurso se materializa e onde podemos apreender o discurso. Para melhores esclarecimentos sobre esta distinção, ver Orlandi (2001a).

⁵ Esses mecanismos de ordem textual são bastante redutores, baseados nas primeiras formulações da Lingüística Textual da década de 60. Eles foram mencionados aqui apenas pelo fato de constarem de alguns trabalhos iniciais sobre autoria, como os de Orlandi (1988), por exemplo. Contudo, deslocamos nosso olhar para os elementos de ordem enunciativo-discursiva, que serão amplamente discutidos no trabalho.

discurso que se apresenta como princípio de organização do texto/discurso, no movimento de controle da dispersão dos sentidos ocasionada pela opacidade da língua, do sujeito e do próprio sentido. Evidentemente, esse “controle” não é um exercício deliberado por parte do sujeito, como ocorre com o sujeito cartesiano, mas é, em parte, um efeito resultante da opacidade de que falamos. Consideramos, ainda, que a organização das vozes enunciativas que permeiam a voz autoral constitui um outro indício, dentre outros possíveis, de grande relevância teórico-metodológica para evidenciar a proposta deste estudo.

Existem diversos trabalhos sobre autoria que privilegiam o uso de gêneros discursivos da escrita, conforme mostram as pesquisas desenvolvidas por vários estudiosos no Brasil, no quadro das teorias do discurso e da enunciação, a exemplo de Possenti (2002), Orlandi (1988, 1997, 2000, 2001a, 2001b), Gallo (1992), Gregolin (2001), Tfouni (2001, 2005), Magalhães (2003), Coracini (1999), para citar alguns dos principais. Isso significa, portanto, que os trabalhos que tratam da autoria em gêneros orais do discurso não são quantitativamente significativos (destaco apenas o trabalho de Tfouni, embora ela tenha focado a temática do letramento). Sentimos falta de um tratamento de natureza enunciativo-discursiva que descreva coerentemente o processo de subjetivação e a produção de sentido nas atividades lingüísticas orais, como é o caso das aulas selecionadas para esta pesquisa. Esta pesquisa pretende, portanto, preencher esta lacuna. Ela vem ainda complementar estudos anteriores e pretende suscitar outros trabalhos que investiguem a autoria em outros gêneros orais, e que não sejam apenas da esfera acadêmica, mas religiosa, política, midiática etc., pois se presume que as condições de configuração da autoria sejam diversas, conforme os espaços discursivos.

Objetivamos, de modo geral, analisar o processo de constituição/representação do sujeito no gênero discursivo aula a partir da atividade dialógica representada pelo uso dos enunciados *meta* e do uso do discurso de outrem. Pretendemos, assim, identificar indícios de natureza lingüística, enunciativa e discursiva que apontam para a constituição do sujeito autor na enunciação, dentre os quais os esquemas padronizados de transmissão do discurso de outrem e suas variantes, e as formas metaenunciativas.

1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

A metodologia será apresentada em quatro seções: na primeira, teceremos algumas considerações sobre o gênero aula; na segunda, discorreremos sobre a natureza do *corpus* selecionado para esta pesquisa, mostrando como ocorreu o processo de constituição do NURC Recife – Elocuções Formais – volume 2; essas informações mostram as condições de produção do material a ser analisado; na terceira, apresentaremos o delineamento da pesquisa e, finalmente, traremos algumas informações sobre o tratamentos dos dados na fase das análises.

1.3.1 O gênero *aula*

Marcuschi (2005) apresenta uma breve discussão sobre o gênero *aula expositiva universitária*, ressaltando que o termo *aula* é vago e insuficiente para designar a variedade de eventos que recebe tal nome. A aula pode variar segundo uma série de fatores, tais como o ambiente, meios, canais, interesses, níveis de formação, graus de formalidade etc. Nesse sentido, não podemos definir uma configuração fixa que caracterize este gênero, embora possamos identificar alguns elementos comuns que possibilitem certa estabilidade. São sempre interativas, em graus diversos, e podem, ainda, ser dialogadas, uma vez que interatividade não se confunde com diálogo. Ainda segundo o autor, a aula expositiva universitária tem, em média, uma duração de uma a duas horas e *servem para transmitir, testar ou produzir conhecimentos de maneira sistemática, no contexto de um enquadre maior que as organiza, ou seja, num curso regular entre 45 e 90 horas a depender da organização curricular.* (MARCUSCHI, 2005, p. 49).

Nesse mesmo trabalho, Marcuschi classifica o gênero aula, quanto ao formato, em quatro categorias, levando sempre em consideração o fato de que a aula é um gênero bastante heterogêneo do ponto de vista de sua configuração: 1) aula ortodoxa: neste tipo de aula, o professor⁶ apresenta o conteúdo da aula e o desenvolve, dominando o turno e não se desviando do tema tratado; 2) aula socrática: neste tipo, o professor não expõe claramente o tema da aula a ser tratado. O assunto é tratado a partir de um diálogo que é conduzido pelo professor com o

⁶ Os termos *professor* e *aluno* referem-se, aqui, a pessoas de ambos os sexos.

intuito de extrair do aluno o conhecimento que ele traz para a sala de aula; 3) aula caleidoscópica: formato que se caracteriza pela participação mais freqüente e espontânea do aluno na condução do tópico, que é abordado de forma menos linear, menos perceptível pelo aluno; 4) aula desfocada: neste tipo de aula, não há, aparentemente, um tópico bem determinado, ocorrendo uma grande dispersão do assunto da aula. Segundo Marcuschi há, nessas aulas, sensação de falta de planejamento; são pouco produtivas, sem tema central, e muitas vezes perdem-se em intermináveis discussões sobre questões paralelas em que o professor discute com os alunos ou trata de temas pessoais. (MARCUSCHI, 2005, p. 58).

Como se pode perceber, a tipologia acima é passível de uma ampliação, pois é difícil caracterizar o gênero aula pela diversidade e complexidade de ações que ocorrem em seu processamento. É preciso destacar, ainda, que a categorização corresponde a uma certa predominância de atos no interior do gênero, pois, numa aula socrática, por exemplo, podemos identificar características de outro(s) tipo(s) de aula, o que significa dizer que cada um dos formatos apresentados não representa, em momento algum, a aula como um todo, mas que ocorre uma predominância de um tipo. Com base na discussão apresentada, decidimos considerar a aula um gênero discursivo, com as seguintes características, além das já expostas acima. São elas:

1) a aula caracteriza-se como um gênero discursivo de natureza oral, interativa e, em algumas situações, dialogada;

2) diversas posições ideológicas e axiológicas⁷ revelam-se no momento de execução da aula, pois a sua produção dá-se num quadro institucional caracterizado pela multiplicidade de vozes que aí aparecem;

3) este gênero apresenta uma configuração enunciativa e discursiva marcada pela pluralidade, heterogeneidade, pois, embora tenha, normalmente, como foco

⁷ O termo *ideologia* é bastante fluido e pode apresentar significações diferentes a depender da perspectiva da qual se observa. Na obra de Bakhtin e de seu Círculo, ele apresenta um sentido diferente daquele normalmente usado em algumas vertentes marxistas. Segundo Faraco (2003, p. 46), a ideologia não tem o sentido de “mascaramento do real”, mas é um termo usado para “designar o universo dos produtos do espírito humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura *imaterial* ou produção *espiritual* (...) e, igualmente, de formas de consciência social” Diz ainda: “*Ideologia* é o nome que o Círculo costuma dar, então, para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (para usar uma certa terminologia da tradição marxista.” (Grifos do autor). Já o termo “axiológico”, embora muitas vezes usado como sinônimo de “ideológico”, refere-se ao fato de todo enunciado possuir uma dimensão avaliativa, ou seja, qualquer enunciado, que sempre se dá na esfera de uma das ideologias acima citadas, expressa um posicionamento social valorativo (FARACO, 2003, p. 46-47). Para ampliar essa discussão, remetemos para a Bakhtin/Volochinov (1999) e para Faraco (2003).

uma única temática, esta é abordada sob pontos de vista diversos, às vezes até díspares, representados por posições teóricas diversas advindas de diferentes lugares discursivos. O professor, numa situação enunciativa de aula, em um contexto institucionalizado, como é o caso da universidade, aborda um determinado assunto a partir do conjunto de leituras que construiu sua formação acadêmico-profissional e, supõe-se, permeia ainda hoje com a continuidade da pesquisa para a elaboração de aulas, o que resulta num trabalho de leituras variadas. Como circunscrever a voz autoral nessa diversidade, principalmente se pensarmos que aí se tem um trabalho de “co-autoria”, pois além dos textos com os quais se dialoga, ainda existem os próprios sujeitos alunos, que também trazem suas leituras, suas impressões acerca de determinado o assunto? É o que esta tese se propõe a fazer ao longo desse caminho que ora iniciamos.

1.3.2 Considerações sobre o *corpus*

O material selecionado para a análise é constituído por documentos que integram o acervo do Projeto NURC⁸ – Recife. Esse acervo é composto por um conjunto de inquéritos denominados DID, D2 e EF⁹. Esses dados foram gravados em fitas de áudio com a participação espontânea de informantes de ambos os sexos, com grau de escolaridade superior (todos já concluíram um curso de graduação), divididos em três faixas etárias, para dar depoimentos sobre uma das vinte e cinco áreas semânticas. A metodologia empregada para a coleta desses registros procurava levar o(a) informante a falar espontaneamente, de forma que ele(a) discorresse sobre um dos temas propostos e, dessa forma, oferecesse um registro de fala distenso, o mais natural possível. Após definição de critérios sobre conceito de língua culta, dentre outros, foram selecionadas cinco cidades como as mais representativas do falar brasileiro, levando-se em consideração, para isto, a

⁸ NURC – RE – Norma lingüística Urbana Culta do Recife. MOREIRA DE SÁ et al. (Orgs) **A linguagem falada culta na cidade do Recife**: materiais para seu estudo. Vol. 2 – Elocuções Formais. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2005.

⁹ DID = diálogo entre Documentador – Informante – Documentador. É um tipo de inquérito que registra a fala de um informante auxiliado por um pesquisador, o documentador, em que este participa minimamente da gravação, apenas para orientar o informante, estimulá-lo para que seu depoimento se mantenha ativo e para que ele não se afaste do tema escolhido. D2 = Diálogo entre dois informantes. Refere-se a um diálogo entre dois informantes que são direcionados por um documentador visando também a uma área semântica selecionada. EF = Elocuções Formais. Trata-se de registros de fala mais formais, mais tensos, em que o informante polícia a todo instante sua produção lingüística, como aulas, palestras, conferências etc.

data de fundação dessas cidades (100 anos) e a concentração demográfica (1.000.000 de habitantes). As cidades escolhidas foram: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A modalidade de inquérito escolhido para esta pesquisa é o do tipo EF – Elocução Formal, que se caracteriza como um tipo de apresentação oral em registro tenso, em que o informante tem o domínio de sua apresentação e não requer a participação de um documentador. Dos três tipos de inquérito, ele representa o registro mais formal. A escolha deste material deu-se por três razões fundamentais: 1) por ser um *corpus* que privilegia exclusivamente a modalidade oral da língua; 2) o prestígio de que goza este acervo em diversas entidades de pesquisa em língua falada no Brasil, por sua seriedade e credibilidade desde a coleta até a fase de transcrição dos dados; 3) ele contém o registro do gênero da modalidade oral da língua selecionado para esta pesquisa, no caso, a aula.

O acervo de que dispõe o Projeto NURC – Recife é formado por um material gravado por um grande número de recifenses. A maioria são pessoas nascidas e criadas na cidade do Recife e filhos de pai e mãe recifenses, em igual número de homens e mulheres, todos com terceiro grau completo e dividido em três faixas etárias: de 25 a 35 anos, de 36 a 55 anos e com mais de 55 anos. O tempo estipulado para cada gravação varia de 40 minutos a 1 hora e 20 minutos, dependendo do tipo de inquérito.

1.3.3 Delineamento da pesquisa

Seguindo a proposta de Rodrigues (2006), segundo a qual a pesquisa científica caracteriza-se quanto à natureza, à obtenção de informações, à abordagem e aos objetivos, este estudo apresenta a seguinte configuração:

a) quanto à natureza, este trabalho destaca-se como um trabalho científico original, no sentido de que apresenta uma abordagem inovadora do conceito de autoria e da proposta analítica desse fenômeno no gênero discursivo selecionado;

b) quanto à obtenção de informações, esta tese optou pelo levantamento de dados de forma indireta, através de pesquisa bibliográfica e documental;

c) quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa;

d) por fim, quanto aos objetivos, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa explicativa, em que os dados coletados foram identificados, descritos, analisados e interpretados, para chegar a algumas generalizações.

Quanto à metodologia, esta pesquisa adota como método de abordagem o indutivo, segundo o qual *uma lei geral é estabelecida a partir da observação de regularidades em casos particulares, isto é, por meio de observações particulares, chega-se à afirmação de um princípio geral* (RODRIGUES, 2006, p. 137).

1.3.4 O tratamento dos dados

De posse do material, que já está transcrito em conformidade com normas de transcrição adotadas e constantes no próprio volume consultado, procedemos a um levantamento preliminar dos inquéritos (aulas) a serem utilizados para demonstração de nossa hipótese de trabalho. Esse levantamento se deu a partir da consideração das categorias analíticas norteadoras do estudo, ou seja, do levantamento de todas as ocorrências de discursos de outrem e de fragmentos metaenunciativos, tomando como base, respectivamente, o pensamento bakhtiniano e a proposta de classificação das “não-coincidências do dizer”, elaborada por Authier-Revuz (1998, 2004). Vale ressaltar que apenas dois, dos quatro tipos de não-coincidências propostos pela autora, foram selecionados: a não-coincidência interlocutiva e a não-coincidência do discurso consigo mesmo. Esses dois tipos remetem, naquilo que a autora chama de exteriores teóricos, ao dialogismo bakhtiniano, em primeiro lugar; e, depois, ao conceito de interdiscurso, elaborado no âmbito da AD francesa¹⁰. Já os outros dois tipos – a não-coincidência entre as palavras e as coisas e a não-coincidência das palavras consigo mesmas – remetem a conceitos da psicanálise lacaniana, que não serão explorados na análise por não expressarem significativamente os propósitos deste estudo. Authier-Revuz (2004, p. 183), ao tratar desses quatro tipos de não-coincidência, afirma que

Poderá ser notado que se os dois primeiros parâmetros de não-coincidência – interlocução e interdiscurso – são cobertos pelo

¹⁰ Alguns pesquisadores apresentam resistência em diferenciar dialogismo de interdiscurso. No entanto, para nós, os dois termos, embora formulados em perspectivas teóricas diferentes, dão conta do mesmo fenômeno que ocorre no funcionamento da linguagem: o fato de nossos discursos sempre partirem de um já dito e apontarem para outros discursos que ainda serão formulados. Para essa reflexão, propomos a leitura do instigante artigo “interdiscursividade e intertextualidade”, de Fiorin, in *Bakhtin: conceitos-chave*, de Brait (2006).

dialogismo bakhtiniano bastante sensível ao heterogêneo ligado às “pessoas”, e ao peso sócio-histórico nas palavras, não ocorre o mesmo para os dois seguintes, ligado ao real da língua – como ordem própria estranha às coisas, e como espaço de equívoco – dimensão que lhe é bastante estranha.

Ou seja, os dois primeiros tipos de não-coincidência do dizer mencionados se coadunam às formulações sobre a autoria elaboradas com base em Bakhtin, não ocorrendo aí nenhuma incompatibilidade teórica, já que a própria Authier-Revuz recorre a Bakhtin nessas formulações.¹¹ Essas não-coincidências entrarão como categorias analíticas lingüística e discursivamente detectáveis no *corpus*.

Feito isso, partimos para a descrição desses dados considerando as suas condições de produção, remetendo sempre ao contexto de onde foram extraídos, no caso, das aulas e, por último, procedemos à interpretação, procurando evidenciar como a autoria se configura no plano lingüístico e enunciativo do discurso neste gênero específico, a partir do uso desses expedientes. Dito isto, passemos aos pressupostos teóricos da pesquisa.

1.4 – Pressupostos teóricos da pesquisa: Teoria da Enunciação e Análise do Discurso

A delimitação do *locus*¹² em pesquisa constitui um aspecto fundamental para a ciência, qualquer que seja ela: exata, da natureza, humana etc. Neste trabalho, tal empreendimento é relevante para nos situarmos quanto ao lugar teórico que norteou estas formulações, embora isso implique, paradoxalmente, dois aspectos interessantes: por um lado, o eixo teórico norteador da pesquisa circunscreve seu autor num espaço que – de certa forma e até certo ponto – restringe a flutuação de sentido(s) que inevitavelmente persegue a pesquisa; por outro, exige de seu autor coerência com os postulados do domínio em que se situa, além, evidentemente, de um compromisso ético de fidelidade com o arcabouço teórico-metodológico de

¹¹ Brait [In *Estudos enunciativos no Brasil*, 2001] afirma que um procedimento que separasse esses exteriores teóricos fraturaria o pensamento da autora. Em parte, concordamos com Brait, mas acreditamos que tal fratura ocorre do ponto de vista teórico, não metodológico, como queremos fazer neste trabalho. Ou seja, a fratura seria metodológica, não teórica, pois temos conhecimento da teoria da autora e que tal teoria dá-se num quadro de intersecção entre abordagens diferentes. Sabemos que o propósito de Authier-Revuz é derrubar a tese da unicidade do sujeito na enunciação, mostrando a emergência do o/Outro no processo enunciativo.

¹² Entenda-se *locus* em sentido abrangente, tanto no aspecto físico, concreto, quanto no aspecto abstrato, de filiação teórica.

determinada teoria. Nesse sentido, imbuído desse objetivo, anunciamos o quadro epistemológico em que se darão nossas reflexões.

Este estudo está primordialmente fundamentado no conjunto de formulações teóricas desenvolvidas pela Teoria da Enunciação de base bakhtiniana e pela Teoria da Enunciação de Jacqueline Authier-Revuz. Fundamentamo-nos, ainda, em alguns conceitos elaborados no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa, como o de interdiscurso, por exemplo, tomado por Authier-Revuz para desenvolver sua teoria das não-coincidências do dizer. O estudo toma como base, ainda, o pensamento de autores brasileiros que se apóiam nas teorias do discurso e da enunciação, a exemplo de Cunha (1992, 1997, 1999), Brait (1997, 2001, 2005, 2006), Faraco (2001, 2003), Possenti (1995, 1996, 2001, 2002, 2003), entre outros.

1.5 A organização da tese

A pesquisa está organizada em cinco capítulos, em que procuramos seguir uma seqüência que representasse satisfatoriamente o pensamento nela desenvolvida, tentando ao máximo o didatismo, a progressão e coerência das idéias apresentadas. Passemos a uma breve descrição do conteúdo abordado em cada um deles.

No primeiro capítulo, intitulado *Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa*, apresentamos os elementos motivadores da pesquisa, procurando situar o(a) leitor(a) quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa.

No segundo capítulo, denominado *Linguagem e subjetividade: da lingüística do sistema à lingüística da enunciação*, tivemos a preocupação de discutir dois conceitos fundamentais para o trabalho, como são as noções de linguagem e de sujeito. Nesse sentido, optamos por circunscrever a noção de linguagem a partir dos estudos bakhtinianos, que constituem o aporte conceitual de maior relevância nesta pesquisa, procurando mostrar as implicações do princípio dialógico desenvolvido por Bakhtin e seu Círculo para o conceito de autoria a ser desenvolvido. Com relação à noção de sujeito, não poderíamos prescindir de uma discussão sobre as diferentes (e antagônicas, diga-se de passagem) formas de representação da subjetividade na linguagem, a depender da perspectiva que se adote. Essa noção é bastante complexa e é objeto de uma reflexão filosófica profunda, o que não constitui nosso

objetivo. Nossa preocupação, neste capítulo, é apresentar as concepções de sujeito na lingüística¹³ e nos posicionar quanto à forma como esse sujeito se constitui e se representa no uso da linguagem, mostrando, portanto, suas marcas ou indícios ao fazê-lo.

O terceiro capítulo trata da *Metaenunciação: o sujeito e a negociação do(s) sentido(s) com a heterogeneidade discursiva*. Nele, objetivamos primordialmente tratar do conceito de metaenunciação tal como foi elaborado por Authier-Revuz no conjunto de seus trabalhos. Procuraremos traçar uma breve trajetória do trabalho da autora pela lingüística enunciativa, desde os primeiros momentos de sua produção, quando explorava a noção de modalização autonímica proposto por Rey-Debove, até a formulação das não-coincidências do dizer, com base no qual evidenciaremos os movimentos metaenunciativos do sujeito na atividade linguageira. Pretendemos, ainda neste capítulo, apresentar um breve percurso para esclarecer quatro conceitos relevantes para entendermos a metaenunciação. Isso será feito de forma panorâmica, apenas para compreendermos a preocupação de alguns estudiosos da linguagem com a propriedade reflexiva da língua. Esses conceitos serão apresentados a partir de quadros teóricos bastante delimitados, porém igualmente bastante significativos do ponto de vista teórico e metodológico para o delineamento dos objetivos aqui propostos. Primeiramente, o conceito de metadiscurso, abordado a partir de um texto emblemático de André Borillo (1985); em segundo lugar, a noção de metacomunicação, apresentada a partir dos trabalhos do Watzlawick *et al* (2002); e, finalmente, o conceito de metaenunciação, de Jacqueline Authier-Revuz (1990, 1998, 2004).

O quarto capítulo, intitulado *Autoria e constituição do sujeito na/da/pela linguagem: uma abordagem enunciativa*, apresenta uma breve resenha do conceito de autoria tal como foi abordado em diversas perspectivas, como a histórica, desenvolvida por Chartier; a de filosófica, esboçada por Foucault; e lingüísticas, formuladas no âmbito da análise do discurso francesa. No que se refere aos trabalhos elaborados na perspectiva discursiva, procuramos destacar as contribuições apenas de alguns dos principais autores brasileiros, pois há muitos outros estudos, menos sistemáticos e de forma mais tímida, encontrados na

¹³ Referimo-nos, evidentemente, à lingüística contemporânea, sobretudo a partir dos estudos desenvolvidos após a segunda metade do século XX, uma vez que a discussão sobre o sujeito não teve espaço no escopo da corrente estruturalista da lingüística.

literatura existente. Por fim, procedemos à elaboração do nosso conceito de autoria, como será adotado nesta pesquisa, baseando-nos nas teorias da enunciação e do discurso .

Por fim, o quinto e último capítulo, chamado *A autoria no gênero discursivo aula: uma análise enunciativa* constitui a análise de um conjunto de dados extraídos do *corpus* da pesquisa, que é constituído de um conjunto de doze (12) aulas ministradas no ensino superior de faculdades da região metropolitana do Recife e que integram o banco de dados do projeto NURC, conforme já apresentamos na seção de metodologia deste trabalho. Os dados foram selecionados de acordo com um único critério: a observação da freqüente ocorrência de enunciados metaenunciativos em alguns dos inquéritos registrados no corpus. Após descrição de cada dado, partimos para a análise das marcas de autoria deixadas pelos sujeitos no gênero selecionado, procurando evidenciar, primordialmente, como o uso desses enunciados metaenunciativos constitui indícios de ordem lingüística, enunciativa e discursiva da instauração da subjetividade na linguagem, ou melhor, de como o sujeito, ao utilizar-se desse expediente, constitui-se como sujeito de/em seu dizer.

CAPÍTULO 2

LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE: DA LINGÜÍSTICA DO SISTEMA À LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

2.1 – Linguagem: uma abordagem enunciativa

Não há uma palavra que seja a primeira ou a última e não há limites para o contexto dialógico (ele se retira para um passado ilimitado e para um futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, isto é, aqueles que nasceram no diálogo dos séculos passados, não podem nunca ser estabilizados (finalizados, encerrados de uma vez por todas) – eles sempre se modificarão (serão renovados no desenrolar subsequente e futuro do diálogo). Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo, existem quantidades imensas, ilimitadas de sentidos contextuais esquecidos, mas em determinados momentos do desenrolar posterior do diálogo eles são lembrados e receberão vigor numa forma renovada (num contexto novo). Nada está morto de maneira absoluta: todo sentido terá seu festivo retorno.

(Mikhail Bakhtin)

A noção de língua tem sido abordada de maneira diferente ao longo da história da humanidade. Dos gregos à lingüística moderna, podemos observar a dinâmica da renovação dos estudos lingüísticos, quer do ponto de vista teórico, quer metodológico. Evidentemente, cada uma das fases por que passaram as pesquisas sobre a linguagem humana pautou-se por uma perspectiva filosófica, com seus fundamentos epistemológicos, trazendo contribuições relevantes para, inclusive, elevar a lingüística ao posto de ciência-piloto das ciências humanas. No início do século XX, foi possível contemplar uma verdadeira revolução no fazer científico dessa área, pois foi o período em que a lingüística atingiu sua maioridade, desvencilhando-se do rótulo de “disciplina” para obter o *status* de ciência.

Essas diversas abordagens da língua podem, para fins didáticos, ser distribuídas em três grandes tendências, conforme nos mostram os compêndios da

área: a língua como representação do mundo e do pensamento; a língua como instrumento ou “ferramenta” de comunicação e, por fim, a língua como forma ou instância de ação ou interação. Nosso enfoque é baseado na terceira concepção de língua, pois pretendemos evidenciar as implicações de uma escolha consciente por determinada forma de ver a linguagem para a explicação do nosso fenômeno em estudo.

A primeira concepção vê a língua como expressão do pensamento. Foi intensamente desenvolvida pela Gramática de Port-Royal (1612-1694), que partia da hipótese de que a natureza da língua é racional. Para ela, a língua é a representação do pensamento. A Gramática de Port-Royal reflete o trabalho desenvolvido desde os gregos e latinos, que nos deixaram como legado a gramática tradicional que temos até hoje, totalmente fundamentada nos princípios lógicos do cartesianismo filosófico do século XVII. Foi nessa corrente de pensamento que se desenvolveram, ainda, os estudos de Chomsky na perspectiva gerativista, em que conceitos como competência, performance e Gramática Universal revolucionaram os estudos lingüísticos do século XX.

Em seguida, a língua foi concebida pela lingüística como instrumento de comunicação. Foi essa concepção que influenciou por muito tempo a direção dos estudos lingüísticos tal como vemos pela corrente estruturalista/formalista. Os adeptos dessa concepção defendiam que a língua é um sistema de signos lingüísticos, em que cada um dos signos é constituído de uma parte chamada significante e outra chamada significado. Nessa vertente de pensamento, estão situados os trabalhos de Saussure, para quem a língua constitui um fato social pela simples razão de pertencer a todos os falantes de uma comunidade, mas que, também, é exterior ao indivíduo, pois este não pode modificá-la. A língua, para essa corrente, tem sua existência fundamentada nas necessidades de comunicação.

Finalmente, a língua passa a ser concebida como instância de interação entre sujeitos sócio-historicamente situados. Para os adeptos dessa perspectiva, os sujeitos, ao falarem, não apenas expressam seu pensamento ou o fazem com fins comunicativos, mas, sobretudo, agem uns sobre os outros e produzem pontos de vista (posições axiológicas de sujeito). A língua é concebida como um sistema de formas em funcionamento, constituída por fatores externos como o contexto sócio-histórico, a posição ideológica dos sujeitos falantes, enfim, os elementos lingüísticos,

que já vêm saturados pelas posições sócio-axiológicas de outrem, estão à disposição do sujeito para a produção dos mais diversos efeitos de sentido.

Como afirmamos, é preciso estabelecer um corte metodológico na exposição desse assunto. Nosso ponto de partida será o dos estudos desenvolvidos a partir do século XX, uma vez que Bakhtin/Volochinov e Bakhtin constroem sua teoria dialógica do discurso a partir das correntes lingüísticas vigentes nessa época. Não que haja um desprezo pelos estudos da tradição ocidental, mas é preciso delimitar nosso percurso como forma de circunscrever satisfatoriamente, do ponto de vista teórico e metodológico, nosso objeto de estudo.

O primeiro quartel do século XX representou um momento significativo para a lingüística, pois foi o período em que se inaugurou a chamada lingüística moderna, que teve como marco oficial a publicação póstuma do Curso de lingüística geral, em 1916, de Ferdinand de Saussure.

No século anterior, os estudos lingüísticos eram predominantemente históricos e continuaram intensos nessa perspectiva, no meio acadêmico universitário, até meados do século XX, quando houve, de fato, a consolidação dos estudos sincrônicos. É preciso reconhecer, contudo, que o século XIX preparou o terreno para a constituição da lingüística como uma ciência autônoma. A respeito disso, Faraco (*In: MUSSALIM e BENTES, 2004, p. 28*) afirma:

Se o gesto epistemológico saussuriano instaura a possibilidade da imanência (a língua como um sistema de signos independente) e, com ela, a de uma ciência autônoma da linguagem enquanto uma realidade exclusivamente sincrônica, seria injusto não reconhecer o longo processo preparador desse gesto.

Embora à primeira vista haja no gesto de Saussure uma ruptura com o modo de fazer lingüística do século XIX, podemos também pensá-lo como um gesto de continuidade. O que ele fez (e não é pouca coisa, evidentemente) foi dar consistência formal à velha intuição de que as línguas humanas são **totalidades organizadas** (Grifo do autor).

É curioso notar, ao contrário do que faz a maioria dos manuais de lingüística, que o surgimento dessa “ciência” remonta aos fins do século XVIII. Foi nesse período, mais precisamente em 1786 que um juiz inglês – William Jones – ao entrar em contato com o sânscrito, percebeu semelhanças nos níveis fonológico e morfológico entre essa língua, o grego e o latim, levantando a hipótese de que tais similaridades não representavam mera coincidência, mas apontavam para uma

suposta origem comum. Esse fato, que obteve uma adesão significativa, desencadeou um movimento de estudos comparativos e históricos, nos quais Saussure, anos mais tarde, inspirou-se para o estabelecimento de seu pensamento de língua como um sistema imanente, uma rede de relações. Friederich Schlegel e Franz Bopp foram os mentores da chamada gramática comparativa, criando, assim, o método comparativo, procedimento central nos estudos de lingüística histórica, embora o estudo propriamente histórico tenha sido estabelecido por Jacob Grimm e, mais tarde, sistematizado como estudo histórico-comparativo por Friedrich Diez.

2.2 – Bakhtin e o princípio dialógico da linguagem

Ao se constituir na atmosfera do “já-dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo.

(Mikhail Bakhtin)

Essas breves considerações sobre os estudos lingüísticos são necessárias para compreendermos a relevância de uma abordagem que considere a linguagem uma instância onde os sujeitos agem reciprocamente, intercambiando suas posições valorativas a respeito dos objetos de discurso, isto é, dos diferentes temas que circulam nas interações sociais cotidianas. Nesse sentido, é preciso apreender a concepção da linguagem que fundamenta este trabalho, determinante naquilo que pretendemos evidenciar.

Um dos trabalhos inicialmente cruciais para a discussão desse tema é o texto assinado por Volochinov, intitulado *¿Qué es el lenguaje?* (1929/1993). Nele, o autor se dispõe a tratar da origem da linguagem, o que nos interessa, pois nesse trabalho já se evidencia com toda a convicção a gênese da linguagem relacionada à natureza social, à relação interativa e mediada por interesses mútuos entre sujeitos social e historicamente situados. Volochinov problematiza a natureza da linguagem a partir da situação de inquietação com que um autor se depara com a possibilidade de utilização da escrita, sobretudo com questões relacionadas ao texto literário e, particularmente, com o texto narrativo. Sabemos que Volochinov desenvolve suas reflexões no âmbito do discurso estético (literário), tomando como *corpus* os

trabalhos em prosa. Isso é ponto unânime para os estudiosos do Círculo de Bakhtin, mas também temos conhecimento das idéias lingüísticas desenvolvidas pelo Círculo neste texto.

Um aspecto interessante é digno de nota nessa discussão que Volochinov tece sobre a problemática com que se depara o autor ao escrever um texto. Segundo Volochinov (1993, p. 217):

Puede notarse que estos problemas se dividen en forma amplia en dos grupos. El primer incluye todo lo que está ligado al lenguaje mismo, a la *elección* de las palabras. El outro grupo está ligado a la *colocación* de estas palabras, a la *redación* de la obra entera, em otras palabras, a la *composición* de la obra. (grifos do autor).

O que destacamos, neste trecho, é uma alusão a uma das dicotomias estabelecidas por Saussure (1995) no *Curso de lingüística geral*, que é a do sintagma e do paradigma. A “eleição” das palavras refere-se à possibilidade e a variedade de formas que a língua disponibiliza ao falante no ato de produção de linguagem, quer oral quer escrita, colocada como a noção de paradigma. A referência à “colocação” das palavras, por sua vez, remete-nos ao conceito de sintagma. Essa observação é necessária porque há uma forte tendência no pensamento lingüístico moderno de mostrar que a lingüística desenvolvida a partir da década de 60, no século XX, rompe com o arcabouço teórico da lingüística estrutural. O que acabamos de ler nas palavras de Volochinov é exemplo de uma interlocução entre dois momentos – cronologicamente falando – dessa ciência humana. Volochinov, de fato, propõe uma visão de linguagem que excede a moldura de pensamento predominante em sua época, mas o faz partindo do que se concebia naquele momento da história da humanidade. Sua formulação teórica dá-se a partir de uma constatação de limites gerados no interior do estruturalismo.

Ainda nesse texto, Volochinov se volta para a hipótese da origem da linguagem, numa tentativa de evidenciar seu caráter social desde suas primeiras manifestações. Embora as considerações tecidas nesse e em muitos outros textos do Círculo de Bakhtin estejam voltadas para o discurso estético, para a literatura, é necessário reconhecer, também, que suas reflexões sobre a linguagem revestem-se de uma preocupação filosófica que abrange seu uso em todas as esferas da comunicação humana, e não apenas no campo literário. Com isso, queremos

evidenciar que o que está em foco aqui não é o *corpus* onde a linguagem se presentifica, mas sua existência no universo, que é de natureza social.

Para mostrar essa função social da linguagem na vida humana, Volochinov propõe observá-la no processo de formação e desenvolvimento, ou seja, propõe que se volte aos primórdios da humanidade, há aproximadamente centenas de milhares de anos, quando tudo começou, e que se vejam seus desenvolvimentos no decorrer da história humana. Para isto, ele apresenta duas grandes teorias bastante difundidas sobre a gênese da linguagem. A primeira delas se chama “teoria da onomatopéia”, segundo a qual os homens reproduziam os sons produzidos por animais e outros sons da natureza. Dessa forma, os sons designavam naturalmente os objetos que produziam tais sons, transformando-se em palavras. A segunda teoria foi chamada de “teoria das interjeições”, para a qual as primeiras manifestações sonoras humanas foram as interjeições, emitidas em situações em que os homens passavam por fortes sensações. Essas emissões se convertiam em palavras quando repetidas.

Apesar de essas formulações serem convincentes, Volochinov vai defender uma outra explicação para o surgimento da linguagem. Baseia-se no trabalho de Frederico Engels, de 1876, cujas idéias postulavam o aparecimento da linguagem ligado às necessidades de interação humana criadas pelo contexto do trabalho. Este colocava em evidência a necessidade de ações recíprocas que levavam os homens à articulação de sons nos órgãos da fonação. Nasce, assim, a explicação da gênese da linguagem humana, extremamente marcada por uma concepção sociológica da linguagem. Antes de chegar a um estágio mais evoluído, houve um momento em que se utilizavam os gestos e a mímica, a linguagem das mãos, passando muito tempo depois ao estágio da linguagem fônica. Assim, a força motriz que levou o homem ao uso da linguagem foram as condições de trabalho humano naquele momento da história, que reivindicavam uma postura bem mais complexa do que o simples movimento das mãos. Portanto, para Volochinov (1993, p. 223, 224):

Los primeirísimos elementos del lenguaje fónico humano, así como también los del arte, eran elementos de un proceso de trabajo, estaban ligados a las necesidades económicas y representaban el resultado de la organización productiva de la sociedad.

É esse o ponto nodal dessa discussão acerca da essência social da linguagem. É ela que permeia todo o pensamento de Volochinov e do Círculo de Bakhtin nas reflexões que desenvolve. Diferentemente de Saussure, para quem o signo era arbitrário e imotivado, o signo lingüístico, para eles, reveste-se de um caráter ideológico, ou seja, ele é partilhado socialmente em decorrência das necessidades da vida em sociedade, refletindo-a e refratando-a. Já aqui se aponta a interdependência dos sujeitos nas atividades cotidianas de comunicação, conforme lemos nas seguintes palavras:

En realidad, para la realización de la comunicación verbal es necesario que el *significado* oculto en el gesto de la mano de un hombre sea *comprensible* para otro hombre, que este hombre sepa establecer – gracias a la experiencia precedente – la relación necesaria entre ese movimiento dado, y el objeto o acontecimiento en cuyo lugar es empleado. Em otras palabras, el hombre debe comprender que este movimiento es portador de un significado, que este movimiento expresa un signo. (1993, p. 229) (grifos do autor).

Como consequência do desenvolvimento da atividade econômica, surgem as relações de classe, que se evidenciam, no trabalho, na determinação de direitos e deveres. Posteriormente, com o aparecimento da propriedade privada e com a formação do estado, surge a necessidade de estabelecer, em língua oficial, as relações jurídicas entre os envolvidos no processo laboral. Explica-se, com isso, a relevância da palavra e sua indispensável função socializadora nas relações humanas. A partir dessas considerações, percebemos mais enfaticamente o relevo que Volochinov dá ao aspecto social e dialógico da linguagem, bem como sua natureza histórica, desenhando o sujeito falante dotado de um caráter sócio-histórico inerente, por este ser um participante ativo desse grande diálogo vivo que é a linguagem, deixando de ser apenas uma matéria biológica, natural, para se tornar um ser social por excelência. Para Volochinov,

El hombre no puede pronunciar ni una sola palabra permaneciendo hombre puro y simple, individuo natural – biológico –, variedad bípeda del reino animal. La más simple expresión del hombre: ‘quiero comer’, puede ser pronunciada – expresada – sólo em una determinado lengua – aunque sea el lenguaje de las manos –, y será pronunciada com determinada entonación, com una gesticulación determinada. Así, nuestra elemental expresión de una coloración sociológica e histórica: la de la época, el ambiente social,

la posición de clase del hablante, y la de la situación real y concreta em la que tuvo lugar la enunciación. (1993, p. 234).

Este tema da natureza social da linguagem, esboçado enfaticamente em *¿Qué es el lenguaje?*, será desenvolvido intensamente em Bakhtin/Volochinov (*Marxismo e filosofia da linguagem*, 1999), quando formula o princípio da interação verbal. Neste livro, os autores teorizam sobre o funcionamento da linguagem a partir do princípio dialógico, uma das teses centrais do trabalho desses autores.

Bakhtin/Volochinov discutem a idéia de signo no âmbito da reflexão sobre a ideologia e no âmbito da filosofia da linguagem, traçando um contraponto entre a filosofia idealista e a psicologia da cultura, que concebiam a ideologia como produto da consciência individual, privada de qualquer suporte na realidade, e a sociologia, que a vê como produto social. Para o idealismo e o psicologismo, cada qual com suas especificidades metodológicas, a consciência constitui ora um nível de abstração, não possuindo uma forma material na qual possa ser expressa, ora um conjunto de reações psicofisiológicas fortuitas. Bakhtin desconstrói essas proposições e afirma que a consciência é um “fato sócio-ideológico” (p. 35). Ela é de natureza sociológica e “adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais.” (p. 35).

Nesse aspecto, o signo desempenha uma função fundamental para a discussão sobre a ideologia e sua forma semiótica de materialização. Não se trata de um signo que apenas representa uma determinada realidade material, apontando para um referente no/do mundo, mas que a reflete e refrata, imprimindo-lhe índices valorativos que se consolidam como signos no processo de interação social, conforme afirmam Bakhtin/ Volochinov (1999, p. 34):

Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social.

O signo agora é visto como um elemento veiculador de valor ideológico. Ele vai além de seu papel primário de designação de um objeto para transcender essa realidade e atribuir-lhe um caráter ideológico. A ideologia não dispõe de outra forma a não ser a do signo. Nessa noção de signo, Bakhtin/ Volochinov (1999, p. 36)

destacam a palavra, que “é o fenômeno ideológico por excelência.” Contudo, apesar de a palavra constituir um signo, nunca é demais afirmar que é preciso não confundir essas duas noções. Ainda nas palavras dos autores,

O signo, então, é criado por uma função sócio-ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica, estética, científica, moral, religiosa (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1999, p. 37).

Na visão de Bakhtin/Volochinov, os signos não apenas referenciam as coisas que há no mundo, mas refratam a realidade a que se reportam. O conceito de refração tem uma importância fundamental na noção de signo, pois com os signos não apenas descrevemos o mundo que está à nossa volta, mas construímos variadas e multifacetadas formas de ver esse mundo. A pluralidade de sentidos atribuída aos objetos de discurso que existem no mundo advém da heterogeneidade e da multiplicidade de verdades construídas pelos grupos humanos nas relações sociais e essa pluralidade se materializa, por diversas vezes, no mesmo material semiótico, que passa, então, a apresentar os mais variados pontos de vista, em alguns casos até mesmo contraditórios. Faraco (2003) assim descreve esse funcionamento do signo na sociedade:

“[...] as significações não estão dadas no signo em si, nem estão garantidas por um sistema semântico abstrato, único e atemporal, nem pela referência a um mundo dado uniforme e transparentemente, mas são construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais (FARACO, 2003, p. 50).

Bakhtin/Volochinov se propuseram à elaboração desse projeto de concepção filosófica da linguagem a partir das reflexões lingüísticas que o antecederam agrupadas por eles em dois grandes paradigmas epistemológicos vigentes no século XX, que constituem: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. Não iremos retomar o histórico de cada uma dessas tendências, mas esboçar as idéias centrais como forma de mostrar o caminho percorrido por Bakhtin/Volochinov e interlocutores para a formulação de uma lingüística do discurso, da enunciação, sobretudo com base no conceito de dialogismo.

Para a primeira corrente, por eles denominada de “subjetivismo idealista”, o problema que se coloca é o de explicar a produção lingüística como um ato de criação artística; a língua, nessa perspectiva, é colocada ao lado de outras manifestações ideológicas, como a pintura, a escultura, etc. Para essa tendência, “o psiquismo individual constitui a fonte da língua” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 72). Wilhelm Humboldt destaca-se como um dos célebres representantes dessa orientação. Já na psicologia empirista, Wundt resume as proposições sobre a língua em apenas uma: todos os fatos lingüísticos podem ser explicados com base numa psicologia individual. Vossler e seus seguidores, situando-se no campo lingüístico, levam adiante a idéia estética, artística de língua. Para eles, a tarefa do lingüista consiste em apreender o “gosto lingüístico” presente em cada fato de língua. Em suma, o que se destaca na formulação de Vossler é o caráter individual da fala, que constituirá a essência da língua. Bakhtin resume o pensamento desse autor da seguinte forma:

Segue-se que, em todo ato de fala, o importante, do ponto de vista da evolução da língua, não são as formas gramaticais estáveis, efetivas e comuns a todas as demais enunciações da língua em questão, mas sim a realização estilística e a modificação das formas abstratas da língua, de caráter individual e que dizem respeito apenas a esta enunciação. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 76).

A segunda vertente do pensamento filosófico-lingüístico da época é o que os autores denominam “objetivismo abstrato”. A linha mestra que rege as reflexões tecidas acerca da língua é a que a concebe como objeto de uma ciência, a lingüística, e que estabelece o sistema lingüístico como lugar das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua. Ao contrário da posição subjetivista idealista, a língua não consiste em um fluxo ininterrupto de atos de fala, mas em um sistema organizado, estável, em que cada elemento apresenta uma identidade que é preservada a cada ato de enunciação. Ou seja,

Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores. São justamente esses traços idênticos, que são assim normativos para todas as enunciações – traços fonéticos, gramaticais e lexicais –, que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 77).

Para a segunda orientação, a língua apresenta uma autonomia, no sentido de que não se permite a nenhuma intenção ou desígnio do sujeito falante, não se submete às leis da criação individual, mas apresenta leis imanentes, que a fazem um sistema estruturado, definido, restando ao indivíduo apenas a possibilidade de assimilá-lo em toda sua completude. Nesse contexto, a língua é concebida como um fenômeno social, normativo para cada indivíduo, uma vez que não se deixa guiar por qualquer esforço criador individual. Um argumento contundente apresentado pelos defensores dessa posição é o do fosso existente entre o estudo das formas lingüísticas numa abordagem sincrônica e numa abordagem diacrônica. Nesse sentido, defende-se a idéia de que a passagem de uma forma a outra no decorrer da história não é algo condicionado/motivado por uma vontade individual, mas se trata de uma mudança involuntária e geralmente despercebida. Com isso, qualquer mudança ou variação é considerada deformação das formas normativas. A origem dessa orientação remonta aos séculos XVII e XVIII, em que vigoravam os princípios do racionalismo e do cartesianismo. Segundo Bakhtin/Volochinov (1999, p. 83):

A idéia de uma língua convencional, arbitrária, é característica de toda corrente racionalista, bem como o paralelo estabelecido entre o código *lingüístico* e o código *matemático*. Ao espírito orientado para a matemática, dos racionalistas, o que interessa não é a relação do signo com a realidade por ela refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação *de signo para signo* no interior de um sistema *fechado*, e não obstante aceito e integrado. Em outras palavras, só lhes interessa a *lógica interna* do próprio sistema de signos; este é considerado, assim como na lógica, independentemente por completo das significações ideológicas que a ele se ligam. (Grifos do autor)

Como se observa, as raízes desse modo de conceber a língua podem ser encontradas na filosofia cartesiana. Já na lingüística do século XX, essas idéias serão fortemente retomadas por Saussure, que sistematizou rigorosamente o pensamento sobre a língua a partir de uma ótica cartesiana e trouxe contribuições relevantes para os estudos sobre a linguagem empreendidos até a contemporaneidade.

Essas considerações foram tecidas porque Bakhtin/ Volochinov, ao proporem sua teoria dialógica da enunciação, trazem à cena uma problematização sobre o legítimo objeto de estudo da lingüística e, para isso, remontam, de um lado, a

Saussure, trazendo toda a discussão que envolve os conceitos de língua e linguagem. Nesse aspecto, Bakhtin/ Volochinov aludem ao corte metodológico estabelecido por Saussure, que considera a língua objeto da ciência lingüística, enquanto a linguagem, sendo heterogênea, desprovida de leis independentes, não possibilita a descrição dos fatos de língua. De outro lado, destacam-se como representantes dessa escola nomes como os de Durkheim, na sociologia, e Meillet, na lingüística francesa.

Uma vez discutida a questão da linguagem numa perspectiva social, interativa, orientada para o outro, abordaremos uma noção que abrange esses aspectos: a de dialogismo. Tomamos como ponto de partida o capítulo intitulado “O enunciado, unidade da comunicação verbal”, na obra *Estética da criação verbal* (2000)¹⁴. Nesse trabalho, Bakhtin estabelece a natureza do enunciado, visto numa concepção ampla para além das fronteiras da sintaxe, e apresenta duas formas de manifestação desse dialogismo na linguagem. Evidentemente, essa questão será discutida por Bakhtin no âmbito de um outro grande conceito desenvolvido nesta obra, que é o dos gêneros do discurso.

A noção de dialogismo colocou em xeque a tese defendida pela lingüística humboldtiniana e, também, por Vossler e seguidores, de que a língua basta a si mesma na vida do indivíduo, independentemente da necessidade de comunicação, de que a língua é condição *sine qua non* para o homem poder criar o pensamento. Segundo Bakhtin (2000, p. 289), na perspectiva dessa corrente de pensamento,

A linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se este estivesse *sozinho*, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação verbal. E, quando o papel do outro é levado em consideração, é como um destinatário passivo que se limita a compreender o locutor. (Grifo do autor)

Bakhtin problematiza o esquema da comunicação humana tal qual é desenhado nos moldes da lingüística estrutural, como a que se vê nos trabalhos de Karl Bühler e, posteriormente, nos de Jakobson, no quadro funcionalista da lingüística. O fato é que em ambos os casos, os participantes do ato de comunicação desempenham papéis individuais: de um lado, temos o locutor – aquele que fala e, por isso mesmo, corresponde ao lado ativo do esquema

¹⁴ Sabemos que o conceito de dialogismo está presente em quase toda a produção do Círculo de Bakhtin. Entretanto, escolhemos este texto porque é um dos que apresenta essa noção, de forma enfática e recorrente.

comunicacional. De outro, temos o ouvinte, que recebe passivamente a mensagem enviada por seu parceiro da comunicação. Nesse quadro, portanto, os sujeitos do processo interacional limitam-se aos seus lugares estanques, ou seja, não há, de fato, uma interação no sentido de troca de papéis e, embora esse esquema não seja de todo reducionista, ele não representa a totalidade real do processo de comunicação verbal humana em toda a sua diversidade e complexidade. Segundo Bakhtin/Volochinov (1993, p. 123):

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (Grifos do autor)

Com esta afirmação, Bakhtin postula uma das faces de sua teoria dialógica: a do dialogismo entre os enunciados. Esse aspecto do dialogismo mostra que eles não surgem do acaso, mas emanam de outros enunciados que compõem uma cadeia grande e complexa da qual cada enunciado faz parte. Bakhtin (1993, p. 89) afirma que

Todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada (...) Ao constituir-se na atmosfera da “já-dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo.

Nesse sentido, os enunciados estão entrelaçados numa grande rede e estabelecem entre si as mais diversas relações, muitas vezes antagônicas. É por esse motivo que Bakhtin afirma que cada enunciado pressupõe necessariamente outro no processo de sua produção, circulação, recepção e assimilação. Estas formulações do pensamento bakhtiniano configuram a condição constitutivamente dialógica da linguagem e revelam a alteridade como requisito indispensável da natureza humana. Nesse processo, a língua, ao contrário do que possam pensar aqueles que relegam a lingüística saussuriana a um plano secundário ou mesmo não a considerem, desempenha um papel relevante, pois o sujeito se utiliza dela, como um todo, para poder interagir. O que destacamos ainda como relevante nessa

teoria para a compreensão da linguagem como fenômeno humano eminentemente dialógico é o relevo que se dá aos sujeitos, aos interlocutores, pois estes, no fluxo da interação, não se tornam reféns de uma estrutura – a língua – mas apresentam uma autonomia ao utilizar-se desta para a produção de sentidos que pretendem gerar, o que Bakhtin chamará de “intuito discursivo do locutor”. O que enfatizamos, portanto, é que esses sujeitos devem ser vistos sempre numa *relação* com um outro, com e para quem eles adotam uma atitude responsiva ativa e no/ para o qual eles se constituem sujeitos.

Essa visão é percebida em vários momentos do texto. Um deles é o que trata do enunciado como unidade real da comunicação verbal. Para Bakhtin, os enunciados apresentam características estruturais peculiares e fronteiras bem definidas, dentre elas a alternância do sujeito falante. Isso constitui a primeira particularidade do enunciado e significa dizer que todo enunciado dialoga com os enunciados que surgiram antes dele e com aqueles que virão como resposta a ele. A esse respeito, afirma Bakhtin (2000, p. 294):

Todo enunciado (...) comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro.

É essa idéia de responsividade, de resposta (não no sentido skineriano) que constitui um dos fios condutores do pensamento bakhtiniano no decorrer de todo o texto. Tal idéia ganha uma dimensão extremamente ampla a partir do momento em que ele discute a extensão do enunciado, que pode ser desde uma simples réplica até uma obra com centenas de páginas, pois o que importa é a relação dialógica que este enunciado estabelece com aqueles que o precedem ou o sucedem. Nesse sentido, a obra é considerada um enunciado na medida em que dialoga com outras que circulam na sociedade, diálogo este que pode estabelecer relações de natureza variada, como de concordância, de discordância, de restrição, de aceitação etc.

A segunda particularidade do enunciado diz respeito ao seu *acabamento específico*, que consiste no momento exato, numa determinada situação de comunicação, em que o locutor passa a palavra ao outro, escrita ou falada, ou seja, refere-se ao fato de o locutor dizer “tudo” o que tinha em condições precisas. É esse

acabamento específico – que chamo de “relativo” – que possibilita a resposta do outro. Se não fosse assim, poderíamos falar durante dias e dias e nunca acabaríamos. O outro (re)conhece o momento (certo?) de responder. Isso se dá tanto num simples diálogo quanto numa obra extensa, como um romance, por exemplo. Essa totalidade acabada do enunciado, segundo Bakhtin, está relacionada a três questões interligadas: 1) o tratamento exaustivo do objeto de sentido, que se refere ao acabamento relativo do tema de um enunciado em função das especificidades da situação de comunicação e do querer-dizer do autor; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor, cuja idéia central reside no fato de o locutor, ao tratar de determinado assunto, ter uma intencionalidade e determinar a profundidade e a extensão com que abordará tal assunto; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento, que corresponde a formas específicas através das quais elaboramos e veiculamos nossos enunciados.

A terceira característica do enunciado refere-se à relação entre enunciado / autor / interlocutores. Isto é, o enunciado estabelece uma relação com o seu autor e com os outros participantes da interação verbal. Bakhtin apresenta aqui duas fases do enunciado: a primeira é a que determina as particularidades de estilo e de composição; a segunda, corresponde à necessidade de expressividade do locutor ante o objeto de seu enunciado.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos observar em outros momentos da discussão que Bakhtin trava a respeito do enunciado a noção de dialogismo que é esboçada. Ao tratar da palavra no contexto do enunciado, por exemplo, Bakhtin mostra que o sentido da palavra advém não apenas do fato de pertencer à língua e, portanto, admitir uma significação lexical, mas, sobretudo, do fato de dialogar com os milhares de enunciados da realidade concreta. Isso significa dizer que

Quando escolhemos uma palavra, durante o processo de elaboração de um enunciado, nem sempre a tiramos, pelo contrário, do sistema da língua, da neutralidade *lexicográfica*. Costumamos tirá-la de *outros enunciados*, e, acima de tudo, de enunciados que são aparentados ao nosso pelo gênero, isto é, pelo tema, composição e estilo: selecionamos as palavras segundo as especificidades de um gênero. (BAKHTIN, 2000, p. 311-312) (grifos do autor).

Na visão do autor, a palavra do enunciado adquire múltiplos sentidos a partir do contato que estabelece com os enunciados alheios no grande fluxo da

comunicação verbal e com o contexto da interação. Ainda sobre esse aspecto, diz-nos Bakhtin (2000, p. 313):

As significações lexicográficas das palavras da língua garantem sua utilização comum e a compreensão mútua de todos os usuários da língua, mas a utilização da palavra na comunicação verbal escrita ativa é sempre marcada pela individualidade e pelo contexto. Pode-se colocar que a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como *palavra neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do outro pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como *palavra minha*, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregna de minha expressividade. (grifos do autor).

Essas formulações sobre a palavra evidenciam que o pensamento bakhtiniano não descarta ou relega a um plano secundário o nível semântico da língua. Ao contrário, para Bakhtin, existe a significação da palavra, que ele chama de palavra neutra, isto é, o que permite sua utilização e seu acesso por todos os falantes da língua para que haja comunicação. No entanto, o que se destaca em suas proposições é o fato de nossas palavras apresentarem o eco de palavras do outro; isso, a nosso ver, configura-se como uma das multifaces do dialogismo. Ainda mais relevantes são as características da dinamicidade que a palavra apresenta, ou seja, ao mesmo tempo em que as palavras não são de ninguém, elas são dos outros (pois estão à disposição de todos os usuários da língua com as mais diversas expressões valorativas) e são minhas (pois eu as impregno com a minha individualidade dependendo da situação comunicativa). Enfim, é como se as palavras girassem dentro de um grande círculo, sendo saturadas, sacudidas por seus usuários, deixando-se expressar os mais diversos sentidos. Ainda sobre essa questão, Bakhtin (2000, p. 314) diz que:

A experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro (...) Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias) estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, modificamos. (Grifo do autor)

Pelo exposto, podemos perceber que a visão de linguagem de Bakhtin confunde-se com própria noção de vida, de mundo e de homem. O sujeito é concebido emaranhado numa rede de (inter)relações, cujos enunciados são produzidos em resposta a outros enunciados.

Outro momento do texto em que se percebe enfaticamente a noção de dialogismo é quando ele trata do tema do enunciado. Afirma ele que

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências (BAKHTIN, 2000, p. 319).

Os fragmentos extraídos evidenciam a relação do sujeito com a palavra, com o discurso, de uma forma plural, isto é, a subjetividade, em Bakhtin, emerge das relações sociais, das interações nos diferentes contextos da vida humana. Nossos enunciados carregam em si diversas posições valorativas instauradas nas interlocuções. O homem é visto em contato constante com outro ser humano e o(s) sentido(s) das enunciações advém(êm) dessas interações sociais, relações estas de natureza complexa, pois envolvem aspectos culturais, históricos, cognitivos e de outras naturezas.

2.3 – Subjetividade na linguagem: uma abordagem enunciativo-discursiva

O reprimido do estruturalismo, o sujeito, teve um regresso tanto mais ruidoso visto que se acreditou poder passar sem ele durante uma vintena de anos. Apanhado numa tensão constante entre divinização e dissolução, o sujeito experimentou não poucas dificuldades para reintegrar-se no campo do pensamento, dada a complexidade que lhe é própria, dividido entre a autonomia do poder e as redes de dependência que o condicionam. Diante da falsa alternativa, por largo tempo apresentada como inelutável, entre o sujeito onipotente e a morte do sujeito, toda uma corrente da reflexão contemporânea se desenvolveu em torno do paradigma da dialógica, do agir comunicacional, e pode representar um caminho real de emancipação social, bem como um paradigma fecundo no domínio das ciências sociais.

(FRANÇOIS DOSSE)

Abordar a noção de sujeito nos estudos lingüísticos não é uma das tarefas mais simples. Primeiramente porque não se trata de concebê-la primariamente no campo da Lingüística, mas de ir aos estudos filosóficos, onde ela nasce e se desenvolve, ganhando espaço em outras Ciências Humanas, às vezes com olhares bastante enviesados. Em segundo lugar, porque mesmo no interior da Lingüística, essa noção sofreu alterações ao longo dos estudos. Trata-se de uma idéia bastante complexa, que começou a ser discutida com maior rigor nos estudos da linguagem a partir da década de 60, quando da publicação dos textos de Émile Benveniste, ao tratar do aparelho formal da enunciação.

Para fins didáticos, consideramos a existência de dois grandes paradigmas conceituais a partir dos quais podemos pensar a idéia de sujeito na linguagem: o das teorias pragmático-comunicacionais e o das teorias enunciativo-discursivas. O primeiro paradigma postula uma idéia de sujeito livre, fonte enunciativa dos sentidos. Ao enunciar, o sujeito tem uma determinada intencionalidade, isto é, ele sabe o que deve dizer para produzir determinados efeitos de sentido. O segundo, diferentemente do primeiro, define o sujeito como uma instância atravessada pelo ideologia e/ou pelo inconsciente, isto é, o sujeito não fala, mas é falado, clivado, cindido, é uma estrutura por onde falam os discursos provenientes do interdiscurso, dos outros interlocutores da interação (jogo entre o *outro* e o *Outro*) e do inconsciente. Como nosso trabalho se desenvolve com base na visão enunciativo-discursiva, não discutiremos o conceito de sujeito tal como é pensando nas correntes pragmático-comunicacionais, .

Para nosso trabalho, interessam as considerações sobre o sujeito formuladas no âmbito das idéias do Círculo de Bakhtin, as quais já foram delineadas na seção em que tratamos da noção de linguagem, afinal, esses conceitos – linguagem e subjetividade – estão interligados, tornando difícil a definição de um deles de forma isolada. As seções que seguem apresentam uma breve resenha sobre a noção de sujeito no eixo da visão enunciativo-discursiva, começando por Benveniste, que (re)introduziu essa discussão nos estudos da linguagem, até a concepção desenvolvida pela análise de discurso.

2.3.1 – Sobre a subjetividade na linguagem: Benveniste

Benveniste, partindo dos estudos que fez sobre os pronomes pessoais da língua francesa, destaca-se no âmbito da Lingüística, entre outros, por trazer a noção de subjetividade, que até então fora desconsiderada pelos estudos estruturalistas da linguagem. Segundo Guimarães (2002), Benveniste é reconhecido no campo da lingüística como um lingüista histórico e seus trabalhos de maior destaque estão relacionados às línguas indo-européias e, nesse caso, caracterizam-se como estruturalistas de base saussureana, isto é, tomam como pressuposto teórico a língua como sistema de signos lingüísticos. Entretanto, merecem destaque seus artigos de lingüística geral que trataram de várias questões, dentre as quais a da subjetividade. Ele postulou uma teoria da enunciação fundamentada no princípio interacional¹⁵ entre um *eu* e um *tu*, só que o fez enfatizando apenas um dos elementos desse processo interacional, que foi o eu (EGO). Para o autor, ao enunciar, o *eu* institui necessariamente um *tu*. Para mostrar, então, a subjetividade na linguagem, ele afirma que o locutor se apropria da língua (processo de enunciação) e se revela como o sujeito do discurso. Um desses elementos formais da língua de que o *eu* se apropria seria, portanto, a categoria gramatical dos pronomes pessoais.

Brandão (1994, p. 49) sintetiza o sujeito em Benveniste afirmando que

(...) é um eu que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um tu – alocutário – opondo-se ambos à não-pessoa, ele (eu-tu x ele). Apesar desse tu ser complementar e indispensável, na relação é o eu que tem ascendência sobre o tu.

Os trabalhos de Benveniste¹⁶ situam-se numa zona fronteira entre o estruturalismo saussureano, na medida em que realiza descrições de língua, e os estudos enunciativos, em que discutiu a noção de subjetividade. Segundo Guimarães (2002, p. 45), “ele [Benveniste] procura manter o sistema como fechado em si, mas que tem paradigmas próprios para a constituição da subjetividade, ou melhor, da intersubjetividade da linguagem.” Voltando sua atenção para o corte

¹⁵ “interacional”, nessa perspectiva, é um termo que se aproxima mais de “comunicacional”, como pensado na lingüística estruturalista, do que o termo “interacional”, tal como é postulado em Bakhtin e seu Círculo.

¹⁶ Refiro-me aos textos publicados em Problemas de lingüística geral I (1998) e Problemas de lingüística geral II (1989).

estabelecido por Saussure em relação ao objeto da lingüística como ciência, Benveniste busca discutir a inclusão do sujeito na língua(gem), fato não contemplado, embora apontado, nos estudos do lingüista genebrino. Um de seus textos que introduzem essa discussão é o que trata dos modos de significância na língua: o semiótico e o semântico. O primeiro refere-se à língua como sistema de signos em que cada elemento mantém sua identidade – conforme a lógica da teoria do valor – na relação com outros elementos (signos) do sistema. Esse, inclusive, é o modo saussureano de considerar a língua e limita-se ao reconhecimento do signo como unidade. O segundo modo de significância da língua – o semântico – refere-se ao processo de compreensão das mensagens veiculadas por signos, considerando a questão da referência, não contemplada por Saussure, e a da língua em funcionamento. Essa distinção é essencial para compreendermos o gesto benvenistiano em direção a uma teoria da subjetividade na língua.

Em um capítulo intitulado *a natureza dos pronomes*, Benveniste postula que os pronomes não constituem uma classe de vocábulos homogênea do ponto de vista formal e funcional. Para ele, alguns pronomes são detentores de uma particularidade própria de sua utilização na atividade lingüística, ou seja, há alguns pronomes cuja função precípua é a de denotar a presença daquele que o enuncia. Nesse sentido, ele analisa a natureza dos chamados pronomes pessoais e chega à conclusão de que apenas as formas *eu* e *tu* são consideradas pessoais, enquanto a forma *ele* é desprovida dessa condição.

Segundo Benveniste (1988), os pronomes pessoais *eu* e *tu* apresentam uma propriedade diferente na atividade de referência, ou seja, longe de apenas apontar para algo objetivo, para uma determinada realidade, eles inscrevem os próprios indivíduos que os utilizam no processo de enunciação. Eles não remetem a nenhuma “realidade” fora da língua, mas apenas à instância do discurso, da “locução”, enfim, da enunciação. Se, por um lado, o pronome *ele* aponta para uma realidade extralingüística, como no enunciado: Pedro está doente, por isso *ele* não veio à aula hoje, em que o pronome *ele* é substitutivo do nome Pedro, apresentando, portanto, características formais, sintáticas e lexicais definidas, tem-se, por outro lado, o caso dos pronomes *eu* e *tu*, que lexicalmente não apontam para nenhuma realidade objetiva (Eu não pude ir à escola hoje. Para que(m) a forma *eu* aponta? Que entidade do mundo objetivo ela denota?). Portanto, a forma *eu* – e

simetricamente a forma *tu* – só tem existência lingüística na instância em que é produzida, como define Benveniste (1988, p. 279):

(...) *eu* é o “indivíduo que enuncia a presente instância do discurso que contém a instância lingüística *eu*”. Conseqüentemente, introduzindo-se a situação de “alocução”, obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*”. (Grifos do autor).

Na perspectiva benvenistiana, as formas pessoais *eu/tu* revestem-se da categoria de personalidade, o que não acontece com as chamadas formas de terceira pessoa, como o pronome *ele*, que é considerada uma forma não-marcada, por referir-se sempre a algo da realidade objetiva, tanto espacial como temporalmente. Os pronomes *eu/tu* apresentam, portanto, certos atributos que os tornam específicos na situação enunciativa, como a ausência de referência material e não são submetidos à condição de verdade. Seu papel consiste em fazer passar da instância da língua para a instância do discurso.¹⁷

É com base nessa caracterização que se vê o esboço do conceito de enunciação, que consiste no processo de conversão da língua em discurso. Nas palavras deste autor, “É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘*sujeito*’” (BENVENISTE, 1988, p. 280-281). Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra.

No capítulo em que trata especificamente da subjetividade na linguagem, questiona a idéia de linguagem como instrumento de comunicação, pois sua aceitação implicaria confundir a própria natureza da linguagem com a noção de instrumento, tendo em vista que este é fabricado, produzido pelo homem, enquanto aquela é de natureza imaterial, sua organização é articulada e seu funcionamento é simbólico. Portanto, homem e linguagem estão intrinsecamente associados. Conforme Benveniste (1988: 286), “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua

¹⁷ Benveniste (1988: 267) apresenta uma definição de discurso, ao tratar das relações de tempo nos verbos da língua francesa, propondo que os tempos verbais devem ser estudados em dois sistemas ou planos enunciativos: o da história e do discurso. Quando trata do segundo plano, ele conceitua discurso como “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro.” Para ele, o discurso inclui as modalidades oral e escrita da língua.

realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (Grifos do autor). Esse conceito pode ser melhor explicado ainda nas palavras do próprio autor, para quem

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. (BENVENISTE, 1988, p. 286). (Destaques do autor)

Embora centrado numa concepção de língua ainda de base estruturalista (a língua como elemento de comunicação), vemos, hoje, a grande importância dos estudos benvenistianos para as discussões sobre o sujeito na linguagem. Outras abordagens surgiram e é sobre isto que falaremos, de forma sintetizada, a partir de agora.

2.3.2 – Uma teoria não-subjetivista da enunciação

Situando-se numa outra perspectiva, encontra-se uma vertente não-subjetivista da enunciação. Althusser, em seu trabalho *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1998), desenvolveu a sua noção de sujeito a partir da idéia de que “só há ideologia pelo e para o sujeito”, isto é, “a Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos.” Nesse sentido, em todas as suas ações (mesmo nas mais triviais desenvolvidas cotidianamente), o indivíduo (ser empírico) é afetado pela Ideologia, que segundo Althusser (1998, p.96)

"[...] 'age' ao 'funcionar' de tal forma que ela 'recruta' sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou 'transforma' os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos interpelação [...]." (Destaques do autor).

Dito desta forma, o sujeito é pré-existente ao próprio indivíduo, mesmo antes de ele nascer, o que o coloca como *sempre* já sujeito.

Em outro momento, Althusser discute o que chama de processo de dupla sujeição, processo este segundo o qual o indivíduo é interpelado em sujeito e este se submete a um Sujeito (com “s” maiúsculo) absoluto, único. Esse fenômeno é

constitutivo da própria ideologia e faz com que ela se efetive. Podemos resumir esse mecanismo de sujeição utilizando as próprias palavras de Althusser (1998, pp. 104-105), quando diz que

Na acepção corrente do termo, sujeito significa 1) uma subjetividade livre: um centro de iniciativas, autor e responsável por seus atos; 2) um ser subjugado, submetido a uma autoridade superior, desprovido de liberdade, a não ser a de livremente aceitar a sua submissão.

É com relação às duas acepções que faremos uma opção teórica por um conceito de sujeito que transita por entre esses dois pólos: não é totalmente assujeitado, uma vez que age com/sobre/na/pela linguagem; mas também não é totalmente livre, pois está submetido à própria instituição lingüística, dentre outras instituições sociais nas quais ocupa lugares/papéis condizente com essas instâncias. As formulações de Althusser são consideradas de grande relevância para a análise de discurso desenvolvida por Pêcheux, principalmente pela noção de ideologia de que Althusser se utiliza. Vejamos como a AD concebe a noção de sujeito.

2.3.3 – Sobre a subjetividade em Análise de Discurso

Tem-se tornado quase lugar-comum a assertiva de que a noção de língua(gem) desenhada no arcabouço teórico-metodológico da chamada lingüística estruturalista/immanentista é homogênea, impossibilitada de vislumbrar questões exteriores constitutivas do sistema lingüístico de uma determinada comunidade. No entanto, Saussure estava mais preocupado em atribuir à lingüística o *status* de ciência-piloto do século XX, interesse tal que o levou a operar o corte metodológico: entre a sistematicidade e fixidez do sistema e a fluidez da fala, Saussure se volta para a língua. O que, hoje, tem-se feito em algumas tendências de estudos da linguagem é a imprudência de não reconhecer a lucidez e a clareza do mestre genebrino ao estabelecer seu objeto de estudo. Saussure tinha consciência (plena) de que a fala constitui um campo de investigação que demanda uma abordagem muito mais ampla, que extrapola os liames do sistema, das regularidades. O debruçar sobre a língua permite-nos, contemporaneamente, visualizar a grandeza e a complexidade da maior faculdade humana, que é a linguagem. Com isso, afirma-

se que a construção do conhecimento acerca da linguagem dá-se, hoje, num terreno em que os vestígios de uma concepção de língua – se não dão a base, pelo menos deixam como herança a possibilidade de ruptura com o dogmático e com o uno e instauram, ao mesmo tempo, a possibilidade de convivência com aquilo que, de fato, constitui o ser humano, que é o não-um, a diferença – apontam para a necessidade de revestir (para opor à atitude dos que desejam sepultar) o velho com o que confere dinamicidade, ações. Nesse contexto, não escapa aos estudiosos um elemento que está inextricavelmente ligado à linguagem: o sujeito.

A questão da subjetividade colocada na AD, por ser de uma importância crucial, apresenta algumas dificuldades para quem se aventura a discutir o problema, pois há uma tendência a conduzir o pesquisador para pontos extremos, a depender da perspectiva teórica que se adote na definição do conceito. Talvez essa complexidade e pluralidade de visões se devam, em parte, à própria heterogeneidade constitutiva do campo, uma vez que a AD nasceu da articulação de três campos científicos distintos: o da lingüística estrutural, o do materialismo histórico e o da psicanálise lacaniana.

O primeiro paradigma, que já mencionamos, postula uma idéia de sujeito totalmente livre, fonte enunciativa dos sentidos. Ao enunciar, o sujeito tem uma determinada intencionalidade, isto é, ele sabe exatamente o que deve dizer para produzir determinados efeitos de sentido. Nessa perspectiva, a relação do sujeito com a língua dá-se de uma forma como se a história não existisse, como se a língua fosse transparente e o sujeito não fosse clivado pelo inconsciente, isto é, os sujeitos utilizam a língua pensando dizer exatamente aquilo que gostariam de dizer.

Na segunda perspectiva, inserem-se os trabalhos que se pautam pela idéia de que o sujeito é totalmente assujeitado à ideologia, ao inconsciente, enfim, que o sujeito não tem nenhuma espécie de controle do que diz; ele tem a ilusão (necessária) (Pêcheux, 1997) de que ele é a fonte do sentido e que tudo o que diz parte de uma postura deliberada, consciente; esse mecanismo de sujeição é (im)posto pela própria ideologia, para que o sujeito pense que é livre para dizer o que quer na posição que ocupa; o sujeito é, nesse sentido, atravessado pelos discursos provenientes das formações discursivas nas quais se inscreve. Ou seja, ele é sempre porta-voz de discursos prévios que já circulam numa determinada sociedade. Em outras palavras, quando falamos, fazemo-lo a partir de uma instância

sócio-discursiva marcada sócio-historicamente. Possenti (2003) resume essa perspectiva nas seguintes palavras:

Os enunciados que compõem os discursos são poucos, e são ditos muitas vezes, daí a falação, mas também a repetição. Os enunciados não têm origem, são em grande parte imemoriais, e os sentidos que carregam são consequência dos discursos a que pertenceram e pertencem, e não de serem ditos por você ou por outro nesta instância de enunciação. A fonte do sentido é a formação discursiva a que o enunciado pertence (...)

Vemos, assim, que essas duas concepções de sujeito distribuem-se em dois pólos divergentes, que não dialogam em nenhum momento. No entanto, mesmo no interior da segunda perspectiva, não há uma uniformidade no modo de conceber a idéia do sujeito, que será tratado sob três enfoques distintos¹⁸:

1) o primeiro postula que um determinado discurso pode ser (re)conhecido pelos enunciados que o compõem, ou seja, há determinados elementos nos discursos que nos permitem distingui-los de outros e, portanto, levarão os sujeitos a dizer isto ou aquilo, dependendo da ideologia que veiculem. Nesse sentido, não é o sujeito individual que fala, mas a instituição na qual o sujeito ocupa uma determinada posição. Daí dizer que o sujeito é *assujeitado*. Nesse enfoque, destacam-se os primeiros trabalhos de Michel Pêcheux, com base em Lacan e Althusser.

2) O segundo opõe-se à perspectiva anterior ao afirmar que não existe um discurso uno, homogêneo do ponto de vista de sua constituição interna; pelo contrário, ele se constitui a partir da dispersão dos enunciados que o formam. Com isto, afirma-se que é possível encontrar enunciados de um discurso em outro, como por exemplo, enunciados do discurso político em discurso pedagógico etc. Nessa perspectiva, Foucault (2000) desenvolve a noção de formação discursiva e o que a caracteriza é a sua dispersão: o sujeito aí representado caracteriza-se como uma função dentre muitas outras que ele pode assumir na ordem da discursividade.

3) por fim, o terceiro enfoque mostra que a heterogeneidade é o fenômeno que rege o funcionamento da linguagem humana. Nessa vertente de pensamento,

¹⁸ É interessante notar que esses enfoques correspondem a três períodos ou fases cronologicamente definidos, que alguns estudiosos costumam chamar de AD1, AD2 e AD3.

há uma intersecção dos discursos de maneira que nossos discursos são constituídos a partir de discursos de outros interlocutores (o que a AD chama de outro com “o” minúsculo) e da memória social, discursiva ou do interdiscurso (chamado de outro com “O” maiúsculo pela AD). Aqui, têm destaque os trabalhos desenvolvidos por Bakhtin e pelo próprio Foucault.

Nossa posição é a de que mesmo submetidos à língua e a outras instituições sociais, à ideologia e a outros mecanismos de determinação sócio-histórica, o sujeito *age* com a língua/linguagem; não se constituindo como fonte original dos sentidos que produz, ele realiza determinadas ações com a língua/linguagem; não se trata, portanto, de um posicionamento dúbio, indeciso, mas de perceber na natureza das atividades lingüísticas realizadas pelos falantes, nas diversas situações de enunciação, que há uma interação entre esse dois pólos: o da sujeição (à ideologia e/ou à inconsciência) e o de uma relativa liberdade.

Definir-se por uma concepção de sujeito, no âmbito das discussões acima colocadas, ainda que de forma sucinta, não é uma decisão fácil, contudo bastante necessária para o tratamento da questão aqui proposta. As formulações sobre sujeito que temos nos apontam caminhos extremos e teoricamente antagônicos. Para o estudo em questão, precisamos situar satisfatoriamente essa noção, tanto conceptual como metodologicamente, a fim de que a descrição e análise dos dados sejam coerentemente estabelecidos.

Um dos estudiosos contemporâneos que tem elaborado reflexões relevantes sobre esse tema, no campo da AD, é Possenti. Em *Os limites do discurso* (2003), onde reúne alguns de seus principais ensaios sobre discurso e sujeito, ele aponta uma concepção de sujeito que não é totalmente livre – pois não é dotado de uma capacidade de intenção nas situações de interação – e nem totalmente assujeitado, uma vez que, mesmo submetido a instituições e considerado “porta-voz” de discursos prévios que o antecederiam, age com/na linguagem. Em uma de suas formulações sobre o sujeito, ele afirma:

(...) não acredito em sujeitos livres nem em sujeitos assujeitados. Sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer em uma situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semi-sistemas em

processo. Nada é estanque, nem totalmente estruturado (POSSENTI, 2003, p. 91)

Em um ensaio sobre sujeito intitulado “O sujeito fora do arquivo”, Possenti (2003) problematiza um dos postulados de base da AD sobre o sujeito, que é o do assujeitamento. Segundo ele, trata-se de uma “campanha” deliberada pela rejeição do sujeito cartesiano, sujeito da consciência, “campanha” esta resultado de falhas estruturais do arcabouço teórico-metodológico da disciplina. Nesse sentido, apresenta como proposta a análise de discursos do cotidiano¹⁹, ou seja, analisar o trabalho do sujeito fora de enunciados de arquivo (daí o título do artigo). Seria o caso, segundo Possenti (2002, p. 94) de

(...) interrogar-se sobre se a descoberta do inconsciente exclui radicalmente qualquer manobra consciente dos sujeitos (para evitar que a afirmação de x seja tomada como negação de y, o que é precário), se o sujeito precisa saber o que é para saber o que diz (o que levaria a dizer que o sentido deriva do locutor e não do discurso), se a existência de condições anula qualquer opção ou ação de sujeitos (tomando condições por causa) etc. – e multiplicar os *corpora* e métodos de análise, saindo do “arquivo”, cujo funcionamento tende a apagar processos discursivos, enquanto que “fora do arquivo” os sujeitos claramente trabalham.

Possenti ainda acrescenta alguns argumentos que, segundo ele, revelam os reducionismos e extremismos praticados pela AD com a tese do assujeitamento. Dentre esses argumentos, destacam-se a) a rejeição de estudos realizados por psicólogos, em virtude da adoção da psicanálise como um dos pilares da disciplina; b) a necessidade de superação do positivismo e, por fim, c) “(...) a recusa em aceitar como características das línguas traços que lhes tivessem sido atribuídos por lingüistas ‘positivistas’ ou ‘formalistas’” (POSSENTI, 2002, p. 95).

Entretanto, como aponta Possenti, a AD, de sua fundação para cá, passou por reformulações e um dos momentos mais significativos é o do reconhecimento da relação língua-discurso, ou melhor, do reconhecimento simultâneo da língua como sistema de formas e como instância atravessada por elementos de natureza social e história e posta em funcionamento por sujeitos falantes. Essa tese foi desenvolvida por Pêcheux (1990), para quem falar de discurso significa, ao mesmo tempo, falar

¹⁹ Para isto, Possenti (2002) recorre aos textos de De Certeau (1990).

de estrutura e de acontecimento. Com base nesses postulados, Possenti elabora cinco princípios que se pretendem sua contribuição para refletir a idéia de sujeito. Apesar da extensão, citaremos integralmente por considerar relevante para o posicionamento a ser tomado neste trabalho.

1. Os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais – para evitar o subjetivismo desvairado e a identificação do sujeito como uma peça;
2. cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial – para evitar a idéia de que o sujeito é fonte de seu discurso e a de que é o discurso que se dá;
3. cada discurso é integralmente interdiscurso e integralmente relativo a um mundo exterior – para evitar a idéia que o discurso refere-se diretamente às coisas e a de que tudo é discurso ou a realidade, se houver uma, é criada pelo discurso;
4. cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal – para evitar a idéia de que o sujeito diz o que diz materializando as suas intenções e a de que o sujeito não tem nenhum poder de manobra e que o interlocutor concreto é irrelevante;
5. o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente?) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer) – para evitar que se desconheçam os saberes que os sujeitos acumulam em sua prática histórica e que se conclua disso que nada lhes é estranho ou desconhecido. (POSSENTI, 2003, p. 98).

Para Bakhtin, o sujeito²⁰ é um ser eminentemente social e, como tal, participa do conjunto de diferentes e variadas relações sociais, sendo isso o que constitui a subjetividade. Para ele, o sujeito não é um ser que se rende por completo às estruturas sociais, subjugado pelas forças sociais e destituído de qualquer capacidade de (re)ação. Também não é uma instância dotada de autonomia, detentora dos sentidos dos discursos que realiza em suas atividades de linguagem. No conjunto de idéias do filósofo, o sujeito vive na tensão entre o que é da ordem do individual e do social. Como afirma Fiorin (2006, p. 28)

No dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e de seu inacabamento. Nunca ele é submetido completamente aos discursos sociais. A singularidade de cada pessoa no “simpósio universal” ocorre na “interação viva das vozes

²⁰ Embora não teorize explicitamente sobre o sujeito, encontramos em seus escritos fundamentos para a elaboração desse conceito.

sociais”. Nesse “simpósio universal”, cada ser humano é social e individual.

Nessa perspectiva, o dialogismo é o princípio de ação do indivíduo falante, ou seja, toda a atuação do sujeito é orientada para o outro, em relação ao qual ele se constitui. É nas relações dialógicas, manifestadas nas diversas práticas históricas de interação e de usos da linguagem, que o sujeito se constitui e constitui o outro. Essa atmosfera social, como sabemos, é totalmente heterogênea e, por essa, razão, o sujeito que se move dentro dela é resultado dos pontos de vista diversos que circulam nesse espaço social. Conseqüentemente, toda tomada de posição desse sujeito decorre de sua inserção nesse ambiente multivocal, de forma que sua consciência, seus posicionamentos refletirão e refratarão sempre as posições vigentes da instância sócio-histórica na qual ele se insere.

Segundo Bakhtin, no processo de construção da consciência, as diversas vozes que circulam na esfera social podem ser apreendidas no discurso do sujeito falante de duas formas diferentes:

Os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas. Por isso, eles nunca são expressão de uma consciência individual, descolada da realidade social, uma vez que ela é formada pela incorporação das vozes sociais em circulação na sociedade. Mas, ao mesmo tempo, o sujeito não é completamente assujeitado, pois ele participa do diálogo de vozes de uma forma particular, porque a história da constituição de sua consciência é singular. *O sujeito é integralmente social e integralmente singular*. Ele é um evento único, porque responde às condições objetivas do diálogo social de uma maneira específica, interage concretamente com as vozes sociais de um modo único. *A realidade é centrífuga, o que significa que ela permite a constituição de sujeitos distintos, porque não organizados em torno de um centro único* (FIORIN, 2006, p. 58). (Grifos nossos).

Verificamos, pelas proposições esboçadas, a relevância de se considerar o sujeito nessa relação tensa entre o que é da ordem do social e histórico e o que é da ordem da singularidade. É nessa direção que pretendemos encaminhar a nossa reflexão sobre a autoria como processo de subjetivação, que, a nosso ver, dá-se integralmente num processo dialógico.

CAPÍTULO 3

METAENUNCIÇÃO: O SUJEITO E A NEGOCIAÇÃO DO(S) SENTIDO(S) COM A HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

Essas palavras *porosas*, carregadas de discursos que elas têm incorporados e pelos quais elas restituem, no coração do sentido do discurso se fazendo, a carga nutriente e destituente, essas palavras *embutidas*, que se cindem, se transmudam em outras, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se, ao mesmo tempo, e podem, na vertigem, perder-se, essas palavras *que faltam*, faltam para dizer, faltam por dizer ...

Authier-Revuz

3.1 – Considerações sobre os termos *metadiscorso*, *metacomunicação* e *metaenunciação*

Mainqueneau e Charaudeau (2004) afirmam que o metadiscorso corresponde a uma das manifestações da heterogeneidade enunciativa em que o locutor, no momento em que enuncia, comenta sua própria enunciação. Ocorre, nesse caso, uma ruptura no fio do discurso e o locutor se volta sobre sua produção para avaliação, instaurando um *outro* no processo enunciativo com o qual estabelece uma relação dialógica, para usar um termo bakhtiniano, isto é, num espaço já saturado por palavras mil, o metadiscorso revela uma dimensão do discurso em que os interlocutores abrem espaços para negociação do(s) sentido(s). É interessante notar que o metadiscorso não se restringe a atos de interação espontânea, ou seja, a situações de interação face-a-face, mas ele se manifesta em discursos cuja produção passou por um processo criterioso de controle, quer em gêneros orais ou escritos. Segundo Mainqueneau e Charaudeau (2004, pp. 326-327), o metadiscorso pode apresentar funções diversificadas, como:

(1) *auto-corriger-se* (“eu deveria ter dito...” “mais exatamente”), ou corrigir o outro (“você quer dizer, na realidade, que ...”); (2) marcar a *inadequação de certas palavras* (“se se pode dizer”, “por assim dizer”...); (3) eliminar antecipadamente um *erro de interpretação* (“no

sentido exato”, “metaforicamente”, “em todos os sentidos da palavra”...) (4) *desculpar-se* (“desculpe-me a expressão”, “se eu posso me permitir”...); (5) *reformular o propósito* (“dito de outra forma”, “em outras palavras”...) etc.

Apesar de apresentar a idéia central do conceito de metadiscurso, os autores não esgotam a lista de funções que os enunciados “*meta*” desempenham no processo enunciativo nem tampouco discutem a noção de base que dá sustentação teórico-metodológica à análise de tais enunciados, ou seja, eles não aprofundam a reflexão sobre a heterogeneidade enunciativa, conceito elaborado por Authier-Revuz (1982) para tratar dessa questão. Essa reflexão mais detalhada será exposta na seção 3.2 deste capítulo, quando apresentaremos o pensamento de Authier-Revuz.

Um trabalho que merece destaque ainda sobre a noção de metadiscurso é o de Borillo (1985), intitulado “Discours ou metadiscours?”. Esta autora faz uma instigante reflexão sobre enunciados *meta-* mostrando as dificuldades de se estabelecer as diferenças entre os termos *metalingua* e *metadiscurso*, utilizados por estudiosos da linguagem a respeito da propriedade auto-reflexiva da língua, uma vez que estas diferenças não são perceptíveis nas descrições feitas desses enunciados. Tais dificuldades estariam relacionadas tanto à concepção teórica, ou seja, ao modo de conceber essa propriedade lingüística, quanto ao aspecto metodológico, isto é, ao tipo de enunciado escolhido para exemplificação, análise. Nesse sentido, segundo Borillo, é de fundamental importância esse trabalho de distinção e, de início, ela postula que o metadiscurso deve estar relacionado ao ato de enunciação que o cria.

Segundo Borillo (1985), os exemplos escolhidos como os mais representativos de enunciados metalingüísticos são retirados de fragmentos de textos de gramáticos e de lexicógrafos, cujo trabalho é de descrever, definir e explicitar as propriedades formais e semânticas de enunciados elaborados ou em processo de elaboração sem considerar as condições enunciativas em que se deu seu aparecimento. Em outros casos, a abordagem de enunciados metalingüísticos atende a certos aspectos do processo enunciativo, como o caso dos estudos de citação, da leitura polifônica, da conotação autonímica, etc, mas não contempla, de maneira mais abrangente, os múltiplos aspectos que engendram a situação de enunciação. Conforme Borillo (1985, p. 47)

Si le métalinguistique envisage l'énoncé dans la situation particulière d'énonciation il devrait englober les divers éléments de cette configuration: non seulement le locuteur et à travers lui un énonciateur potentiel ou réel, l'allocutaire, destinataire réel ou non, mais également les autres facteurs qui participent à la mise en discours: conditions matérielles de communication, arrière-plan conceptuel, stratégie de mise en construction, objectif visé etc. Tous ces facteurs devraient pouvoir faire l'objet d'une mention ou d'une glose et entrer à ce titre dans ce que l'on appelle de métadiscours.²¹

A respeito dessa confusão terminológica, Borillo lembra que, em francês, o termo metalinguagem apresenta, algumas vezes, acepções muito diferentes, podendo referir-se tanto a metalíngua como a metadiscurso. É o caso, por exemplo, do trabalho de Rey-Debove (1978), em que a metalinguagem é concebida como um sistema de signos que remetem ao próprio código lingüístico, sem considerar as condições enunciativas de produção dos enunciados. Mesmo quando trata da problemática do discurso direto e indireto e de noções como “sujeito do enunciado” e “sujeito da enunciação”, Rey-Debove (1978) não tece uma reflexão que considere efetivamente a função metalingüística em situação de enunciação. Borillo faz menção, ainda, para elucidar esses diferentes modos de ver a metalinguagem, ao trabalho de Jakobson, para quem a metalinguagem também se dá num plano lingüístico, ou seja, segundo Jakobson, nas situações de comunicação, toda vez que o emissor julgar necessário verificar se está sendo bem compreendido por seu parceiro, o destinatário, ele faz uso da função metalingüística, isto é, eles precisam avaliar o código que utilizam para checar a compreensão. Vemos, assim, que tanto o trabalho de Jakobson quanto o de Rey-Debove debruçam-se sobre uma perspectiva de língua como sistema de signos, tal como elaborada por Saussure.

Colocadas estas questões, Borillo (1985) apresenta as primeiras considerações em busca de uma definição de metadiscurso. O que é importante, segundo ele, nessa busca, é não correr o perigo de fazer o inverso do que se fez com a noção de metalinguagem, ou seja, enquanto esta focalizava o código, o metadiscurso não pode valorizar demasiadamente a situação de enunciação em

²¹ “Se o metalingüístico considera o enunciado em sua situação particular de enunciação deveria englobar os diversos elementos desta configuração: não apenas o locutor e através dele um enunciador potencial ou real, o alocutário, destinatário real ou não, mas igualmente os outros fatores que participam do processo discursivo: condições materiais de comunicação, o pano de fundo, estratégias de construção, objetivos visados, etc. Todos estes fatores deveriam poder ser objeto de uma menção ou de uma glosa e entrar para esta designação que se chama metadiscurso.” (Tradução nossa).

detrimento do enunciado. É preciso haver um equilíbrio para não tender para estudos feitos nos campos da psicologia cognitiva e da sociologia do comportamento, que privilegiam a função de comunicação em seus aspectos como a interação, a resolução de conflitos, falas regradas, enfim, abordagens especificamente sócio-comunicativas. Segundo Borillo, é preciso circunscrever alguns aspectos de ordem formal e conteudística de certas práticas metadiscursivas para distingui-las de discursos em que a propriedade da reflexividade não se manifesta. Nesse sentido, em função de glosa sobre o discurso, o metadiscorso pode intervir de diversas maneiras:

- 1) para fazer referência ao discurso, para explicar o código tomado fora de sua realidade lingüística, ou, ao contrário, em seu funcionamento e uso. Nessa perspectiva, destacam-se os estudos de conversação e diálogos, que mostram a freqüência destes enunciados de retificação e correção. São enunciados que definem, explicam sentido das palavras e, muitas vezes, são usados de forma quase mecânica nas situações corriqueiras de interação. Fazem parte ainda deste grupo, dentre outros, os chamados *enunciados de reformulação parafrástica*, termo empregado por Gülich e Kotschi (1983) para referirem-se à ação do enunciatador do discurso de esclarecer, de reformular seu dizer para torná-lo mais acessível a seu destinatário.
- 2) Para fazer referência ao discurso como fato enunciativo para explicitar algumas de suas condições, como a inteligibilidade, a relação com o locutor e seu dizer, etc. Aqui, os enunciados metadiscursivos são utilizados com a função precípua de assegurar a gestão do diálogo em termos de eficácia comunicacional. Nesse tipo de interação, pode-se: a) perguntar sobre a compreensão do destinatário (ou sobre a recepção, se se tratar de uma conversação à distância), como “você compreendeu?”, “está claro?” etc. b) comentar o próprio ato de fala: “eu prossigo”, “eu venho te dizer” etc. c) convite para que o outro faça um esforço mental de compreensão, ou, ao contrário, para expressão: “me compreende?” “prossiga” etc. d) indicação de recepção e de compreensão: “tudo bem”, “bem”, “perfeito”, “compreendo”, “eu entendi bem” etc. e) indicação de não-

compreensão e ou pedido explícito de reformulação: “não entendo”, “poderia repetir?” etc. Todos estes enunciados não se aplicam ao objeto da mensagem nem ao universo referencial ao qual eles se reportam, mas às condições do diálogo, a sua inteligibilidade, a sua boa transmissão.

- 3) Para fazer referência ao discurso como construção de enunciados, explicitando seu desenvolvimento, sua estratégia e sua organização argumentativa. Em determinados gêneros, alguns enunciados podem romper o discurso e intervir sob a forma de digressão, de parêntesis, de explicação. Eles são considerados, assim, como marcadores de estruturação e seu papel é guiar o curso do raciocínio, facilitando o trabalho de compreensão. Eles operam sob três planos ligeiramente diferentes: a progressão lógica, a composição ou disposição e a argumentação.

Vemos, portanto, que a autora apresenta um posicionamento diferenciado quanto ao termo, não dando uma ênfase exagerada ao código, nem supervalorizando as condições enunciativas. Trata-se, antes, de uma visão integradora. Vejamos, agora, o conceito de metacomunicação.

Um outro termo utilizado e que pode confundir o leitor menos atento é o de *metacomunicação*. O conceito foi elaborado em 1950, no quadro do interacionismo norte-americano pelo naturalista e antopólogo Bateson para analisar situações de comunicação patológica. Os desenvolvimentos dessa corrente de pensamento foram sistematizados por um grupo de estudiosos da área de Psicologia da Escola de Palo Alto. Nessa linha de reflexão, o que interessa é a relação estabelecida entre os interlocutores no processo de interação. Segundo Maingueneau e Charaudeau (2004, p. 327), Bateson,

sensibilizado pela existência de mensagens metacomunicativas, que estão na maior parte dos casos implícitas, pela observação de comportamentos de *jogos* entre animais, articulou essa dimensão metacomunicativa a outros conceitos tomados de domínios muito diversos, como a cibernética, a teoria dos jogos, a teoria dos tipos lógicos etc., para construir uma teoria da comunicação na interação e integrá-la, em seguida, a uma “ecologia do espírito. (Grifos dos autores).

O conceito de metacomunicação elaborado nesse âmbito mantém uma estreita relação com o conceito de redundância proposto por pioneiros da Pragmática, como Carnap e Bar-Hillel, segundo os quais “cada um de nós possui uma enorme soma de conhecimentos sobre a legitimidade e a probabilidade estatística inerentes à sintaxe e à semântica das comunicações humanas.” (WATZLAWICK *et al.*, 2002, p. 30). Contudo, em termos psicológicos, ninguém, a não ser um especialista na área da informação, teria condições de assinalar a ordem seqüencial e hierárquica de letras e palavras no uso da linguagem, embora todos nós tenhamos condições de corrigir, por exemplo, alguma falha de impressão, substituir uma palavra em falta, levar um gago ao desespero, ao completar para ele suas palavras ou frases. Essas considerações, segundo Watzlawick *et al* (2002), são relevantes para a compreensão de que

(...) conhecer uma linguagem e saber algo *sobre* uma linguagem são duas ordens de conhecimento muito diferentes. Assim, uma pessoa pode saber usar correta e fluentemente a sua língua materna e, no entanto, não possuir um conhecimento de gramática e de sintaxe, isto é, desconhecer as *regras* que ela respeita ao falar a sua língua. Se essa pessoa fosse aprender uma outra linguagem – exceto pela mesma aquisição empírica da sua língua materna – teria de aprender também, explicitamente, algo *sobre* linguagens. (WATZLAWICK *et al*, 2002, p. 31). (grifos dos autores).

Essas formulações revelam que, embora estejamos em constante processo de interação, de comunicação, utilizando-nos de todos os recursos lingüísticos que a língua coloca a nossa disposição, podemos desconhecer de forma explícita as regras que orientam o “jogo” da comunicação, isto é, “estamos em constante comunicação e, não obstante, somos quase completamente incapazes de *comunicar sobre comunicação*. (WATZLAWICK *et al*, 2002, p. 32). (Grifo dos autores)”.

Com o objetivo de explicar os fundamentos da atividade metacomunicativa, ainda nessa discussão sobre o fenômeno da redundância, os autores recorrem a uma analogia para explicar o processo da interação humana: o jogo de xadrez. Suponhamos que um observador, alguém que não entenda absolutamente nada do jogo, nem do objetivo nem de suas regras de funcionamento, sente-se ao lado de um tabuleiro de xadrez em que duas pessoas disputam uma partida. Logo o observador verá que existem certos movimentos realizados pelos jogadores que são

repetitivos, como por exemplo, a alternância dos próprios movimentos entre os parceiros do jogo. Isso já lhe levaria a concluir que existe uma regra no jogo que exige dos participantes uma alternância de lances. Dias e dias de observação poderiam levar esse observador, através de hipóteses e deduções, a formular com exatidão as regras do xadrez, sem recorrer a explicações por parte dos jogadores. Tudo isso, no entanto, não nos permite afirmar que tal observador *explicou* o comportamento dos jogadores. Diríamos que ele identificou padrões complexos de redundância. Esse exemplo nos mostra, como já visto, que o fato de nos comunicarmos não nos habilita a falar sobre a comunicação, ou seja, a metacomunicar.

Por fim, ainda a título de ilustração, tomemos as considerações que os autores fazem sobre o conceito de cálculo da matemática. Partindo do conceito de cálculo elaborado por Boole²², Watzlawick et al. afirmam:

Quando os matemáticos deixam de usar a matemática como uma ferramenta de cálculo mas fazem dessa ferramenta o objeto de seu estudo – como acontece, por exemplo, quando põem em dúvida a coerência da aritmética como um sistema – usam uma linguagem que não faz parte da matemática mas é *sobre* a matemática. (...) essa linguagem tem o nome de metamatemática. (WATZLAWICK *et al*, 2002, p. 36). (Grifo dos autores).

A afirmação acima retirada da analogia como conceito de cálculo vem apenas consolidar, no espectro dos estudos elaborados por esses autores acerca da pragmática da comunicação humana, os fundamentos do conceito de metacomunicação, que eles formulam nos seguintes termos:

Quando deixamos de usar a comunicação para comunicar mas a empregamos para comunicar *sobre* a comunicação, como inevitavelmente acontece na pesquisa de comunicação, então recorreremos a conceitualizações que não são parte da comunicação mas *sobre* esta. (WATZLAWICK *et al*, 2002, p. 36). (Grifo dos autores).

²² “é um método que assenta no emprego de símbolos cujas leis de combinação são conhecidas e gerais, e cujos resultados admitem uma interpretação coerente” (BOOLE, 1847, p. 4 *apud* WATZLAWICK *et al*, p. 36, 2002).

É relevante destacar, no conceito formulado acima, que os autores chamam atenção para duas desvantagens significativas nos estudos de metacomunicação e que não ocorrem na metamatemática. A primeira é que, na área da comunicação humana, nada existe que se compare ao cálculo, o que não invalida o conceito de metacomunicação. A segunda, que mantém um relação com a primeira, diz respeito ao fato de que, enquanto os matemáticos possuem duas linguagens (números e símbolos algébricos para expressar a matemática e a linguagem natural para as expressões da metamatemática), os estudiosos do campo da linguagem estão praticamente limitados à linguagem natural como instância tanto da comunicação como da metacomunicação.

Por tomar um direcionamento tanto teórico quanto metodológico diferente das abordagens discursivas e enunciativas, objeto deste trabalho, ou seja, por enquadrar-se nas perspectivas interacionistas conversacionais, não exploramos esta noção de forma aprofundada; apenas mostramos a existência deste termo e o quadro epistemológico em que se deu sua gênese e desenvolvimento(s). Passemos, então, aos fundamentos de um dos conceitos que será relevante para este estudo: a metaenunciação.

3.2 – Jacqueline Authier-Revuz e as heterogeneidades enunciativas

Authier-Revuz destaca-se no campo dos estudos da linguagem por suas importantes contribuições às teorias da enunciação, especialmente por trazer para a discussão a temática da heterogeneidade do sujeito e da linguagem, da maior relevância para os estudos lingüísticos contemporâneos. Contudo, é válido salientar que a heterogeneidade já está presente na própria elaboração da noção de *heterogeneidade*, uma vez que é convocado para tal formulação aquilo que a autora chama de “exteriores”, isto é, conceitos e até teorias não lingüísticas que têm desempenhado um papel fundamental na explicitação – descrição e análise – de fenômenos lingüísticos. Isso contribui para que a teoria proposta por esta autora apresente um nível de complexidade significativo, pois para a construção do arcabouço teórico-metodológico da teoria, a autora estabelece interfaces entre aportes conceituais diversos, como são as noções de dialogismo, elaborada por Bakhtin e seu Círculo, e a noção de sujeito de natureza psicanalítica, de base lacaniana. Destacamos, ainda, a influência notável de Benveniste quanto à

concepção de língua adotada por Authier-Revuz. Percorreremos, ainda que muito brevemente, os caminhos teóricos trilhados pela autora apenas para situar esse complexo teórico e estabelecer, logo em seguida, os devidos caminhos.

Ao tratar da demarcação teórica, é importante afirmar, antes de tudo, que Authier-Revuz concebe a língua como um sistema (formal) de signos, como ordem própria. Diferentemente do que têm feito alguns estudiosos do texto, do discurso e da enunciação, a noção de língua tal como formulada por Saussure (1995) desempenha um papel fundamental nas formulações de Authier-Revuz, pois, “embora reconheça a ordem da língua como afetada por elementos que lhe são ‘exteriores’, ela não concorda que se deixe o objeto da lingüística aí se perder.” (TEIXEIRA, 2005, p. 133).

De Benveniste, dois trabalhos são decisivos no modo como Authier-Revuz desenvolve seu pensamento: *Semiologia da língua* (1969)²³ e *O aparelho formal da enunciação* (1970)²⁴. No primeiro texto, Authier-Revuz atenta para a discussão que Benveniste faz sobre o lugar da língua nos sistemas semióticos. Essa discussão é travada por Benveniste a partir dos trabalhos de Peirce e Saussure, em que ambos tratavam da noção de signo em perspectivas diferentes. Desta análise, Benveniste adota, ainda que com algumas críticas, a formulação de Saussure. Para Benveniste, a posição saussuriana quanto ao signo está subsidiada pela concepção de que a língua constitui um sistema de signos capaz de interpretar os signos de outros sistemas semióticos, conforme afirma o próprio Benveniste (1989, p. 66)

A língua é o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. Os outros sistemas têm uma significância unidimensional: ou semiótica (gestos de cortesia; mudrãs), sem semântica; ou semântica (expressões artísticas), sem semiótica. O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalingüística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas.

No texto *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste estabelece uma distinção entre a lingüística das formas e a lingüística da enunciação e apresenta o conceito de enunciação. Para ele, “a enunciação é este colocar em funcionamento a

²³ Essa data corresponde à versão utilizada pela autora.

²⁴ Essa data corresponde à versão utilizada pela autora.

língua por um ato individual de utilização. (...) *É o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado*” (BENVENISTE, 1989, p. 82) (Grifo meu). Este processo pode ser estudado, dentre outros, sob três aspectos fundamentais: 1) a realização vocal da língua (o próprio ato de enunciação); 2) o mecanismo da produção da enunciação (as situações em que ela se realiza) e, finalmente, 3) o quadro formal da realização da enunciação (os instrumentos de sua realização).

Ainda tratando da delimitação teórica, é importante destacar que, se por um lado, Authier-Revuz apóia-se no pensamento benvenistiano sobre a relação língua-discurso, por outro, ela se distancia de uma outra perspectiva enunciativa, como é a praticada por Oswald Ducrot, no âmbito de uma Semântica Argumentativa. O empenho da autora consiste em circunscrever ainda mais – devido às flutuações do termo – a temática da heterogeneidade. Segundo Teixeira (2000), Authier-Revuz rejeita o posicionamento de Ducrot pelo fato de este não considerar, na teorização sobre sujeito e sentido, a exterioridade, fechando o objeto lingüístico em si mesmo. Ainda conforme Teixeira (2000, p. 138), na visão de Authier-Revuz

A abordagem ducrotinana promove uma espécie de “proteção” do objeto contra a “contaminação” externa, um reforçamento de fronteiras, que vem restaurar a homogeneização (imaginária) de um campo que é heterogêneo na sua essência. (Destques da autora).

Feitas essas considerações preliminares, centremo-nos a partir de agora na formulação do conceito de heterogeneidade elaborado por Authier-Revuz, incluindo aí as reformulações ou ampliações operadas ao longo do trajeto, contudo representativas de um olhar aguçado e perspicaz sobre a linguagem.

Em seu trabalho *“Palavras incertas: as não-coincidências do dizer”*, Authier-Revuz define sua pesquisa como um estudo da “(...) configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa – a ‘modalização autonímica’ da enunciação atravessada por sua auto-representação opacificante”. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 14). Com esse objetivo, a autora se empenha, em diversos momentos de sua produção, em circunscrever o espaço teórico a partir do qual abordará tal tema, sobretudo quando se trata das noções basilares de sujeito e de sentido. O sujeito será visto como destituído do domínio de seu dizer, como postula a teoria lacaniana de um sujeito produzido pela linguagem como estruturalmente clivado pelo inconsciente, e constituído sempre pelo outro, conforme a teoria do dialogismo

bakhtiniano. O sentido, por sua vez, escapa à intencionalidade do sujeito, pois é [o sentido] determinado pelo interdiscurso, o lugar de sua constituição, tal como postula Pêcheux no domínio de sua teoria do discurso.

Os primeiros estudos de Authier-Revuz têm como objeto a questão do discurso citado e o uso das aspas. Nesses estudos, a autora mostra que não se trata de aspectos meramente morfossintáticos quando se faz a transposição do discurso direto para o indireto. A abordagem normativa, estrutural aponta apenas para as variações formais que um “que” – por exemplo, na passagem do discurso direto para o discurso indireto – apresenta; contudo, conforme Authier-Revuz, trata-se de um procedimento de natureza enunciativa através do qual o locutor de um discurso opera ao efetuar essa passagem, transposição, uma vez que tal locutor transpõe outro(s) ato(s) de enunciação para seu discurso.

Para o tratamento da questão das aspas, Authier-Revuz remete ao trabalho de Rey-Debove (1978) acerca da autonímia e da conotação autonímica. De forma bastante simplificada, podemos afirmar que a autonímia é a *menção* que o locutor faz de certa palavra, e não o *uso* dela, como no exemplo a seguir:

(1) “Viver é um verbo de 2.^a conjugação no sistema verbal português.”

Neste exemplo, tem-se a autonímia porque se tomou um signo e falou-se dele. Já no enunciado

(2) “Viver, *no sentido pleno da palavra*, não faz mais sentido para mim.”

tem-se um caso de conotação autonímica, pois faz-se o uso e menção simultaneamente da palavra “viver”, ou seja, a palavra torna-se o objeto do comentário ao mesmo tempo em que é utilizada. Authier-Revuz estabelece uma distinção fundamental entre o que ela chama de signo-padrão e signo autônomo. Para apresentarmos esta distinção, consideremos os dois enunciados abaixo:

(3) Recife é uma das grandes capitais do nordeste.

(4) *Recife* é um substantivo próprio.

O signo padrão é aquele que remete, como referente, a um elemento do mundo biopsicosocial e, nesse caso, apresenta uma estrutura semiótica simples, conforme podemos ver no esquema abaixo:

$$S = (sdo/ste)$$

Já o signo autônomo apresenta uma estrutura semiótica complexa, pois o significado ao qual está associado o significante (no caso, *Recife*) é aqui o próprio signo (a palavra *Recife*), com seu significado e seu significante.

$$S = \frac{sdo = (sdo/ste)}{ste}$$

É nesse contexto que Authier-Revuz situa seu estudo sobre as aspas (as aspas de conotação autonímica), e discute dois aspectos inerentes a essa reflexão: a) as aspas demonstram uma suspensão da responsabilidade do enunciador, que suspeita da(s) palavra(s) marcada(s) por ela; b) elas estão deslocadas do seu contexto enunciativo, inseridas em um outro discurso. A partir daí, Authier-Revuz realiza um estudo de cinco diferentes tipos de aspas (*Paroles tenue à distance*, 1980). Teixeira (2000, p. 144) resume a importância do estudo sobre as aspas em Authier-Revuz nos seguintes termos:

- as aspas são como o *eco* em um discurso de *seu encontro com o exterior*. Dito de outro modo, elas manifestam que, para o locutor, há uma borda que coloca um exterior em relação ao qual se constitui para ele, locutor, em um interior, seu discurso próprio, no qual se reconhece.
- elas mantêm a ilusão, para o locutor, de que há palavras “suas”, pelo distanciamento que promovem em relação a um *exterior ao discurso*, em função do qual as palavras podem ser avaliadas em sua adequação. (Grifos da autora).

O segundo momento das formulações de Authier-Revuz constitui uma significativa contribuição ao pensamento sobre a heterogeneidade do sujeito e do sentido no escopo das teorias enunciativas. É quando ela estabelece dois modos de

apresentação do outro no discurso, conhecidos como heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

Esses conceitos foram formulados no âmbito de um dos trabalhos mais instigantes de Authier-Revuz, que foi o artigo publicado na revista DRLAV²⁵, em 1982, intitulado, em português, de “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso”, em que ela trata da descrição das formas de heterogeneidade mostrada no fio do discurso, concebidas como manifestações de diversos tipos de “negociação” do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva. Segundo Authier-Revuz (2004, p. 12),

No fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz, um certo número de formas, lingüisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o *outro*. (Grifos da autora).

A autora mostra, na primeira parte do trabalho, as principais formas explícitas – marcadas e não-marcadas – da heterogeneidade *no* discurso, dividindo-as sistematicamente em quatro grupos²⁶ a serem apresentados a seguir.

O primeiro grupo compreende as formas de assinalar a presença do outro no discurso conhecidas como discurso direto e discurso indireto. Neste, o sujeito falante se comporta como um tradutor das palavras de outrem, ou seja, em suas próprias palavras ele se reporta a um outro discurso. Naquele, o sujeito se apresenta como um “porta-voz” do discurso alheio; a voz do outro é recortada e inserida no discurso do sujeito falante. Sob essas duas formas de discurso relatado, o sujeito abre espaço explicitamente em seu discurso ao discurso de um outro.

No segundo grupo, encontram-se as formas que ela denomina de formas marcadas da conotação autonímica, que compreendem as formas de comentário que o sujeito falante faz das palavras²⁷ inscritas no fio do discurso. Nesse caso, o sujeito se volta sobre sua própria enunciação e comenta um trecho que ele isola na cadeia enunciativa e que recebe, por essa razão, um estatuto outro em relação ao restante dessa seqüência enunciativa. Embora não faça uma descrição detalhada das formas que compõem esse grupo, Authier-Revuz apresenta esquematicamente

²⁵ *Documentation et Recherche em Linguistique Allemande, Vincennes.*

²⁶ Essas formas foram sistematizadas em sua tese de doutorado, apresentada em 1992, quando ela apresentou a teoria *das não-coincidências do dizer*.

²⁷ Authier-Revuz (2004) considera a *palavra* uma unidade que vai do vocábulo até uma expressão de extensão variável.

algumas dessas “fórmulas de comentário”, seguidas de exemplificações retiradas de um *corpus* formado por mais de quatro mil enunciados, de diferentes gêneros discursivos.

O terceiro grupo das formas de heterogeneidade mostrada abrange as formas da presença do outro que não são detectáveis na linearidade do discurso. O outro, nesse caso, é apreendido por meio de outro mecanismo, colocado por Authier-Revuz nos seguintes termos: a “menção” que duplica o “uso” que é feito das palavras só é *dada a reconhecer*, a interpretar, *a partir de índices recuperáveis no discurso* em função de seu exterior (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18) (Destques da autora). Fazem parte desse grupo as seguintes formas discursivas: o discurso indireto livre, a ironia, a antífrase, a imitação, a alusão, a reminiscência, o estereótipo.

No último grupo destaca-se um outro tipo mostrado de heterogeneidade que pode se inscrever no fio do discurso, que é o das *outras palavras, sob as palavras, nas palavras*. Nesse grupo, Authier-Revuz inclui as formas em que se pode entrever a presença de outro significante na cadeia discursiva a partir de determinados jogos com os signos lingüísticos. Algumas dessas formas são: 1) os acrósticos: composição poética na qual o conjunto das letras iniciais (e por vezes as mediais ou finais) dos versos compõe verticalmente uma palavra ou frase; 2) palíndromo: frase ou palavra que, lida da esquerda para a direita, ou da direita para a esquerda, tem o mesmo sentido. Exemplos: a palavra *radar*; a palavra *Roma* (amor) etc.; 3) os trocadilhos: jogos de palavras parecidas no som e diferentes no significado, e que dão margem a equívocos; 4) a palavra-valise: processo de formação de palavra em que duas bases são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item lexical. Ex.: *showmício* – show + comício; *portunhol* – português + espanhol etc.; 5) anagramas: palavra ou frase formada pela transposição das letras de outra palavra ou frase.

Para a discussão sobre a heterogeneidade constitutiva *do* discurso e da fala, ainda numa perspectiva lingüística, a autora recorreu, como suporte teórico, a duas abordagens não-lingüísticas, que ela considera como pontos de ancoragem para a descrição lingüística das formas de heterogeneidade mostrada. São elas: o dialogismo bakhtiniano, conceito que já foi abordado no primeiro capítulo e que apenas será retomado aqui; e a psicanálise lacaniana. Da primeira abordagem, Authier-Revuz centrará sua atenção na relevância com que Bakhtin trata das

relações dialógicas no discurso, destacando o papel do *outro* como elemento constitutivo do *eu* nas relações intersubjetivas. Da segunda, importará a temática do descentramento do sujeito, ou seja, a idéia de um sujeito produzido pela linguagem, estruturalmente clivado pelo inconsciente – sujeito-efeito da linguagem. Nosso objetivo, então, consiste em elucidar a importância teórica e metodológica do conceito bakhtiniano de dialogismo que interessou diretamente ao trabalho de Authier-Revuz. Já com relação aos postulados da psicanálise lacaniana, pretendemos apenas apresentar sinteticamente as idéias sobre o sujeito cindido, clivado pelo inconsciente, o que, de fato, interessa à autora e às perspectivas enunciativo-discursivas que se preocupam com a heterogeneidade do sujeito.

Em relação ao pensamento bakhtiniano, Authier-Revuz focaliza potencialmente a noção de dialogismo, procurando ver duas dimensões desse princípio fundador da linguagem: 1) a do dialogismo entre interlocutores e 2) a do dialogismo entre discursos ou enunciados. A primeira delas, longe de se limitar aos eventos de interação face a face, como tratados em algumas perspectivas lingüísticas, a exemplo da Análise da Conversação e da Pragmática, refere-se essencialmente ao princípio constitutivo do sujeito e da linguagem, ou seja, nossos discursos não se caracterizam pela individualidade, mas pela relação (constitutiva) que mantém com outro(s) discurso(s) que circula(m) em um grupo social. Nesse sentido, antes de se falar em subjetividade, deve-se reconhecer primariamente a intersubjetividade como princípio fundador da linguagem. Nossas palavras estão sempre habitadas pelas palavras do outro, que já vêm saturadas pelos acentos apreciativos de outros sujeitos falantes. Em suma, em cada enunciado, ouvem-se pelo menos duas vozes: a do eu e a do outro. O discurso é orientado para o outro, enquanto interlocutor. A segunda dimensão do dialogismo consiste no diálogo entre discursos. O discurso constitui-se inevitavelmente pela relação com outros discursos, ou seja, embora os temas e os objetos de discurso sejam os mesmos, os pontos de vista são outros, o que leva a situar o discurso como uma instância que parte de um já-dito e prepara um porvir (BAKHTIN, 1993, p. 89). Em suma, todo discurso é orientado para um já-dito. Em ambos os casos, o que se pode notar é que se rejeitam, por um lado, os postulados de uma psicologia ou lingüística subjetivista, que concebem o psiquismo individual como fonte de sentido e, por outro lado, as argumentações das teorias empiristas, que se limitam ao conhecimento dos produtos observáveis da interação humana. O que Authier-Revuz defende, aqui, é

um sujeito social, que interage com outros seres sociais, num dado contexto sócio-ideológico, histórico. Como afirma Teixeira (2000, p. 149), “o locutor, ele próprio sempre-já um ser social, integra à sua as vozes que o antecedem e as que ele antecipa na interação com seu destinatário, num contexto social determinado.”

O outro “exterior” teórico convocado por Authier-Revuz é o da psicanálise lacaniana, da qual utiliza os conceitos de uma *fala fundamentalmente heterogênea* e de um *sujeito dividido*. A idéia central é a de que a fala não é um cadeia homogênea, de um único sujeito, mas a de que nessa cadeia o fluxo “normal” da fala é quebrado, interrompido, emergindo assim o *Outro*. Na psicanálise freudiana, essas irrupções na cadeia da fala foram denominadas de forma geral de atos falhos, abrangendo lapsos, falsa leitura, falsa audição, esquecimentos, hesitações, gafes etc. A emergência desses atos na linguagem resulta, segundo a psicanálise, de um desejo inconsciente, que pode ser escutado na estrutura material da língua, fenômeno este que leva a psicanálise a formular um de seus postulados de base: o inconsciente²⁸ é estruturado como uma linguagem. Segundo Teixeira:

A linguagem é duplicada *numa outra cena* pela própria linguagem e isso se deixa surpreender na linearidade, através de rupturas, choques, desvios. O discurso não se reduz a um dizer explícito; ele traz em si mesmo *o peso de um Outro*, que ignoramos ou recusamos, cuja presença permanente emerge sob a forma de falha. (2000, p. 150) (Grifos da autora).

À concepção de um discurso atravessado pelo inconsciente, Authier-Revuz articula a noção de um sujeito descentrado, que não sendo uma entidade homogênea exterior à linguagem, é resultado de uma estrutura complexa, efeito de linguagem. “Rompendo com o EU da subjetividade clássica – concebido como o interior diante da exterioridade do mundo – a psicanálise inviabiliza, para o sujeito, a condição de ser *dono de sua morada*, já que nele constitutivamente está o Outro” (TEIXEIRA, 2000, p. 151). Nesse sentido, o sujeito é concebido como uma representação, estando preso numa rede de significantes na qual ele se constitui como tal. Em outras palavras, a subjetividade emerge a partir do Outro, que é o lugar de onde emana todo discurso, o que nos permite afirmar que o inconsciente é

²⁸ “O inconsciente é esta parte do discurso concreto enquanto transindividual, que não está à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente [...]. O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um vazio ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado” (LACAN, 1953, p. 136 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 50).

o lugar do Outro, é o discurso desse Outro. Dito isto, podemos apresentar, esquematicamente, as formulações sobre o sujeito na psicanálise lacaniana que, adotadas por Authier-Revuz em seus trabalhos sobre as heterogeneidades enunciativas, interessam mais de perto para a discussão aqui tecida. São elas:

- para um sujeito dividido, “clivado” (e não “desdobrado”), não há centro, de onde emanariam, particularmente, o sentido e a fala, fora da ilusão do fantasma; mas manter esta ilusão de um centro é a função necessária e norma do eu para o sujeito;
- para um sujeito que, fundamentalmente, é um “efeito de linguagem”, não existe, forma da ilusão – aqui também necessária e normal – posição de exterioridade em relação à linguagem, de onde o sujeito falante poderia tomar distância. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69) (Destaques da autora).

Para finalizar essas considerações, podemos dizer que o que realmente interessa na formulação lacaniana, na qual Authier-Revuz se apóia, é o fato de que:

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69) (Destaques da autora).

Ainda tratando da problemática das heterogeneidades do sujeito e do discurso, chegamos a uma terceira fase da teoria enunciativa de Authier-Revuz: o da formulação do conceito de modalização autonímica.

A modalização autonímica deriva de uma propriedade particular do sistema semiótico lingüístico que é a de auto-referir-se, ou seja, a propriedade da reflexibilidade. Para tanto, Authier-Revuz se pauta pelo trabalho de Rey-Debove acerca da conotação autonímica, operando aí um deslocamento do campo teórico da semiótica para o da enunciação. Segundo Authier-Revuz (2004, p. 13).

[...] o locutor faz uso de palavras inscritas no fio do discurso (sem a ruptura própria à autonímia) e, ao mesmo tempo, ele as mostra. Por esse meio, sua figura normal de usuário das palavras é desdobrada, momentaneamente, em uma outra figura, a do observador das palavras utilizadas; e o fragmento assim designado – marcado por aspas, itálico, por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um estatuto outro.

A modalização autonímica, segundo Authier-Revuz, apresenta três propriedades pelas quais ela pode ser analisada:

- pelas formas metaenunciativas – a autonímia se inscreve no dizer de um enunciador, que enuncia a propósito de sua própria enunciação, duplicando-a.
- Pelas formas reflexivas – que correspondem ao desdobramento no quadro de um ato único de enunciação, do dizer de um elemento por um comentário simultâneo desse dizer, que se dá nos limites da linearidade.
- pelas formas opacificantes de representação do dizer, onde o elemento da enunciação ao qual elas referem é um fragmento da cadeia que associa significado e significante – bloqueando a sinonímia – e não somente um conteúdo que poderia ter um sinônimo. (TEIXEIRA, 2005, pp. 155-156).

Com base no conceito de modalização autonímica, chegamos a um outro momento do pensamento de Authier-Revuz: o das não-coincidências do dizer. Segundo a autora, as formas de modalidade autonímica dividem a enunciação em dois planos: o do emprego transparente das palavras, conhecido como o da coincidência; e o da não-coincidência, em que o dizer é alterado para mostrar, pontualmente, na linearidade, a irrupção da heterogeneidade. É sobre este último plano que discorreremos brevemente.

3.2.1 – As não-coincidências do dizer

Authier-Revuz, apoiada no conceito de modalização autonímica por ela desenvolvido, aponta quatro campos de não coincidência ou de heterogeneidade do dizer. Cada um desses campos apresenta uma variedade de “figuras” ou imagens metaenunciativas representativas de cada tipo de não-coincidência. Segundo a autora,

Duplicando o uso de um termo por um comentário reflexivo opacificante sobre esse uso, tal modalização suspende localmente, no termo visado, o caráter absoluto, inquestionado, evidente, o “óbvio” vinculado ao uso-padrão das palavras. (...) Fazendo isso, a enunciação *representa-se localmente* como afetada por não-um, como alterada – no duplo sentido de alteração e de alteridade – em seu funcionamento por um fato pontual de *não-coincidência*. (AUTHIER-REVUZ, 2004, pp. 82-83).

O primeiro campo de não-coincidência é o que trata da *não-coincidência entre os interlocutores* da situação enunciativa. Nas palavras de Authier-Revuz, esse tipo de não-coincidência

é colocada, com apoio em uma concepção pós-freudiana do sujeito, não-coincidente consigo mesmo pelo fato do inconsciente, como fundamental e irreduzível entre dois sujeitos “não-simetrizáveis”, remeter a um artifício – tão sofisticado quanto sejam as suas teorizações –, a “comunicação” concebida como produção de “um” entre os enunciadores. (1998, p. 22) (Destaques da autora).

O sujeito, nesse tipo de não-coincidência, pode se fazer representar no discurso através de duas formas: primeiramente, por perceber que o sentido ou uma certa maneira de dizer não é totalmente compreendida pelos interlocutores, ou seja, é como se, para um dos enunciadores, o que está sendo dito – ou foi dito – não correspondesse ao que o outro entendeu. Nesse sentido, o enunciador conclama esse outro para a enunciação, numa tentativa de “restaurar o ‘UM’ de co-enunciação lá onde ele parece ameaçado” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22). As imagens representativas desse tipo de não-coincidência são variadas:

- a) injunção a dizer em uma só voz (*digamos X*);
- b) apelo à boa vontade do outro (*X, permita-me dizer*);
- c) suspensão do dizer ao querer do outro (*X, se quiser, se entende o que eu quero dizer*), dentre outras.

Em segundo lugar, ao contrário da primeira forma, o enunciador delimita, em meio a esse não-um, o lugar das palavras do outro, separando-as das “suas” palavras (como em *X, como você(s) acaba(m) de dizer; X, se você quiser; como você diz etc*) ou separando as suas palavras das do outro (como em *X, eu sei bem que você(s) não gosta(m) da palavra*).

O segundo campo é o das *não-coincidências do discurso consigo mesmo*. Segundo a autora, ela “é colocada como constitutiva, em referência ao dialogismo bakhtiniano – considerando que **toda palavra**, por se produzir no “meio” do já dito dos outros discursos, é habitada pelo discurso outro.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22) (Destaque da autora). Os conceitos importantes desse tipo de não-coincidência são o dialogismo e a interdiscurso²⁹, este último tal como trabalhado pela análise de

²⁹ Ver nota de rodapé n.º 10, na página 24.

discurso praticada por Michel Pêcheux. Para este, o interdiscurso indica que nossos discursos repousam sob o que se disse e antecipam o que está por vir, isto é, a produção de linguagem dá-se sob a égide do repetível: falamos sempre a partir de algo pré-existente.

Authier-Revuz (1998, p. 23) apresenta uma série de oposições que permitem especificar os tipos de fronteiras entre o discurso de si e o do outro:

a) **balizagem ou incerteza** do traçado (desde o elemento “citado” com todas as precisões, até a retomada não marcada);

b) exterior “**apropriado**” ao objeto do dizer (isto é, em que uma palavra “não de si” se impõe como palavra “disto do qual se fala”; por exemplo, palavra de um outro lugar, de uma outra época, de uma outra teoria, de uma outra pessoa, da qual se fala, e que se impõe como apropriada a esse objeto) vs. **associado** ao discurso (isto é, que se impõe em apoio, conflito, associação de idéias... ao discurso, a partir do campo de força do interdiscurso);

c) maneira de dizer outra tomada como “roupagem” outra para um mesmo conteúdo vs. como **ponto de vista** outro sobre o real;

d) exterioridade de **uma palavra** ou do **sentido de uma palavra** (*X, no sentido cristão, no sentido de Bourdieu*);

e) tipo de outro: outra língua, região, época, registro, “socioleto”, discurso teórico, posição política... e

f) o exterior do **repetido** no singular (imagens da relação com a estereotipia).

A *não-coincidência entre as palavras e as coisas* constitui o terceiro campo de manifestação das heterogeneidades enunciativas. Apresenta-se em glosas que representam as buscas, hesitações, fracassos, sucessos, na produção da “palavra exata, plenamente adequada à coisa”. O sujeito, aqui, representa-se de três formas:

1) figuras do **UM realizado** na nomeação, considerado sob o ângulo da coincidência do enunciador com seu dizer (fazendo jogar intencionalidade, desejo pessoal. Ex.: *ousou dizer X*) ou da coincidência da palavra com a coisa (*X, é a palavra, exata, justa, que convém*).

2) figuras da **adequação visada**, representando uma enunciação “entre o dizer e o não dizer” (*o que se poderia chamar X; eu não digo X’ mas quase; direi X?*) ou uma nomeação “entre duas palavras” (*X, eu falho dizendo Y; X, eu deveria dizer Y?*).

3) figuras da falta de nomeação, considerada seja no plano do modo de dizer ausente para ele mesmo (nas modalidades “suspensivas”: *se se pode dizer*, ou “anuladoras”: *eu não direi X que ...*) ou apresentam uma imperfeição (*X, eu emprego X’ na falta de algo melhor, por comodidade, provisoriamente; X, por assim dizer*), seja no plano da distância descrita entre a palavra e a coisa (distância especificada: *X, é um eufemismo; ...* ou distância fluida: *X, entre aspas; ...*).

Por fim, a *não-coincidência das palavras com elas mesmas* – formas que aceitam, rejeitam ou especificam o sentido a ser entendido, em função de fatos de polissemia ou homonímia. As figuras que, pontualmente, assinalam a relação entre os enunciadores e o equívoco que joga em suas palavras são de quatro tipos:

1) respostas de fixação de **um** sentido (*X, no sentido de p; X, não no sentido de q.*);

2) figuras do dizer alterado pelo encontro com o não-um: desculpas, reservas, modalidades irrealizantes do dizer, ligadas ao jogo de um “sentido a mais” (*eu falhei dizendo X’; X se ousou dizer,...*);

3) o sentido estendido no não-um (*X, também no sentido de q, nos dois sentidos, em todos os sentidos da palavra*) e

4) o dizer reafirmado pelo não-um, freqüentemente imprevisto, do sentido (*X, é o caso de dizer; X, é a palavra!*).

Do ponto de vista metodológico, cada campo desses é estudado pela autora em diversos gêneros de discurso, orais ou escritos. Além disso, Authier-Revuz leva em consideração como dado relevante a abordagem teórica que orienta as análises, pois isso determinará a descrição e interpretação dos dados. Por exemplo, do ponto de vista da abordagem comunicacional, praticada pelas várias pragmáticas, o processo de negociação do sujeito com o sentido na representação dessas formas de heterogeneidade é totalmente divergente do apresentado pelas teorias discursivas e enunciativas. Uma outra observação relevante é que os dois primeiros tipos de não-coincidências expostos acima são formulados com base no dialogismo bakhtiniano, pois possibilitam a observação das relações entre os enunciadores e a relação entre os discursos. Já os dois últimos tipos de não-coincidência referem-se, conforme essa perspectiva, ao real da língua, tomada como forma e como espaço de equívoco. Essa observação é relevante neste estudo porque nosso foco de atenção estará voltado para os dois primeiros tipos de não-coincidência, que se apóiam nos conceitos de dialogismo e de interdiscurso. Finalmente, poderíamos

esquematizar esses tipos de não-coincidência em um quadro cujo resultado fosse o seguinte:

Tipo de não-coincidência	Figuras ou imagens metaenunciativas representativas desse tipo de não-coincidência.
1. Não-coincidência interlocutiva	<p>a) conjurar o fato de que uma maneira de dizer ou um sentido não são inteiramente, ou absolutamente, “partilhados”.</p> <p>b) tomar em conta, nesse ponto, o não-um, marcando que “as palavras que eu digo não são as suas” ou que “as palavras que eu digo são as suas, não as minhas.</p>
2. Não-coincidência do discurso com ele mesmo	<p>a) balizagem ou incerteza do traçado (desde o elemento “citado” com todas as precisões, até a retomada não marcada)</p> <p>b) exterior “apropriado” ao objeto do dizer (isto é, em que uma palavra “não de si” se impõe como palavra “disto do qual se fala”; por exemplo, palavra de um outro lugar, de uma outra época, de uma outra teoria, de uma outra pessoa, da qual se fala, e que se impõe como apropriada a esse objeto) vs. associado ao discurso (isto é, que se impõe em apoio, conflito, associação de idéias... ao discurso, a partir do campo de força do interdiscurso).</p> <p>c) maneira de dizer outra tomada como “roupagem” outra para um mesmo conteúdo vs. como ponto de vista outro sobre o real.</p> <p>d) exterioridade de uma palavra ou do sentido de uma palavra (<i>X, no sentido cristão, no sentido de Bordieu</i>).</p> <p>e) tipo de outro: outra língua, região, época, registro, “socioleto”, discurso teórico, posição política...</p> <p>f) o exterior do repetido no singular (imagens da relação com a estereotipia).</p>
3. Não-coincidências entre as palavras e as coisas	<p>a) figuras do UM realizado na nomeação, considerado o ângulo da coincidência do enunciador com seu dizer (fazendo jogar intencionalidade, desejo pessoal) ou da coincidência da palavra com a coisa.</p> <p>b) figuras da adequação visada, representando uma enunciação “entre o dizer e o não dizer”, ou uma nomeação “entre duas palavras”</p> <p>c) figuras da falta de nomeação, considerada seja no plano do modo de dizer ausente para ele mesmo (nas modalidades “suspensivas” ou “anuladoras”) ou que apresentam uma imperfeição, seja no plano da distância descrita entre a palavra e a coisa (distância especificada ou distância fluida).</p>

4. Não-coincidência das palavras consigo mesmas	a) respostas de fixação de um sentido. b) figuras do dizer alterado pelo encontro com o não-um: desculpas, reservas, modalidades irrealizantes do dizer, ligadas ao jogo de um “sentido a mais”. c) o sentido estendido no não-um. d) o dizer reafirmado pelo não-um, freqüentemente imprevisto, do sentido.
--	--

Quadro 1 – Tipos de não-coincidência do dizer.

CAPÍTULO 4

AUTORIA E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA/DA/PELA LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Pode-se colocar que a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como palavra neutra da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do outro pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como palavra minha, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade.

(MIKHAIL BAKHTIN)

Discutir a questão da autoria pressupõe, necessariamente, estabelecer uma relação fundamental entre sujeito, linguagem e discurso. Essa não é, certamente, uma tarefa fácil, tendo em vista a complexidade de cada um dos elementos que compõem essa relação e, além disso, a forma de conceber cada um deles.

Nosso intuito, nesta pesquisa, é elaborar uma concepção de autoria que considere a enunciação como um quadro teórico-metodológico a partir do qual possamos apreender, no fio do discurso, as diferentes formas de manifestação do sujeito no processo de produção de seus enunciados, formas essas reveladoras de que o ato de subjetivação é, constitutivamente, dialógico, ideológico e socioaxiológico.

Para chegarmos a uma definição da noção de autoria na perspectiva proposta, optamos por apresentar, primeiramente, os fundamentos históricos desta noção, apoiando-nos, nesse caso, no pensamento de Roger Chartier (1999) e de Michel Foucault (1999, 2000a, 2000b) e, em seguida, desenvolver uma breve retrospectiva desse conceito na visão discursiva, mostrando a contribuição de pesquisas que consideramos as mais produtivas e relevantes do ponto de vista teórico e aplicado, no cenário brasileiro. Somos cômicos de que existe uma quantidade significativa de trabalhos – artigos científicos, dissertações e teses, além de livros – de pesquisadores, de diferentes instituições brasileiras, que abordam o assunto; contudo, as pesquisas apresentadas aqui revelam o posicionamento de um

pensamento teórico consolidado sobre a questão e, ao mesmo tempo, apontam para a necessidade de continuidade dessas pesquisas, sob perspectivas teórico-metodológicas variadas.

4.1 – Uma breve contextualização histórica do conceito de autoria

A temática da *autoria* está presente em numerosos trabalhos publicados nas últimas décadas do século passado e em diferentes tendências de pensamento, como na filosofia, na literatura, na história e na lingüística. Interessa-nos, aqui, esboçar de forma panorâmica algumas das mais representativas reflexões acerca do assunto na história, como forma de situar nossas considerações posteriores sobre a questão da autoria nos domínios da lingüística, mais especificamente nos postulados das teorias do discurso e da enunciação. Tal empreendimento justifica-se pela freqüência com que os trabalhos no âmbito discursivo remetem às perspectivas referidas acima.

Para essa breve discussão, tomamos como referência o trabalho de Chartier (1999), mais particularmente o capítulo em que trata das “Figuras do autor”. Nesse trabalho, Chartier apresenta o processo de apagamento que a figura do autor sofreu entre os séculos XIV e XVIII. Os estudos da tradição bibliográfica e os da crítica estruturalista postulavam que a produção de sentido de um texto deveria ser atribuída a “um funcionamento automático e impessoal de um sistema de signos – aquele que constitui a linguagem do texto ou aquele que organiza a forma do objeto impresso.” (CHARTIER, 1999, p.33). Interessam, nesse sentido, muito mais o caráter estrutural da obra e os aspectos físico e material do livro do que a própria figura do autor. Como conseqüências desse procedimento, Chartier aponta a 1) a rejeição de processos importantes para o estabelecimento do significado de um texto como a maneira como a obra é lida, recebida e interpretada e 2) o apagamento do autor, ou como diria Barthes, a morte da figura do autor. Esse posicionamento contribui maciçamente para o enfraquecimento do autor, conforme afirma Chartier (1999, p. 34):

Na tradição da história social da impressão, tal como ela se desenvolveu na França, os livros têm leitores, mas não têm autores – ou mais exatamente, estes não entram no domínio da competência do historiador. Eles pertencem, como exclusividade, à

história literária e aos seus gêneros clássicos: a biografia, o estudo de uma escola ou de uma corrente, a descrição de um meio intelectual.

Entretanto, a figura do autor se vê ressurgida a partir de meados do século passado. Surgiram diversas abordagens cujo objetivo era o de rearticular o texto ao autor, como o *new criticism*, a sociologia da produção cultural, apoiada nas idéias de Pierre Bordieu; a “bibliography” ou “sociologia dos textos” e a “estética da recepção”, segundo a qual a significação de um texto não é um processo estável, homogêneo e universal, mas é uma construção histórica mediada por dois pólos: de um lado, as intenções de seu autor e, de outro, as reações de seus leitores. É preciso destacar, no entanto, que apesar de todas essas abordagens se empenharem em trazer de volta a figura do autor, este não é concebido como soberano, o detentor da(s) significação(ões) do texto, como era visto na estética romântica, mas

O autor, tal como ele faz sua reaparição na história e na teoria literária, é, ao mesmo tempo, dependente e reprimido. Dependente: ele não é o mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro (livreiros-editores ou operários da impressão), nem para aqueles que dele se apropriam para a leitura. Reprimido: ele se submete às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária, ou que, mais comumente, delimitam as categorias e as experiências que são as próprias matrizes da escrita. (CHARTIER, 1999, p. 36).

As considerações tecidas acima não recobrem todo o pensamento histórico e sociológico sobre a noção de autor, uma vez que elas mesmas constituem apenas um recorte do ponto de vista cronológico³⁰. Elas são relevantes porque nos permitem ver, holisticamente, como o tema foi concebido sob diferentes pontos de vista ao longo da história e, especificamente para este trabalho, situarão o pensamento de Michel Foucault, que trouxe à tona essa discussão em um célebre artigo intitulado *O que é um autor?* Elas permitem observar ainda características que seriam, mais tarde, desenvolvidas nas perspectivas discursiva, como a idéia de que o autor é, ao mesmo tempo, dependente e reprimido. De fato, se atentarmos para a noção de autoria postulada, por exemplo, por Orlandi, no âmbito da Análise de Discurso, constataremos que o autor não dispõe, em momento algum, de condições

³⁰ Chartier (1999) estabelece suas reflexões sobre o assunto tomando como base o período compreendido entre os séculos XIV e XVIII e a Europa como o espaço geográfico.

de expressar suas intenções, seus pontos de vista; muito pelo contrário, estes são sempre desdobramentos e ressonâncias de formação(ões) discursiva(s) de onde o sujeito enuncia. Em outras palavras, o sujeito autor está integralmente sempre submetido às coerções do espaço social que ocupa. Na abordagem que propomos, há algumas observações que faremos acerca deste aspecto. No momento, ocupemo-nos de Foucault.

A questão da autoria está presente de forma mais enfática em dois importantes trabalhos, dentre vários, desenvolvidos por Foucault. Esses textos são *A ordem do discurso* (1999) e *O que é um autor?* (2000b).

Em seu trabalho *A ordem do discurso*, Foucault apresenta a sua tese que tem como idéia central o fato de que em toda sociedade existem formas de controle e seleção da produção de discurso. Dessa forma, como ele próprio afirma, não se pode dizer tudo em todo lugar e em qualquer circunstância. Ao contrário do que possa parecer, nossos discursos circulam dentro de uma estrutura que regula a ordem de seu aparecimento.

Foucault postula que há grupos de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Num primeiro grupo, estariam os procedimentos externos que ele chama de *exclusão*, compreendendo a interdição, a separação/rejeição (a questão da loucura) e a oposição verdadeiro-falso. A interdição diz respeito ao controle das condições de produção do discurso. Na sociedade, existem mecanismos que sustentam a formulação, circulação e recepção de discursos da mesma forma que existem mecanismos para coibi-los. Pensemos, por exemplo, no contexto histórico brasileiro, na década de 60 do século passado, quando o governo brasileiro ficou a cargo dos militares, conforme nos mostra a História. Muitos brasileiros sofreram severas conseqüências por expressarem publicamente seus pontos de vista sobre qualquer assunto; alguns foram torturados, assassinados; outros tiveram de deixar seu próprio país, pois havia mecanismos encarregados da vigilância da circulação dos discursos. Mesmo hoje, num contexto político chamado democrático, existem outras formas de rarefação dos discursos, que, se não se apresentam como repressivos, manifestam-se sob outras formas de regulação do dizer, como por exemplo, “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala”. (FOUCAULT, 1999, p. 9). O segundo procedimento externo de exclusão refere-se à separação e à rejeição, que se traduz na oposição razão/loucura. Foucault toma como fato a fala do louco, que pode ser recebida numa

sociedade de duas formas antagônicas: ou é considerada inválida, sem condições de apresentar qualquer indício de veracidade ou coerência; ou é ouvida com algo capaz de "(...) dizer uma verdade escondida, de pronunciar o futuro (...) de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber." (FOUCAULT, 1999, p. 11). Por fim, o terceiro e último procedimento de exclusão é a oposição verdadeiro-falso.

Num segundo grupo, estão os procedimentos internos, que compreendem o comentário, a disciplina e, por fim, o *autor*. Apresentamos essas informações preliminares justamente para compreender a questão da função-autor desenvolvida por Foucault, procurando entendê-la como princípio de rarefação do discurso, conforme ele mesmo postula. Nesse caso, é preciso, primeiramente, evidenciar o conceito de autor para melhor entendermos em que consiste esse princípio de rarefação. Diz-nos Foucault (1999, p. 26): "O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência."

Logo vemos, pela definição, o empenho por parte de Foucault em apresentar a autoria como uma função a ser desempenhada pelo sujeito. No entanto, Foucault afirma que nem todo discurso tem um autor. Ele reconhece a atribuição de um discurso a um autor apenas em alguns âmbitos em que essa atribuição se faz necessária, como a literatura, a filosofia e a ciência. É importante perceber, ainda, as concepções por que passou a noção ao longo da História, como por exemplo, na Idade Média, em que ser autor de um discurso científico equivalia revesti-lo de um valor de verdade inquestionável. Contudo, com o passar dos tempos, o conceito de autor variou de acordo com o âmbito em que figurou, adquirindo prestígio em algumas áreas (como os textos literários da Idade Média) e sendo enfraquecido em outras (como no discurso científico do século XVII, por exemplo).

No texto *O que é um autor?*, Foucault deixa claro seu objetivo ao abordar a noção de autor, circunscrevendo inicialmente os caminhos a percorrer em sua reflexão, tendo em vista os múltiplos aspectos que essa discussão possibilita. Como ele próprio afirma, "A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filologia também, e na das ciências." (FOUCAULT, 2000b, p. 33). Nesse sentido, é necessária uma delimitação do conceito, conforme ele mesmo esboça nos seguintes

termos: “Gostaria, para já, de debruçar-me tão só sobre a relação do texto com o autor, a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência.” (FOUCAULT, 2000b, p. 34). Um dos momentos importantes dessa exposição é o que trata do desaparecimento do autor na relação que este estabelece com a escrita. Nesse aspecto, Foucault dialoga com Barthes quando este aborda a “morte do autor”. Para Foucault, o autor tem que abrir mão da própria vida para dar vida a sua produção. Ainda segundo Foucault (2000b, pp. 36-37):

(...) esta relação da escrita com a morte manifesta-se também no apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve; por intermédio de todo emaranhado que estabelece entre ele próprio e o que escreve, ele retira a todos os signos a sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade da sua ausência; é-lhe necessário representar o papel do morto no jogo da escrita (...).

Nessa formulação, Foucault mostra que o sujeito se apaga para que a obra apareça. Esse pensamento é posterior ao do que predominava, por exemplo, nas epopéias gregas, em que a obra conferia ao sujeito a sua imortalidade, ou, ainda, na literatura árabe, cujas narrativas pretendiam afastar a morte, conjurá-la em um lugar distante do homem, da vida. A cultura ocidental, por sua vez, rompe com esse paradigma e propõe a morte do autor, ou seja, a escrita de um sujeito exige de si o preço do sacrifício. Como o próprio Foucault registra, “a obra que tinha o dever de conferir a imortalidade passou a ter o direito de matar, de ser a assassina de seu autor”. (2000b, p. 36).

Foucault (2000b) elabora, ainda, o conceito de *nome do autor*. Segundo ele, o nome do autor não é um nome próprio como qualquer outro. O nome do autor está para a descrição assim como o nome próprio está para a designação, não fazendo, entretanto, dessas caracterizações, categorias estanques. Assim, o nome do autor apresenta uma funcionalidade ao discurso, pois segundo Foucault (2000b, p. 45)

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, opô-los a outros textos.”

É a partir dessa discussão que Foucault apresenta a noção de “função autor” como uma função discursiva do sujeito. Para ele:

[...] numa civilização como a nossa, uma certa quantidade de discursos são providos da função “autor”, ao passo que outros são dela desprovidos [...] A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade.(FOUCAULT, 2000b, p. 46).

Ao desenvolver esta noção, Foucault apresenta quatro características segundo as quais se atribuiriam ao produtor de um livro ou de um texto o estatuto de autor: 1) a apropriação (relacionada à possibilidade de sanção); 2) não se exerce de forma universal e constante sobre todos os discursos; 3) ela não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É antes o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos autor; 4) não reina pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” simultâneos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar. No caso da noção de autor desenvolvida neste estudo, alguns princípios propostos por Foucault são incompatíveis ou não se aplicam à reflexão que teceremos, como por exemplo, o fato de que a autoria só se estende a um produtor de um livro, de uma obra. Para nós, a autoria está presente em todas as situações de uso da linguagem que não se caracterizem como plágio, como mera repetição sem nenhum indício de retomada e modificação.

Uma outra concepção de autoria desenvolvida no século XIX, na Europa, comentada por Foucault (2000), é a de autor como fundador de discursividade. Nessa concepção, o autor é aquele que possibilita, a partir de seu(s) texto(s) / livro(s), uma série de trabalhos de outros autores, de paráfrases, mesmo que estes outros trabalhos apresentem pontos de vista divergentes daquele inaugurado pelo instaurador de discursividade. Nas palavras de Foucault (2000, p. 89), *estes autores têm isto de particular: não são apenas os autores de suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos*. Nessa perspectiva, Freud e Marx, por exemplo, não apenas criaram suas obras, mas a possibilidade indefinida de discursos, de difusão de seu pensamento.

Essa visão limita consideravelmente a possibilidade de se observar a autoria em outras práticas de uso da linguagem, como no caso da aula, por não contemplar o fato de que sempre falamos a partir do discurso de outrem, quer dizer, nossos

enunciados não pretendem, necessariamente, criar ecos, mesmo que divergentes deles.

Essa perspectiva de autoria, portanto, não será realizada aqui, uma vez que a perspectiva teórica adotada é a que será desenvolvida em breve, a partir dos postulados bakhtinianos. Além disso, para Bakhtin, o sujeito está sempre envolvido no âmbito do uso da linguagem, em um processo contínuo de retomada do que já foi dito e de preparação para um porvir.

Antes, porém, de apresentarmos nossa concepção, façamos um breve itinerário pelos trabalhos desenvolvidos sobre autoria na perspectiva discursiva, mais particularmente, na AD.

4.2 – A autoria em perspectiva discursiva

Eni Orlandi, inspirada nos trabalhos de Michel Foucault, foi uma das autoras brasileiras que primeiramente refletiu sobre a temática da autoria. Veremos, no entanto, que a autora ampliou a noção postulada por Foucault, atribuindo a todo discurso um autor. Como vimos, para Foucault, o princípio da autoria não se estende a todo discurso, pois há alguns que não exigem autores, embora exijam quem os assinem. Partindo, portanto, da idéia foucaultiana, Orlandi (2000, p. 75) afirma:

É assim que pensamos a autoria como uma função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.

Vemos, na citação acima, que a autora concebe a noção de autoria, com base no aparato teórico-metodológico da AD, de uma forma mais ampliada, além do que postulou Foucault, pois este não considerava a autoria como uma função de qualquer sujeito, mas apenas daqueles que preenchiam certos pré-requisitos, como já vimos. Para Orlandi, o autor é visto como um “organizador” da linguagem, aquele que imprime no discurso a sua marca de subjetividade, mediante as mais diversas estratégias lingüísticas, textuais e discursivas.

Toda essa discussão parte do princípio de que, para a AD, o sujeito se representa no discurso sob as mais variadas posições discursivas, caracterizando-se pela descontinuidade, dispersão, incompletude, uma vez que o discurso (e a própria linguagem), não sendo transparente, assim o constitui. Nesse sentido, como atribuir a alguém a designação de autor, ou seja, a responsabilidade por um dizer, por um discurso?

Caracterizado dessa forma, não se pode exigir do sujeito essa responsabilidade. Nesse caso, é preciso ver os desdobramentos desse sujeito em sua relação com o texto, numa tentativa de extrair-lhe a subjetividade subjacente ao produto de sua relação com a linguagem, isto é, do texto. É no texto que surge o projeto do autor, como aquele de quem se exige uma “paternidade”, uma responsabilidade por sua produção e (possível) circulação. Assim, ao tratar da autoria, Orlandi (2000) trabalha com relações biunívocas (complementares, mas opostas) a partir das quais elabora a noção de autor. Esquemáticamente, poderíamos representar essas relações da seguinte maneira:

SUJEITO	→	DISCURSO
AUTOR	→	TEXTO

em que o sujeito está para o discurso (com todas as implicações que essa relação representa, ou seja, descontinuidade, contradição, equívoco, etc.) assim como o autor está para o texto (da mesma forma, como no caso anterior, só que, ao contrário, implicando continuidade, unidade, coerência, etc.)

O que mais se destaca na formulação de Orlandi, diferentemente de Foucault, é que é possível estender a função-autor ao sujeito em diversos domínios e instâncias de uso da linguagem, e não apenas aos domínios e instâncias particulares e específicas de circulação do discurso, como afirmava Foucault. Segundo Orlandi, mesmo inscrevendo seu dizer no universo do já-dito, do formulável, do dizível, o sujeito consegue produzir sentido, ou no dizer da autora, é “um lugar de interpretação no meio dos outros.” Poderíamos, portanto, resumir a concepção de autoria para esta autora nos seguintes termos, colocados por ela mesma:

O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo. O que só repete (exercício mnemônico) não o faz. (ORLANDI, 1996, p. 70).

Nesse sentido, há uma certa semelhança, resguardadas as especificidades dos quadros teóricos, entre Orlandi e o pensamento que propomos numa perspectiva enunciativa. Tal semelhança refere-se ao caráter de repetição do enunciado. Para tanto, é preciso deixar claro que Orlandi (1996) concebe três tipos de repetição, em um dos quais a autoria se estabelece: 1) a repetição empírica, exercício mnemônico que não possibilita a historicização do dizer. 2) A repetição formal, que consiste na técnica de produzir frases, exercício gramatical, o que também não propicia a historicização do saber. 3) Por fim, a repetição histórica, a que inscreve o enunciado de um sujeito no interdiscurso, na memória discursiva.

Orlandi (1996) deixa claro que a noção de autor está relacionada a um *lugar*, a uma *posição* discursiva, ou seja, o autor constitui uma função do sujeito. O aspecto central, portanto, que Orlandi acrescenta a essa reflexão é a possibilidade de autoria em situações de uso corriqueiro da linguagem.

Tfouni (2001), em um artigo intitulado “A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento”, desenvolve uma reflexão em torno da noção de autoria atrelada à questão do letramento. Nesse texto, a autora declara sua filiação teórico-metodológica à análise do discurso francesa e à psicanálise lacaniana para postular “(...) a autoria como um lugar afetado de uma maneira singular pelo inconsciente e pelo desejo (...)” (TFOUNI, 2001, p. 81). Tfouni destaca-se no cenário nacional brasileiro das pesquisas lingüísticas por seus trabalhos sobre letramento. Um aspecto crucial da abordagem desse conceito é a concepção de um *continuum* nas práticas de letramento, descartando a visão dicotômica e linear entre fala e escrita, levando-nos a considerar, por um lado, 1) uma distinção entre letramento e alfabetização e, por outro, 2) uma relação graduada entre usos orais e escritos da língua, desconstruindo, por conseguinte, a (falsa) idéia de que estes são “superiores” àqueles. Essa visão vem suplantar uma outra, preconceituosa e carente de argumentos científicos, que levou autores a não considerar a autoria na língua oral.

O conceito de letramento formulado por Tfouni (id), que rejeita a teoria da grande divisa, possibilita a abordagem da noção de autoria, uma vez que

[...] Não é mais a língua que é considerada como parâmetro, mas os *discursos* que servem de suporte às práticas letradas; em segundo lugar, a dicotomia língua oral/ língua escrita já não serve mais, e passa-se a considerar que tanto pode haver características de língua oral na escrita, quanto vice-versa, ou seja, o que está em questão não é se o sujeito é alfabetizado ou não, mas antes em que medida esse sujeito pode ocupar a posição de autor (TFOUNI, 2001, p. 28) (Grifo da autora).

Para Tfouni, coerentemente com a perspectiva discursiva na qual se situa, o autor é considerado uma posição do sujeito, que ao se utilizar de qualquer uma das modalidades da língua – oral ou escrita – estabelece um gesto de organização do(s) sentido(s), que flutua(m) no processo de produção da linguagem por causa do movimento de deriva e de dispersão caracterizador do sujeito. O autor, então, age “controlando” essa multiplicidade de sentidos que se instauram no processo enunciativo, com o intuito de dar uma organização empírica ao discurso, atribuindo a este um início, meio e fim. Filiando-se à perspectiva lacaniana de sujeito, Tfouni afirma que, do ponto de vista analítico,

O sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando “amarrar” a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua. O autor, assim, produz aquilo que Lacan (1975) denominou de “point de capiton”, ponto de estofo, lugares do processo de enunciação onde se percebe que o sujeito efetuou um movimento de retorno ao enunciado, e pode, assim, olhá-lo de um outro lugar, que proponho denominar o lugar de autor.” (TFOUNI, 2001, p. 83).

Com fins ilustrativos, Tfouni analisa dois recortes de um *corpus* para demonstrar que a ausência de autoria caracteriza-se pela dispersão do sujeito no ato de produção do discurso, independentemente da modalidade da língua. Trata-se de dois textos: um produzido por um adolescente de rua e outro por um estudante de medicina. As análises revelam que, do ponto de vista lingüístico, o emprego inadequado de formas pronominais, que aparecem no texto da adolescente sem ancoragem, sem referente preciso, marcam um significativo movimento de dispersão, não possibilitando a ocupação do sujeito na função-autor. No caso do texto produzido pelo estudante de medicina, a dispersão apresenta-se sob a forma de um emprego de intercalação mal-sucedido pelo aluno, ocasionando uma falta de

continuidade no intradiscurso, uma falta de coerência/coesão, que para os lingüistas de texto constituiria *apenas* um problema de formulação.

Assim como em Orlandi e, em parte, em Foucault, percebemos que Tfouni concebe a autoria como um princípio de organização do texto, conferindo a este as condições julgadas necessárias para que um texto possa assim ser considerado, como coesão, coerência, continuidade, começo/meio/fim, enfim, características de ordem textual.³¹ O autor é concebido, então, como instância discursiva do sujeito responsável pela unidade textual e pelo controle da dispersão instaurada no discurso. E esse efeito é, para os analistas de discurso, em geral, um indício caracterizador dessa função do sujeito.

Uma contribuição que se pode destacar no trabalho dessa autora é a discussão do conceito de autoria no âmbito de uma reflexão sobre o letramento, que por sua vez é abordado a partir da visão do continuum tipológico existente entre as duas modalidades da língua: oral e escrita. O fato de a autora ter abordado o texto oral constitui um aspecto relevante para esta pesquisa, uma vez que escolhemos um *corpus* de natureza oral para discutirmos a noção de autoria, o que não é muito comum nos estudos existentes sobre o assunto.

Outro pesquisador brasileiro que escreveu sobre a autoria foi Possenti. Suas reflexões acerca da autoria, como têm feito todos aqueles que se situam numa perspectiva discursiva, remetem ao clássico trabalho de Foucault sobre o assunto. O que se destaca, entretanto, nas formulações de Possenti é o foco de atenção para as relações entre esse conceito e o ensino de produção de textos na escola. Sua contribuição reside exatamente neste aspecto: o de evidenciar o trabalho do sujeito com a linguagem, mesmo que este esteja inexoravelmente atrelado a instâncias ideologicamente marcadas, como a instituição escolar. Alguns dos seus textos mais conhecidos são *El sujeto como autor. El analisis del discurso y la escritura escolar*³² (1995), *Enunciação, estilo e autoria* (2001) e *Indícios de autoria* (2002). Possenti discute a questão da autoria no texto escolar tomando como ponto central a concepção de sujeito.

Em *Enunciação, estilo e autoria* (2001), Possenti propõe que a autoria em textos escolares seja um conceito pensado a partir da compatibilização com mais

³¹ Ver comentário na nota 5, página 17.

³² Possenti, Sírio. **O sujeito como autor**: a análise do discurso e a escrita escolar. Uma versão, em língua portuguesa, foi adquirida diretamente com o autor, via e-mail. Portanto, as citações serão apresentadas nesta língua.

conceitos fundamentais: o de estilo e o de enunciação. O estilo, segundo ele, deve ser considerado de uma forma diferente da que concebe a estilística tradicional, que o vê como expressão de uma subjetividade (unitária, psicológica), decorrente do ato de uma “escolha” ou de um “desvio” em relação às possibilidades de uso dos recursos lingüísticos. Nessa perspectiva, a escolha se caracteriza como um ato calculado por parte de um autor³³, consciente tanto das possibilidades de uso da língua quanto dos efeitos de sentido que cada uma das escolhas poderia produzir. Em outras palavras, tem-se uma noção de sentido como intenção. Com relação ao desvio, haveria aí também uma mesma postura por parte do autor, ou seja, o desvio seria uma tomada de decisão deliberada em relação a uma variedade de língua considerada padrão. Aliás, este é um outro problema típico conseqüente dessa visão de desvio, pois aí o autor opera com a noção de uma língua homogênea, estigmatizando outras possíveis variedades. Para Possenti (2001, p. 16), no entanto, o conceito de estilo deve ser entendido como

um certo modo de organizar uma seqüência (de qualquer extensão), focando-se como fundamental a relação entre esta organização e um determinado efeito de sentido, sem compromissos com psicologismos e com concepções simplórias de língua e de linguagem (e de texto, de gênero, etc.) (...) se, em um novo quadro teórico, se continuar dizendo que (isto é, se as palavras forem estas), no que se refere ao estilo, a escolha é sim uma categoria constitutiva, tal escolha não poderá ser definida como um gesto que decorre simplesmente de uma avaliação do peso das alternativas por parte de um sujeito/autor onisciente e todo-poderoso, livre de qualquer amarra institucional.

Como observamos, não se pode abandonar de vez a concepção de estilo esboçada nos moldes tradicionais. Trata-se de compreendê-la como efeito de uma multiplicidade de alternativas em que escolher não significa necessariamente “um ato de liberdade, mas o efeito de inscrição (seja genérica, seja social, seja discursiva)” (2001, p. 16).

Neste texto, Possenti não chega a desenvolver o conceito de enunciação. Ele afirma tratar-se de um conceito bastante corrente. Por isso, aponta apenas aquilo que considera como “formas extremas”: de um lado, a enunciação compreendida como um ato individual, isso feito a partir de uma leitura radical (pragmaticista) de

³³ Referimo-nos ao termo *autor* não na perspectiva em que propomos desenvolver esta reflexão, mas como categoria da qual se ocuparia a estilística tradicional, conforme afirma Possenti ao mostrar a frequência com que o termo *estilo* era tomado na estética romântica.

Benveniste; de outro, a enunciação como lugar ou posição, “excluída qualquer conotação de pessoalidade” (POSSENTI, 2001, p. 17-18), conforme postulam algumas leituras em AD.

Por fim, ainda neste texto, Possenti formula o conceito de autoria. Como já afirmamos, a recorrência aos trabalhos de Foucault é inevitável. Possenti resume a posição foucaultiana em relação a este conceito da seguinte forma: ou o autor se caracteriza por sua relação com a obra ou por sua relação com a discursividade, conforme já expusemos no item 4.2 deste capítulo. Para Possenti, no entanto, o tratamento dado por Foucault à questão deixa lacunas quando se pensa em outros espaços que não os da obra e da discursividade³⁴. É nessa “brecha” que Possenti conclama alguns postulados de base da AD para propor sua noção de autoria, que ele esboça nos seguintes termos:

Os elementos fundamentais para repensar a noção, imagino, são os seguintes: por um lado, deve-se reconhecer que, tipicamente, quando se fala de autoria, pensa-se em alguma manifestação peculiar relacionada à escrita; em segundo lugar, não se pode imaginar que alguém seja autor, se seus textos não se inscreverem em discursos, ou seja, em domínios de “memória” que façam sentido; por fim, creio que nem vale a pena tratar de autoria sem enfrentar o desafio de imaginar verdadeira a hipótese de uma certa pessoalidade, de alguma singularidade. Ou seja, se se aceita que tudo se resume apenas a uma inscrição de sujeitos em posições prévias, a assujeitamento, então, a noção de autor deve ser resolvida a navalhadas (penso na navalha de Ockam, evidentemente...) (POSSENTI, 2001, p. 17).

Como vemos na (re)definição de autor postulado por Possenti, há três aspectos que sustentam sua maneira de ver o assunto. Comungamos da mesma idéia, sobretudo com o último aspecto, segundo o qual o autor apresenta uma certa individualidade na produção de seus enunciados, mas destacamos que esses “elementos fundamentais para repensar a noção” são imprescindíveis na análise da autoria em todos os domínios de uso da linguagem e em todos os gêneros discursivos, *incluindo os do domínio da oralidade*.

Quanto ao trabalho desenvolvido em 2002, a preocupação de Possenti consiste em identificar a presença do autor num determinado texto, ou seja, quais os traços que caracterizariam a presença do autor no texto. Para isso, ele concebe a autoria como um processo lingüístico e discursivo caracterizado por indícios, isto é, o

³⁴ É nesse momento que Possenti pensa nos textos produzidos nas aulas de língua portuguesa, em contexto escolar, e propõe que se vejam nestes indícios, marcas de autoria, conforme apresentaremos a seguir.

sujeito autor deixa pistas em sua produção que o constituem como tal. Ele apresenta algumas proposições que caracterizariam a presença de autoria em um texto. Ei-las:

1) *não basta que um texto satisfaça exigências de ordem gramatical* – o texto pode apresentar-se perfeitamente construído do ponto de vista dos aspectos gramaticais, como pontuação, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal etc. e apresentar problemas sérios de falta de coerência, por exemplo.

2) *Não basta que um texto satisfaça as exigências de ordem textual* – o texto pode estar escrito de acordo com os princípios da textualidade e não se inscrever na ordem da discursividade, ou seja, pode ser um texto que não se inscreva nas discussões sobre qualquer assunto que circule no meio social.

3) *as verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática* – o texto deve apresentar historicidade, ou seja, seu objeto de discurso deve tratar de eventos e de coisas que tenham sentido.

A nosso ver, a maneira como a última proposição do autor foi formulada anula as duas anteriores, quando o próprio autor utiliza a expressão “não basta que”. Ora, da forma como foi dito, significa que, embora tenham determinada importância, os aspectos gramaticais e textuais constituem elementos secundários na análise da materialidade lingüística na qual apreendemos o(s) sentido(s) veiculado(s) pelo(s) discurso(s) e que em nada contribuem para avaliar a existência ou não da autoria. Acreditamos, ao contrário, que a autoria se dá no entrecruzamento simultâneo dos três níveis de análise, ou seja, na gramática, na textualidade e na discursividade do texto.

Possenti amplia essa relação apresentando, ainda como indícios da autoria, o *dar a voz a outros enunciadores*, o *manter a distância em relação ao próprio texto* e o *evitar a mesmice*. No primeiro caso, o autor reclama um co-enunciador, ou seja, alguém a quem ele possa atribuir determinado ponto de vista de seu texto ou algum discurso que seja incorporado ao seu, seja de forma marcada ou não. No segundo caso, o autor delimita seu lugar, ou seja, ele fala a partir de uma posição enunciativa que o distancia de seu interlocutor. Por fim, mesmo utilizando-se das palavras alheias, o sujeito-autor é aquele que diz de forma diferente, ou seja, ele procura meios de *como dar voz aos outros*.

Um outro trabalho que discute a questão da autoria é o de Gallo (1992), embora esse tema seja apenas um dos aspectos abordados na pesquisa, uma vez que a questão central é a relação entre oralidade e escrita no ensino de língua

portuguesa. A hipótese inicial da autora é a de que os alunos se “apropriariam” de forma mais contundente dos textos que eles produziram oralmente do que daqueles produzidos por escrito. O *corpus* do trabalho constitui-se de textos produzidos por alunos de quinta série do primeiro grau³⁵ de uma escola no município de Campinas, em São Paulo. Filiando-se à abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso, seu objetivo é mostrar os processos constitutivos do discurso da oralidade e da escrita e como os sujeitos se constituem nessas práticas. Ainda pretende a autora mostrar que é possível ensinar o discurso da escrita na escola, desde que se tenha em vista duas considerações básicas: 1) *como* produzir um texto que se inscreva no domínio da escrita e 2) oferecer condições para que esse tipo de texto possa ser efetivamente produzido pelos alunos.

As considerações acima apenas contextualizam, de forma sintetizada, o percurso teórico e metodológico empreendido pela autora. O que nos interessa apontar aqui, de forma esquemática, é o modo como ela desenvolve seu pensamento sobre a autoria, mais particularmente porque ela defende que o discurso da oralidade é passível de autoria. Como fazem praticamente todos os que já abordaram a noção, Gallo também retoma os trabalhos de Foucault, justificando essa alusão pelo caráter discursivo que Foucault imprimiu à noção de Função-Autor. Em seguida, ela apresenta a ampliação do conceito realizada por Orlandi (1988), que ela resume nos seguintes termos:

A assunção da autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da Função-Autor consiste, em última análise, na assunção da “construção” de um “sentido” e de um “fecho” organizadores de todo texto. Esse “fecho”, apesar de ser um dentre tantos outros possíveis produzirá, para o texto, um efeito de sentido único, como se não houvesse outro possível. Ou seja, esse “fecho” torna-se “fim” por um efeito ideológico produzido pela “instituição” onde o texto se inscreve: o efeito que faz parecer “único” o que é “múltiplo”; “transparente” o que é “ambíguo”. (GALLO, 1992, p. 58) (Grifos da autora).

Lemos, nas colocações acima, que Orlandi (1988), com base em Foucault, apresenta a assunção da autoria no âmbito institucional, quando o sujeito se constitui na formação discursiva dominante de um discurso legitimado, como ocorre, por exemplo, com um jornalista, que na instância de uma redação de um jornal

³⁵ Esta era a nomenclatura utilizada na época em que foi realizada a pesquisa. Atualmente, utiliza-se o termo “ensino fundamental”, mais precisamente no seu 3.º ciclo, que compreende a quinta e sexta séries.

assinada determinada(s) coluna(s) e sua produção é legitimamente reconhecida como um texto, considerado modelar e normativo, que apresenta todas as condições favoráveis, do ponto de vista da norma lingüística, para a sua circulação e recepção na sociedade. Gallo considera lacunar essa abordagem e questiona o espaço do discurso não-legitimado, uma vez que ele é praticado pela maioria da população. Ela mostra que a escola não ensina o discurso da escrita aos seus alunos, pois estes, ao ingressarem na escola e por toda a sua vida, sempre terão suas produções lingüísticas inscritas na ordem da oralidade, produções estas consideradas como não-modelares, não-normativas. Gallo explica que o que ocorre, na verdade, é um processo de administração dos dois tipos de discurso (o legitimado e o não-legitimado) por parte da escola, ou seja, cabe à escola a conservação desses dois tipos de discurso, só que, na prática pedagógica, isso funciona de forma a legitimar ainda mais o discurso da escrita, tomado sempre como modelar e normativo. Na visão da autora,

A Escola não ensina esse discurso [o da escrita], exatamente porque esse discurso tem um lugar próprio para existir, e um lugar sempre institucional, que não é a Escola. A Escola é uma instituição de outro tipo, muito particular: a principal instituição “mantenedora” do discurso escrito, e não uma instituição “produtora”. As instituições produtoras são, por exemplo, o jornal, o livro, a publicidade, a revista, a TV, a rádio, entre outras. (GALLO, 1992, p. 59) (grifos da autora).

A experiência da autora em sua pesquisa consistiu em mostrar que a passagem do discurso da oralidade para o discurso da escrita constitui um expediente que favorece a assunção da autoria.

4.3 – Fundamentos para uma concepção enunciativa de autoria

O breve percurso teórico estabelecido até o momento sobre a noção de autoria pautou-se, em sua grande parte, por um enfoque discursivo, sobretudo pelos postulados da Análise do Discurso de linha francesa. Além disso, não nos preocupamos em apresentar uma lista exaustiva de todos os trabalhos publicados sobre o assunto no cenário das pesquisas lingüísticas no Brasil. Nosso interesse consistiu apenas em esboçar as perspectivas teóricas e analíticas que têm norteado os estudos sobre autoria com o objetivo de expor o aporte conceitual e o aparato

metodológico sobre o qual construiremos este conceito tal como será apresentado nesta pesquisa. Como já anunciamos na introdução, delinearemos o conceito de autoria a partir da interlocução que estabelecemos entre as teorias do discurso e da enunciação, mais precisamente, entre a Teoria da Enunciação postulada por Mikhail Bakhtin, Bakhtin/Volochinov e a Análise de Discurso.

É relevante considerar, inicialmente, que optamos por elencar uma série de características que, segundo o aporte conceitual, possibilitam-nos configurar a noção de autoria a partir de uma perspectiva eminentemente enunciativa da linguagem. Dizemos “eminentemente” porque o enfoque recairá sobre uma visão enunciativa, embora tenhamos de recorrer com uma certa freqüência às formulações elaboradas no âmbito da Análise do Discurso, mesmo que alguns trabalhos nessa linha tenham operado algumas adaptações conceituais, como por exemplo, a maneira de se observar as ações do sujeito com/na linguagem exposta por Possenti (2003), que difere da de outros pesquisadores. Ao dizermos “eminentemente”, delimitamos ainda mais nossa abordagem do conceito de autoria, pois nossa linha de reflexão a ser apresentada logo a seguir se apoiará, dentre outros, na concepção de sujeito elaborada por Bakhtin em diversos trabalhos³⁶. Apropriando-se desse arcabouço teórico-metodológico, propomos que a autoria seja considerada a partir da conjunção de três domínios dentro dos quais o sujeito se relaciona com a linguagem, ou seja, domínios que nos possibilitam observar, tanto empírica quanto teoricamente, a manifestação dessa instância produtora de sentido(s) pelo sujeito, que é a de autor. Para fins de sistematização, temos o seguinte roteiro:

1) domínio da (meta)enunciação – o sujeito autor assume-se como tal a partir de sua inserção em um plano sócio-histórico da produção de linguagem, ou seja, a partir de determinado contexto³⁷ podemos analisar a(s) forma(s) como esse sujeito se revela nas situações sócio-interativas com outros interlocutores, através do mecanismo da metaenunciação, que é este voltar para seu próprio ato de enunciação. É interessante destacar, aqui, a relevância da perspectiva bakhtiniana da enunciação para o que, ora, apresentamos, pois se recorrêssemos a outra

³⁶ Esses “diversos trabalhos”, na verdade, referem-se aos textos em que pudemos perceber aquilo que Faraco (2003) chama de “as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin”, ou seja, percorreremos, assim como vários estudiosos do campo do discurso fizeram ao abordarem o conceito de autoria, um caminho que nos levará a refletir sobre a temática nos domínios da enunciação, seguindo de perto as idéias de Bakhtin sobre linguagem, sujeito, enunciado, gêneros, enfim, de todo o conjunto de formulações do autor e de seu Círculo que têm sido objeto de estudo de várias tendências da lingüística contemporânea.

³⁷ A idéia de *contexto*, aqui, é tomada na perspectiva bakhtiniana, referindo-se tanto ao contexto amplo quanto ao imediato.

perspectiva enunciativa, como a de Benveniste, por exemplo, constataríamos a limitação de uma análise que propõe apenas a detecção de pistas, indícios formais, mesmo que de natureza enunciativa, caracterizadores da autoria, pois na visão benvenistiana as marcas da enunciação manifestam as relações intersubjetivas (a idéia de um sujeito que se apropria dos mecanismos da língua para se constituir como tal) sem a preocupação com o outro como elemento constitutivo dessa relação. A preocupação com o outro existe, mas apenas da perspectiva do locutor, considerado o centro do processo enunciativo. Esta perspectiva potencializa a atividade do sujeito como fonte do sentido, como senhor do dizer, abstraindo qualquer possibilidade de intervenção da situação histórico-social em que se insere o falante. Em Bakhtin, reconhecemos que, de um lado, existem as coerções da exterioridade, determinantes na produção de linguagem desse sujeito; de outro, a iniciativa de um sujeito dotado de um “querer dizer”, de um “intuito discursivo”, para utilizar a terminologia bakhtiniana.

2) domínio da discursividade – o sujeito autor assume-se como tal a partir do momento em que faz parte, dadas certas condições de produção do discurso, de uma formação discursiva produzindo determinado(s) efeito(s) de sentido. Nesse domínio, o sujeito caracteriza-se como disperso e toda sua produção de linguagem constitui-se de forma heterogênea, resultado de sua mobilidade no espaço social.

3) o domínio do lingüístico – nessa instância, o sujeito marca sua posição autoral, deixando-se evidenciar a partir de pistas materiais, empíricas, que conduzem o analista a pontuar, no eixo das formulações do sujeito, quer orais ou escritas, quer neste ou naquele gênero, gestos de autoria. Esse domínio é responsável pela identificação, no fio do discurso, dos mecanismos metaenunciativos que caracterizam a “luta” do sujeito com as diversas heterogeneidades enunciativas que se instauram nas relações sociais com outros interlocutores.

Os três domínios acima apresentados não dispõem de uma ordem hierárquica, mas são instâncias nas quais o autor se constitui no processo enunciativo de forma integrada. Tais domínios se articulam no ato de enunciação, de produção de discurso, para constituir essa forma de relação do sujeito com a linguagem a que chamamos de autoria. Dito isto, passemos às formulações bakhtinianas que nos permitem, pelo seu incontornável alcance, por sua amplitude e por possibilitar uma diversidade de direcionamentos, aplicações, adaptações e

outros procedimentos científicos, configurar a noção de autoria no campo da lingüística. Como afirma Faraco (2003, p. 39):

(...) ao percorrermos os textos do Círculo de Bakhtin não nos deparamos, em nenhum momento, com a formalização de método científico propriamente dito, mas com grandes diretrizes para construirmos um entendimento mais amplo das realidades sob estudo.

Nesse sentido, apesar das dificuldades de sistematização de um pensamento amplo e de um alcance imensurável, propomos a formulação do conceito de autoria tomando como base os conceitos postulados por Bakhtin e seu Círculo. Gostaríamos apenas de lembrar que o quadro caracterizador da noção de autoria que propomos na perspectiva enunciativa é integralmente fundamentado no conceito de dialogismo. Além disso, postulamos, primeiramente, dois princípios segundo os quais o sujeito se configura como autor no processo enunciativo-discursivo; em segundo lugar, três características através das quais o sujeito autor se constitui/representa como tal no exercício da linguagem e, por fim, duas categorias analíticas a partir das quais poderemos apreender o funcionamento da autoria na enunciação, no gênero selecionado para esta pesquisa.

1.º princípio: *o autor é uma instância individual que se constitui na alteridade* – a autoria é o lugar reclamado pelo sujeito no espaço enunciativo abundantemente habitado por milhares de enunciados. É um processo de instituição de uma subjetividade, que se configura e ganha sua autonomia a partir de determinados procedimentos de natureza lingüístico-enunciativa operados pelo sujeito, que vêm acompanhados de sua visão de mundo. Esses procedimentos delimitam as fronteiras internas específicas que, no processo de comunicação verbal, distinguem essa “voz”, esse “eu” das demais com as quais se relaciona dentro de uma dada esfera cultural, ou seja, as outras vozes nas quais ele, o autor, se apóia ou com as quais trava grandes batalhas. Esse é o lugar da autoria no discurso, na cadeia da comunicação verbal. É um lugar constitutivamente dialógico e sócio-axiológico. É aí que ela marca sua singularidade e sua individualidade. Conforme o próprio Bakhtin (2000, p. 291) afirma:

O próprio locutor como tal é, em certo grau, um *respondente*, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do

sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores – emanentes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados. (Grifos do autor).

É interessante destacar a ênfase dada por meio do recurso tipográfico ao sufixo do radical “respond-” (“respondente”). O itálico, nesta edição, leva-nos a pensar no próprio ser humano (o “ente”). A condição de responsividade, de (re)ação, enfim, de atitude por parte do falante no processo interativo é tão constitutivo dele que a palavra utilizada por Bakhtin nos sugere isso: “respondente” é um ser fundamentalmente interativo.

2.º princípio: *o autor instaura um leitor/interlocutor no processo enunciativo* – essa característica, que a princípio pode parecer óbvia, é resultado do caráter heterogêneo e dialógico da linguagem. O sujeito assume a dimensão autoral de seu discurso porque, sendo um ser eminentemente social, histórico e interativo, estabelece com seu interlocutor, real ou virtual, uma relação de tensão no desenrolar das trocas na comunicação verbal. Ou seja, ele se constitui como autor pelo fato de instaurar, inevitavelmente, um outro na produção de seus enunciados. Segundo Bakhtin (2000, p. 320):

O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de *dirigir-se* a alguém, de estar voltado *para o destinatário*. Diferentemente das unidades da língua – palavras e orações – que são de ordem impessoal, não pertencem a ninguém e não se dirigem a ninguém, o enunciado tem autor (e, correlativamente, uma expressão, do que já falamos) e destinatário. Este destinatário pode ser o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana, pode ser o conjunto diferenciado de especialistas em alguma área especializada da comunicação verbal, pode ser o auditório diferenciado dos contemporâneos, dos partidários, dos adversários e inimigos (...) pode até ser, de modo absolutamente indeterminado, o *outro* não concretizado. (Grifos do autor).

Segundo essa visão, o ato de produção de discurso, de enunciado, enfim, de linguagem, dá-se pela inevitável presença do outro, desse outro que se constitui leitor/ouvinte de nossas palavras, de nossos atos, gestos, comportamentos. Trata-se um de um leitor/ouvinte no sentido amplo do termo, pois ele é tomado como referência pelo autor no processo de interação, de elaboração do dizer, cuja

resposta pode ocorrer de forma imediata ou retardada, favorável ou não, mas sempre ocorre, num espaço e tempo determinados. Esse leitor é presumido pelo autor, no processo dialógico da interação, de forma integral, ou seja, o autor o enxerga em sua formação social, histórica, psicológica, enfim, como uma entidade completa, e é esse perfil que determinará toda a produção discursiva do autor. Sobre este aspecto, Bakhtin afirma que

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. Esses fatores determinarão a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos lingüísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado. (BAKHTIN, 2000, p. 321).

Dito isto, vejamos agora as características lingüístico-enunciativo-discursivas a partir das quais apreendemos a voz autoral no processo enunciativo.

1. *O autor atribui um “fim” provisório ao enunciado* – essa característica é típica do autor, que é a de um ser heterogêneo, plural, essencialmente dialógico. O autor dá um acabamento específico, relativo ao tema de um objeto de sentido (de discurso), ou seja, embora o tema seja, teoricamente, inesgotável, pois flutua nas mais variadas redes de enunciados, o autor imprime-lhe um acabamento relativo, em condições determinadas, em função de uma abordagem do problema, do material e dos objetivos por atingir, ou seja, desde o início estará dentro dos limites de um intuito por ele mesmo definido. Isso acontece porque a enunciação é um processo ininterrupto, em que cada enunciado se une a outro enunciado formando uma grande e complexa cadeia de comunicação, ou, para usar os próprios termos bakhtinianos, os enunciados constituem elos na comunicação verbal e estão constitutiva e indissociavelmente unidos como numa corrente. Segundo Bakhtin (2000, p. 300),

Teoricamente, o objeto é inesgotável, porém, quando se torna *tema* de um enunciado (de um obra específica, por exemplo), recebe um acabamento relativo, em condições determinadas, em função de uma dada abordagem do problema, do material, dos objetivos por

atingir, ou seja, desde o início ele estará dentro dos limites de um *intuito definido pelo autor*. (Grifos do autor).

No processo enunciativo, o sujeito autor, ao tratar de determinado(s) objeto(s) de discurso, esboça seu projeto discursivo em função das especificidades da situação imediata e do contexto mais amplo que ali se estabelece e em função, ainda, dos interlocutores ali presentes, de tal forma que estes compreendem com prontidão o que ele, o autor, quer dizer. No caso do gênero selecionado para a análise em nossa pesquisa, as aulas apresentam um fecho relativamente diferenciado, tendo em vista que cada professor também inicia e desenvolve suas aulas de forma diferente. O “fim” da aula é apenas um recorte de uma linha que continua seu curso normal, podendo ser reiniciado em outro momento, com outra abordagem, com outros propósitos.

2. *O autor se manifesta nas variações que o gênero sofre no decorrer do processo enunciativo* – existem várias formas de estruturar enunciados, mas o autor desenvolve aquela que é adequada às condições. Isso é possível graças à variedade e riqueza dos gêneros, que ocorre justamente pelo fato de variarem conforme as circunstâncias, a posição social e o relacionamento pessoal dos parceiros. Tudo isso são fatores determinantes no processo de assunção da autoria, ou melhor, de manifestações de autoria, esse modo dialógico de apropriação do discurso. No nosso caso, o gênero já existe – aula – mas cada sujeito apresenta uma forma peculiar de desenvolver a situação enunciativa da aula, resultando daí os diferentes modos de conduzir o processo enunciativo e, conseqüentemente, diferentes formas de o professor se constituir como autor nessa situação de uso da linguagem. Segundo Bakhtin (2000, p. 302),

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado. (BAKHTIN, 2000, p. 301) (Grifos do autor).

Ratificando a idéia apresentada na citação e, por conseguinte, da noção de autoria apresentada, é interessante perceber que a assunção desse lugar revela um

espaço de tensão entre o que é da ordem da individualidade, da singularidade, da homogeneidade e o que é da ordem da coletividade, pluralidade, heterogeneidade, pois o sujeito autor enuncia a partir dos elementos que compõem o enunciado alheio, isto é, ele garante sua singularidade nesse espaço enunciativo saturado pelos discursos de outrem. Mesmo em se tratando de um único gênero – a aula – percebemos no *corpus* que ele se realiza na forma de variantes e de modificações das variantes. Não se trata de “subgênero” ou algo semelhante, mas de mudanças na forma como ela é ministrada. A aula, nesse sentido, é um gênero extremamente flexível do ponto de vista de sua configuração, pois reflete a própria relação – singular – do sujeito com a linguagem.

3. *O autor realiza um trabalho de seleção/combinção lexical no plano lingüístico da enunciação* – esse princípio é manifestado pelo sujeito falante no exercício da autoria no trabalho de seleção e combinação das palavras da língua em que enuncia. Essa seleção ocorre em função de múltiplos aspectos, dentre os quais destacamos as condições amplas e imediatas da enunciação, ou seja, para que(m) eu fala, com que intuito eu falo, que papel(is) social(is) desempenha(m) meu(s) interlocutor(es) no processo enunciativo, e o *gênero discursivo* em que se dão as interações. Segundo Bakhtin (2000, p. 311):

quando escolhemos uma palavra, durante o processo de elaboração de um enunciado, nem sempre a tiramos, pelo contrário, do sistema da língua, da neutralidade *lexicográfica*. Costumamos tirá-la de *outros enunciados*, e, acima de tudo, de enunciados que são aparentados ao nosso pelo gênero, isto é, pelo tema, composição e estilo: selecionamos as palavras segundo as especificidades de um gênero. (Grifos do autor).

Uma outra faceta dessa atividade de seleção lexical operado pelo autor diz respeito ao tipo de relação que estabelece com a palavra. Segundo Bakhtin (2000), existe um nível de semanticidade que “preserva” a significação da palavra no processo de utilização coletiva, no uso cotidiano por seus usuários, o que “garante”, de certa forma, a compreensão mútua. Se fosse diferente, ou seja, se a cada momento que utilizássemos uma palavra seu significado flutuasse, não haveria comunicação entre os sujeitos falantes. Todavia, a individualidade e o contexto imprimem seus efeitos no uso da palavra no processo da comunicação verbal humana. Nesse sentido, a palavra apresentará três aspectos que representam bem

a relação autor–linguagem no processo interativo de produção de sentidos; esses aspectos configuram simultaneamente e de igual forma a identidade do sujeito autor na enunciação. Bakhtin resume-os da seguinte forma:

Pode-se colocar que a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como *palavra neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como *palavra do outro* pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como *palavra minha*, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade. (BAKHTIN, 2000, p. 313) (Grifos do autor).

A citação acima nos permite, na aplicação que ora fazemos, pensar o autor como uma instância subjetiva que, apesar das coerções sócio-históricas que perpassam sua formação, relaciona-se com a linguagem visando à produção de determinado(s) efeito(s) de sentido nas situações de uso da linguagem, isto é, a palavra é também *minha* e está revestida de um “querer-dizer”. É possível perceber, ainda, segundo o fragmento citado acima, que se trata de uma única e mesma palavra, porém, assumida por seu usuário de forma bastante específica, a depender da situação. O autor, nesse aspecto, é aquele que trabalha num espaço em que as palavras apresentam-se móveis, flutuantes, polissêmicas, ocupando este ou aquele espaço sócio-histórico e, para usar uma tese bakhtiniana, refletindo e refratando tal espaço. O autor institui-se como tal nessa instância saturada pelos enunciados outros, constituindo-se singular em meio à pluralidade e à diversidade. Pode-se objetar, por fim, que o autor marca sua individualidade na expressão de seu querer-dizer, de seu projeto discursivo, enfim, de sua potencialidade para o diálogo. Uma vez exaurida no espaço multifacetado e saturado da enunciação, a palavra é (re)significada pelo sujeito autor, no contato que ela mantém com a realidade sócio-histórica que a recebe. Destaque-se, ainda, que a escolha dos recursos lexicais e gramaticais do enunciado produzido pelo sujeito autor é determinada pela relação que este estabelece com o objeto do discurso, ou seja, o tema do enunciado orienta o uso dos mecanismos lingüísticos que darão o corpo material do discurso. Bakhtin (2000) discute essa questão, como já se disse em outros momentos, na perspectiva da teoria literária, abordando essa atuação do sujeito falante na escolha dos itens lingüísticos de forma a criticar as considerações tecidas no âmbito da estilística tradicional. Para esta, os elementos emotivo-valorativos do discurso restringem-se

às unidades de análise e descrição da língua, ou seja, à fonologia, à morfologia, à sintaxe. Na perspectiva enunciativa, como postula Bakhtin, tal expressividade nos remete imediatamente à instância do enunciado, que diferentemente dessas unidades a que nos referimos, expressa, efetivamente, os aspectos valorativos da relação sujeito-enunciado e da relação entre sujeitos.

Bakhtin desenvolve essa idéia a partir do conceito de expressividade, que, no âmbito da estilística tradicional, tem um tratamento diferente do apontado por ele. A estilística postula que a palavra, como unidade da língua, é detentora de um “tom” inerente que interfere na produção de enunciado do sujeito, ou seja, ao falarmos, sempre nos deixamos levar por esse “tom” que impregna nossos enunciados deste ou daquele sentido. No entanto, há uma plasticidade quanto à integração do enunciado de outrem ao nosso, ou seja, a palavra que vem em reação à nossa é modelada segundo o contexto que a engendra. Conforme Bakhtin (2000, pp. 312-313):

As palavras da língua não são de ninguém, porém, ao mesmo tempo, só as ouvimos em forma de enunciados individuais, só as lemos em obras individuais, e elas possuem uma expressividade que deixou de ser apenas típica e tornou-se também individualizada (segundo o gênero a que pertence), em função do contexto individual, irreproduzível, do enunciado.

Essa idéia é reiterada no fragmento seguinte, em que ele enfatiza o caráter dialógico do enunciado e nos fornece subsídios para formular o conceito de autoria que propomos. Diz-nos ele:

(...) a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de *assimilação*, mais ou menos criativo, das *palavras do outro* (e não das *palavras da língua*). Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos. (BAKHTIN, 2000, p. 314). (Grifos do autor).

O último trecho desta citação é de fundamental importância para o conceito de autoria que delineamos nesta parte. Ele, por si só, já embasa a idéia tal como defendemos nesta pesquisa. Destacamos, sobretudo, os três últimos verbos (*assimilamos, reestruturamos e modificamos*). Eles representam a noção de sujeito autor ao mostrar como nos relacionamos com a linguagem cotidianamente, ou seja, não podendo fugir à alteridade, ao contato inevitável com os enunciados dos outros. Sempre reformulamos nossos discursos, como diz Bakhtin, de forma a obtermos outros discursos, produzidos em outras condições enunciativas, podendo manter algum vestígio de sentido proveniente do discurso com o qual estabelece alguma relação.

Por fim, vejamos as categorias propostas para a análise do *corpus*. Salientamos que a primeira delas, por corresponder à atividade do sujeito no uso dos enunciados *meta*, não será mais discutida aqui, uma vez que foi teoricamente abordada no capítulo em que tratamos do conceito de metaenunciação. Ela será apenas apontada agora. Em seguida, teceremos algumas considerações de ordem teórica sobre a segunda categoria analítica.

1. *Metaenunciação*: o sujeito autor negocia com a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) constitutiva(s) de seu discurso.

2. *O discurso de outrem*: o autor é um *orquestrador da multivocalidade que se estabelece em sua produção de linguagem* – o que nos leva a afirmar que o discurso do autor é sempre plurivocal. Nesta caracterização, buscamos entender o autor como uma instância que administra a pluralidade discursiva de seu espaço enunciativo e que atua, nesta atividade de gerenciamento, com estratégias diversificadas e complexas de introdução e de organização do discurso de outrem em seu discurso, mediante os mais diversos mecanismos de ordem gramatical e textual. Nesse sentido, a posição de autor no discurso corresponde a um modo específico dialógico de enunciar, isto é, o sujeito se constitui como tal ao emaranhar-se numa rede de palavras com as quais as suas se fundem, muitas vezes sendo difícil apreender lingüisticamente as fronteiras que as separam. É interessante notar que essas palavras que povoam o discurso do sujeito autor já vêm apreciadas, valoradas, impregnadas de pontos de vista de outros enunciadores com os quais mantêm uma relação- imediata ou ampla – neste imenso universo discursivo em que se situam. Conforme Bakhtin (1993, p. 82), *o verdadeiro meio da enunciação, onde ela vive e se forma, é um plurilingüismo dialogizado, anônimo e social como*

linguagem, mas concreto, saturado de conteúdo e acentuado como enunciação individual.

Um aspecto relevante que é necessário considerar nesta reflexão sobre a orquestração das múltiplas vozes que dividem o espaço enunciativo com a voz autoral é o da estratificação das vozes. Isto significa dizer que as vozes que entram na enunciação do autor já trazem seus temas, seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo, ou seja, a singularidade do ato enunciativo do autor dá-se numa instância complexa e amplamente saturada, fortemente acentuada pelo tom valorativo expresso por outrem. Cabe ao autor, então, administrar essa dialogização e submetê-la ao seu querer-dizer. Bakhtin afirma que *é particularmente no processo da mútua-interação existente com este meio específico que o discurso pode individualizar-se e elaborar-se estilisticamente*. Tudo isso fica melhor explicitado nos seguintes termos:

[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa e sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico (BAKHTIN, 1993, p. 86).

Apesar de uma atenção especial dada ao discurso literário, principalmente ao romance, Bakhtin formula essas questões e pensa o funcionamento da linguagem de uma forma universal, ou seja, é a relação homem – linguagem que é focalizada como eixo central de suas reflexões. Para Bakhtin, o falante constrói sua enunciação a partir de um quadro em que se concentram vozes multidiscursivas e a partir do qual sua voz se faz ouvir. Esse fundo plurivocal é necessário porque todo discurso está orientado para um já-dito e para um porvir. Fora dessa realidade é impossível conceber as relações humanas.

O falante tende a orientar o seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando em relação dialógica com os aspectos deste âmbito. O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte (BAKHTIN, 1993, p. 91)..

No gênero selecionado, a aula, isso fica evidenciado no momento em que o professor (autor) elabora suas reflexões, que resultam na aula, a partir da consideração dos leitores imediatos, no caso, os alunos. É olhando para esse auditório que o professor organiza sua exposição. Considerando o nível mais elementar dessas interações, verificamos que até mesmo as reações esboçadas pelos alunos durante a aula, sejam visíveis corporalmente, sejam manifestadas verbalmente, são determinantes no modo como o sujeito autor conduzirá seu trabalho. O fundo aperceptivo funciona como uma espécie de termômetro que mede o andamento das atividades – não dizendo, com isto, que a interação e a aprendizagem sejam aspectos de fácil mensuração – mas que, para o professor, no momento da aula, serve de resposta antecipada de suas ações. O trabalho do autor consiste em “subjugar” essa diversidade de pontos de vista a uma vontade de dizer, a um projeto de dizer. Bakhtin, com relação a esse aspecto, diz que

A linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem. *Dominá-la, submetê-la às próprias intenções e acentos é um processo difícil e complexo.* (BAKHTIN, 1993, p. 100) (Destaque nosso).

Outro aspecto não menos importante ainda nesse contexto é o de que, mesmo se utilizando das diversas vozes que permeiam sua enunciação, o autor não elimina os valores sócio-ideológicos que estão impregnados no discurso de outrem, ou seja, ele faz uso dos discursos já habitados pelas intenções sociais de outrem, mas o faz obrigando-os a servir às suas intenções, aos seus propósitos. Isso implica dizer que, nessa relação dialógica, o autor desempenha um trabalho de organização discursiva que o leva a administrar as vozes ressonantes e dissonantes que atravessam sua enunciação. Nos dados desta pesquisa, isto é perceptível no momento em que o professor, por exemplo, durante a exposição de um tema polêmico, traz argumentos favoráveis e contrários ao ponto de vista defendido. Trata-se, aí, de um verdadeiro jogo dialógico, em que sua atuação consiste em

encadear tais vozes de modo a consolidar seu projeto discursivo de um querer-dizer. Dizemos, então, que a voz autoral movimenta-se nesse universo espaço-temporalmente habitado por várias vozes que são convocadas pelo autor para atuarem favoravelmente a si, conforme nos diz Faraco:

O sujeito tem, desse modo, a possibilidade de singularizar-se e de singularizar seu discurso não por meio da atualização das virtualidades de um sistema gramatical (como quer a estilística tradicional), ou da expressão de uma subjetividade pré-social (como querem os idealistas), mas na interação viva com as vozes sociais. *Autorar*, nessa perspectiva, é orientar-se na atmosfera heteroglótica; é assumir uma posição estratégica no contexto da circulação e da guerra das vozes sociais; é explorar o potencial da tensão criativa da heteroglossia dialógica; é trabalhar nas fronteiras. (FARACO, 2003. p.83).

Como lemos nesta citação, o sujeito autor constrói uma imagem de um ser singular, individual, no processo enunciativo, mas o faz a partir de uma construção extremamente dialógica, pois o próprio Bakhtin (1993) já afirmara que a concepção que o discurso tem de si é dialógica. Ainda segundo a visão bakhtiniana de linguagem e da própria existência humana, o autor se constitui como tal não porque sua voz se destaca na enunciação como “a” voz, como a voz que comanda, do todo de uma hierarquia, as demais vozes, mas como mais “uma” voz em meio a outras. Sua voz se faz ouvir “entre” outras, ou, como afirma Sobral, “só me torno eu entre outros *eus*.” (SOBRAL, 2005, p. 22) (Grifo do autor). Nesse sentido, comungamos com a perspectiva desenvolvida por alguns autores da análise do discurso quando afirmam que o autor é um princípio organizador da dispersão que se instaura no discurso. É algo semelhante ao que ocorre na enunciação, só que em vez de falarmos de dispersão, preferimos falar de dialogismo, ou seja, o autor se constitui *no meio* das vozes que povoam seu discurso.

Para fins de sistematização e com base no aporte conceitual desenvolvido, podemos esquematizar essas considerações no seguinte quadro:

FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A FORMULAÇÃO DO CONCEITO DE AUTORIA EM UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA DA LINGUAGEM

Princípios norteadores

- ↪ O autor é uma instância individual que se constitui na alteridade.
- ↪ O autor instaura um leitor/interlocutor no processo enunciativo.

Caracterização do sujeito autor

- ↪ O autor atribui um “fim” provisório ao enunciado.
- ↪ O autor se manifesta na escolha que faz do(s) gênero(s) e nas variações que este(s) sofre(m) no decorrer do processo enunciativo.
- ↪ O autor realiza um trabalho de seleção/cominação lexical no plano lingüístico da enunciação.

Categorias analíticas para a apreensão do sujeito autor na enunciação

- ↪ *Metaenunciação*: o sujeito autor negocia com a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) constitutiva(s) de seu discurso.
- ↪ *O discurso de outrem*: o sujeito autor é um orquestrador da multivocalidade que se estabelece em sua produção de linguagem.

Quadro 2 – Fundamentos teóricos para a formulação do conceito de autoria em uma perspectiva enunciativa da linguagem

Esta segunda categoria é a que consideramos mais produtiva, do ponto de vista teórico-metodológico, para a análise do *corpus*, pois ela é reveladora do funcionamento da autoria na enunciação, desde o plano lingüístico até o discursivo. Por essa razão, apresentaremos algumas considerações de ordem teórica que fundamentam essa abordagem, inclusive mostrando a categorização do discurso de outrem proposta por Bakhtin/Volochinov (1999) que servirá de base para as nossas análises.

4.3.1 – O discurso de outrem: o falante e sua relação com a palavra alheia

O pensamento bakhtiniano sobre a linguagem – no que concerne ao conjunto de sua obra – demonstra claramente as limitações do formalismo/estruturalismo no

tratamento de questões como o discurso citado. Sabemos que, na perspectiva da tradição gramatical, o discurso de outrem é visto como a fala do interlocutor que é trazida para nossos enunciados sob três formas básicas: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. O discurso direto seria a forma de *reproduzir fielmente e textualmente as nossas palavras e a do nosso interlocutor, em diálogo, com a ajuda explícita ou não de verbos chamados dicendi* (BECHARA, 1999, p.481).

Vemos, dessa forma, que essa abordagem tem a preocupação voltada para o aspecto sintático, isto é, da organização da palavra alheia no enunciado do falante. Nesse caso, deixam-se de lado as formas de introdução e de assimilação do discurso de outrem no discurso citante, as quais remetem, na perspectiva bakhtiniana, a questões de ordem mais ampla. É, no entanto, deste aspecto de que se ocupa o trabalho de Bakhtin. Para ele, a lingüística se omitiu muito no tratamento dos problemas sintáticos, em detrimento dos problemas fonéticos e morfológicos. Aliás, os problemas sintáticos – segundo ele – sempre tiveram o mesmo tratamento que os morfológicos. Na sua visão, Bakhtin destaca que a sintaxe deveria ser vista com outros olhos, uma vez que é um dos componentes gramaticais que mais se aproxima das formas concretas da enunciação, dos atos de fala.

O tema do discurso reportado tem uma importância fundamental nos trabalhos do Círculo de Bakhtin, especialmente em Bakhtin e Volochinov. O interesse do grupo por esse tema decorre da própria concepção de linguagem desses estudiosos, que a vêem como uma realidade fundamentalmente heterogênea. Além disso, é o assunto dos escritos do Círculo que revela uma preocupação mais concreta com a língua, conforme afirma Faraco (2003, p. 123): “é compreensível que o fenômeno lingüístico concreto mais discutido nos textos de Bakhtin e Volochinov seja precisamente o discurso reportado, isto é, a presença explícita da palavra de outrem nos enunciados”. Por essa razão, o discurso de outrem constitui, para esta pesquisa, o aspecto central no empreendimento analítico, uma vez que a noção de autoria aqui construída privilegia como traço constitutivo a detecção de marcas lingüísticas deixadas pelos enunciadorees no processo discursivo, ou como já referimos em outro momento, a autoria aqui é vista no fio do discurso, na materialidade lingüística da enunciação: o enunciado.

Para Bakhtin/Volochinov (1999:144), “o discurso citado é *o discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, *um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*.” (Grifos do autor)

O primeiro aspecto discutido por Bakhtin/Volochinov é o de que o discurso citado, quando integrado ao discurso narrativo, passa a ser tratado como um tema dentro de um outro tema. Nesse novo contexto, o discurso citado mantém sua autonomia estrutural, desencadeando apenas pequenas alterações sintáticas, estilísticas e composicionais no discurso do narrador, para que haja por parte deste uma adaptação ao discurso recebido. Nesse sentido, propomos reconstituir o percurso teórico e metodológico traçado pelos autores neste texto para a discussão do assunto. Evidentemente temos consciência de que Bakhtin se destaca mais como um pensador no quadro epistemológico das ciências humanas do que como um lingüista preocupado em estabelecer categorias e conceitos teóricos bem delimitados. Ninguém mais antidogmático do que ele nesse sentido. Suas formulações inscrevem-se muito mais num espírito reflexivo do que numa atitude científica nos moldes de ciência. Para esboçar esse percurso didático de Bakhtin/Volochinov, tomamos como texto base o nono capítulo do livro *Marxismo e filosofia da linguagem* (1999), intitulado “O discurso de outrem”. Isso não nos impede, todavia, de recorrer a outros textos de seus trabalhos que também tocaram nesse ponto.

Primeiramente, podemos observar a elaboração do problema, registrado nos seguintes termos: “Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida?” O problema é revelador de uma preocupação constante em todo o texto, que é a de mostrar que a recepção do discurso alheio pelo discurso narrativo não é fortuita, desprovida de uma atitude avaliativa do falante; ao contrário, conforme afirmam Bakhtin/Volochinov (1999, pp. 147-148):

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas um ser cheio de palavras interiores. (...) É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante.

Esse primeiro aspecto – o do problema – fornece-nos, conseqüentemente, sua hipótese: as formas da língua manifestam as tendências sociais estáveis

características da apreensão ativa do discurso de outrem. Isso constitui o segundo elemento da “pesquisa” sobre o tema em questão. O modo de apreensão do discurso citado pelo falante não constitui o momento de subjetivação dos processos psicológicos deste, mas é decorrente da tensão social instaurada pelo (des)encontro da palavra interior – representada pela visão de mundo, pontos de vista de cada um – com o enunciado do outro. Essa relação desencadeia duas orientações principais que descrevem a natureza da inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado, natureza esta que reitera a perspectiva social do funcionamento discursivo, conforme afirmam Bakhtin/Volochinov (1999, p. 148):

O objeto verdadeiro da pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas dimensões, o discurso a transmitir e a aquele que serve para transmiti-lo. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal.

Essas duas orientações constituem aquilo que poderia chamar o movimento argumentativo do autor para explicar o problema levantado. A primeira delas defende que a reação ativa ao discurso de outrem pode visar à conservação da sua integridade e autenticidade. Nesse caso, o discurso citado tem suas fronteiras nitidamente delimitadas pelos próprios elementos da língua. Essa primeira tendência é chamada de *estilo linear*, cuja principal função “(...) é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 150). Ainda nessa primeira orientação é preciso observar o grau de firmeza ideológica, o grau de autoritarismo e de dogmatismo que acompanha a apreensão do discurso.

Na segunda orientação, ocorre o processo inverso: as fronteiras entre discurso citado e discurso narrativo são apagadas, permitindo que este último absorva o enunciado de outrem de forma que não se possam delimitar as particularidades lingüísticas que os separam. Essa tendência Bakhtin chamou *estilo pictórico*.

Existe, ainda, uma outra orientação, em que, ao contrário da anterior, o discurso citado é que dissolve o contexto narrativo que o envolve. O discurso citado, nesse caso, ganha força e o decompõe.

Essa discussão nos mostra que as inter-relações entre o discurso narrativo e o discurso citado vão muito além de questões meramente lingüísticas. Como já se

afirmou anteriormente, as formas lingüísticas apenas são reveladoras do que acontece no plano sócio-histórico das relações intersubjetivas e interativas. Afinal:

O enunciado concreto (e não a abstração lingüística) nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes da enunciação. Sua forma e significado são determinados basicamente pela forma e caráter desta interação. (BAKHTIN, 1976, p. 9).

O que vimos até agora se refere aos modos de relações mútuas entre esses discursos no plano da forma, isto é, no aspecto da integração do discurso citado pelo discurso narrativo. Contudo, se observarmos o texto “O discurso no romance” (1934-1935), veremos que Bakhtin retorna à problemática do discurso de outrem esboçada no texto do *Marxismo e filosofia da linguagem*, originalmente escrito em 1929. Em “O discurso no romance”, percebemos que ele enfatiza o aspecto sócio-histórico dessas relações entre discursos, só que o faz direcionando para um gênero discursivo específico, que é o romance. Porém, seja de uma forma mais abrangente, como no texto de 1929, seja de forma mais direcionada, como no texto de 1934-1935, o fato é que Bakhtin corrobora em suas reflexões a tese do dialogismo como princípio constitutivo da linguagem. Segundo ele:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva, intensa (BAKHTIN, 1993, p. 88).

O fragmento acima descreve a natureza de todas as nossas ações com a linguagem. Estamos fadados a falar sempre a partir de um “já-dito”, que está relacionado a um “porvir”. E não importa a orientação apreciativa de nossos enunciados: quer concordemos com o discurso alheio, quer rejeitemo-lo, *o discurso nasce no diálogo com sua réplica viva, forma-se na mútua orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica* (BAKHTIN, 1993, pp. 88-89).

Ainda no escopo dessa perspectiva, destacamos a questão do domínio daquilo que se fala. A palavra, o enunciado não pertence a mim, enquanto falante da língua; pelo contrário, ela se situa numa zona fronteira em cujos extremos encontram-se os interlocutores. Estes, por sua vez, dotados de determinadas

intenções, povoam esses discursos com seus índices de valoração e com seus acentos apreciativos, conforme observamos no seguinte fragmento:

Até o momento em que foi apropriado, o discurso não se encontra em uma língua neutra e impessoal (...); ele está nos lábios de outrem, nos contextos de outrem e a serviço das intenções de outrem (BAKHTIN, 1993, p. 100).

Vemos, no fragmento acima, o projeto do autor e seu grupo desenvolver uma concepção de linguagem pautada pela estratificação socioaxiológica, em que a heteroglossia caracteriza as relações estabelecidas entre os sujeitos falantes nas situações de interação. No texto “O discurso no romance”, o tema do plurilingüismo – usado como sinônimo de pluridiscursividade – é intensamente abordado, referindo-se ao conjunto de linguagens diferentes que compõem o discurso do prosador-romancista. Ainda em “O discurso no romance”, mais precisamente no terceiro capítulo – o plurilingüismo no romance – Bakhtin trata do romance humorístico e faz algumas considerações com base em alguns fragmentos extraídos de um romance de Dickens. Nesses trechos, ele identifica uma forma de introdução da fala de outrem no discurso narrativo chamada forma *dissimulada*, ou seja, sem nenhuma referência formal ao discurso do outro. Nas análises, Bakhtin destaca o estilo humorístico como o tipo de discurso em que as fronteiras entre os discursos citante e citado são propositadamente frágeis. Segundo ele, é justamente o caráter plurilíngüe, e não a unidade de uma linguagem comum normativa, que representa a base do estilo (BAKHTIN, 1993, p. 113).

Uma distinção importante nesse texto, ainda, é a que é feita entre a palavra autoritária e a palavra internamente persuasiva. A palavra autoritária requer de nós o reconhecimento inquestionável de sua assimilação, é uma palavra consolidada publicamente que não admite enfrentamento, antes deve ser absorvida incondicionalmente por seus usuários. É a palavra dos pais, do professor, da religião, da moral, dos adultos, enfim, é a palavra que não se submete à apreciação de outrem. Segundo Bakhtin (1983, p. 144),

o discurso autoritário exige nosso reconhecimento incondicional e não absolutamente uma compreensão e assimilação livre em nossas próprias palavras. Também não permite qualquer jogo com o contexto que a enquadra, ou com seus limites, quaisquer

comutações graduais ou móveis, variações livres, criativas e estilizantes. Ela entra em nossa consciência verbal como uma massa compacta e indivisível, é preciso confirmá-la por inteiro ou recusa-la na íntegra.

A *palavra interiormente persuasiva* segue uma orientação totalmente oposta à anterior. Surge quando o indivíduo começa a se “libertar” da palavra de outrem no sentido de que ele reage e não aceita passivamente a intenção semântico-axiológica da palavra do outro. No processo de assimilação pelo discurso citante, a palavra interiormente persuasiva se entrelaça com a nossa palavra, isso porque a “estrutura semântica da palavra interiormente persuasiva não é terminada, permanece aberta, é capaz de revelar sempre todas as novas possibilidades semânticas em cada um dos seus novos contextos dialogizados” (BAKHTIN, 1983, 146).

A questão do discurso de outrem é vista também no texto “Os gêneros do discurso” (2000), quando Bakhtin trata da palavra e sua expressividade. Nessa discussão, ele retoma inevitavelmente a temática da alteridade, não apenas por se tratar do dialogismo, mas pela importância dada à fala de outrem como sendo o elemento constitutivo de nossos enunciados – quer orais, quer escritos – no fluxo da comunicação verbal. Nesse processo de retomada do discurso alheio, o trabalho do sujeito falante consiste em adaptar a fala do outro ao contexto do seu discurso (do sujeito falante), pois os enunciados de outrem são introduzidos nos nossos enunciados carregados do tom valorativo e da expressividade que trazem de seus contextos de “origem”, dirigindo, assim, nosso intuito discursivo. Nesse sentido, a orientação para o outro é determinante até no modo como formulamos nossas enunciações, desde o aspecto estritamente lingüístico (lexical, por exemplo) até as entonações específicas. Conforme Bakhtin (2000, p. 316):

(...) com muita frequência, a expressividade do nosso enunciado é determinada – às vezes nem tanto – não só pelo teor do objeto do nosso enunciado, mas também pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema aos quais respondemos, com os quais polemizamos; são estes últimos que determinam igualmente a insistência sobre certos pontos, a reiteração, a escolha de expressões mais contundentes (ou, pelo contrário, menos contundentes), o tom provocante (ou, pelo contrário, conciliatório), etc. (...) A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com o objeto do enunciado, mas também a reação com os enunciados do outro.

Toda essa discussão mostra que o estudo das formas de transmissão do discurso de outrem no discurso narrativo é um tema bastante frutífero no tratamento dos variados gêneros discursivos. Bakhtin deteve-se enfaticamente nos gêneros literários, mas a grande variedade de gêneros discursivos que circulam na nossa sociedade permite-nos afirmar que o dialogismo é a condição *sine qua non* do funcionamento da comunicação verbal humana. É através da temática do discurso de outrem que notamos, ainda, o quanto nossa relação com a linguagem – que a princípio parece tão natural, banal e ingênua – está saturada pelos diversos índices de valoração, variados pontos de vista sobre o mundo. Com a linguagem, revelamos nossas crenças, convicções, ideologias, e isso só é possível porque ela chega até nós não como uma palavra neutra, desprovida de intenções, mas permeada pelos vieses daqueles que já a utilizaram em contextos, às vezes, contraditórios. Como Bakhtin/Volochinov (1999) mesmo já afirmaram, a palavra é uma arena onde variadas posições ideológicas lutam por firmar esta ou aquela ideologia.

A questão, contudo, não é tão simples assim. A dinâmica de transmissão do discurso de outrem no discurso citante – ou narrativo, como preferem Bakhtin/Volochinov (1999) – compreende um processo de natureza enunciativa complexo, cuja materialização lingüística dá-se de forma bastante diversificada no nível do enunciado. Estamos nos referindo aos esquemas de transmissão do discurso de outrem e de suas variantes, dos quais nos ocuparemos por alguns momentos.

Bakhtin/Volochinov procuram evidenciar a limitação da lingüística imanente no tratamento de questões sintáticas que, segundo eles, são de extrema importância para o estudo da língua por serem as formas sintáticas as que mais se aproximam da enunciação. Aliás, eles defendem que o estudo da sintaxe só se torna frutífero no quadro de uma teoria da enunciação. Essa parte do livro dedicada a essa questão é relevante para entendermos aspectos basilares do pensamento bakhtiniano. Brait (2006), ao apresentar os fundamentos daquilo que ela chama de “teoria/análise do discurso”, afirma que os últimos capítulos do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* constituem

capítulos fundamentais para uma compreensão aprofundada das formas e graus de assimilação e circulação do ‘discurso de outrem’, ou seja, da constituição dos sentidos, da possibilidade do que

chamamos de interdiscurso, de alteridade constitutiva. (BRAIT, 2006, p. 23).

No capítulo intitulado “Discurso indireto, discurso direto e suas variantes”, estes autores detêm-se na análise dessas duas principais formas de transmissão do discurso de outrem e suas variantes a partir de estudos com a língua literária russa, embora evidencie a predominância do discurso direto nessa língua. Antes, porém, de expor a caracterização desses esquemas de transmissão, Bakhtin/Volochinov tecem uma crítica a Pechkovski pelo fato de este observar apenas os aspectos gramaticais do processo de transposição de vozes de uma forma para outra (direta para indireta ou vice-versa). Na visão de Pechkovski, conforme Bakhtin/Volochinov, a enunciação de outrem mantém-se imutável e sua transmissão só pode dar-se de forma literal. Bakhtin/Volochinov (1999, p. 158) reagem a esse pensamento afirmando que

A transposição palavra por palavra, por procedimentos puramente gramaticais, de um esquema para outro, sem fazer as modificações estilísticas correspondentes, é nada mais que um método escolar de exercícios gramaticais, pedagogicamente mau e inadmissível. Esse tipo de aplicação dos esquemas não tem nada a ver com a sua utilização viva na língua. Os esquemas exprimem uma tendência à apreensão ativa do discurso de outrem.

Na visão de Bakhtin/Volochinov, o que faltou a Pechkovski foi reconhecer que, no processo de transmissão do discurso de outrem via discurso indireto ou uma de suas variantes, há uma intervenção do sujeito que implica uma mudança no plano das formas da enunciação, e não apenas em seu conteúdo. Em outras palavras, ao utilizar-se do discurso indireto, o sujeito falante realiza uma operação de *análise* da enunciação que ele cita. No nosso entender, há um procedimento de natureza *meta-* (enunciativa) nesta operação, no sentido de que, ao empregar o discurso de outrem, o sujeito analisa simultaneamente, atribui um sentido, uma entonação ao que é enunciado. Há duas operações (de citação e de análise) sobre aquilo que é citado. Nas palavras de Bakhtin/Volochinov (1999, p.159),

[...] a tendência analítica do discurso indireto manifesta-se principalmente pelo fato de que os elementos *emocionais* e *afetivos* do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo, mas nas *formas* da enunciação. (Grifos dos autores).

No caso específico de um gênero discursivo do domínio não literário, como a aula, por exemplo, que se insere no domínio do discurso científico, não seriam os elementos emocionais ou afetivos que seriam suprimidos ou modificados no processo de transmissão, mas as entonações e as posições ideológicas e axiológicas lingüisticamente marcadas, o valor igualmente ideológico e axiológico de um léxico específico, enfim, formas lingüístico-enunciativas que poderiam ter suas significações apagadas neste processo de mudança de um esquema para outro. Para ratificar essa natureza analítica do discurso indireto, vejamos o que dizem Bakhtin e Volochinov (1999, p. 159):

O discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado. Por isso transposição literal, palavra por palavra, da enunciação construída segundo um outro esquema só é possível nos casos em que a enunciação direta já se apresenta na origem como uma forma algo analítica – isso, naturalmente, dentro dos limites das possibilidades analíticas do discurso direto. A análise é a alma do discurso indireto.

Pelo que vimos, o discurso indireto constitui um dos esquemas de transmissão do discurso de outrem caracterizado por um grau maior ou menor de avaliação e de acentuação do sujeito que cita as palavras de outrem. Entretanto, o nível de complexidade desse esquema não se esgota aí. A construção do discurso indireto permite-nos ver duas formas de apreensão do discurso de outrem: 1) ele pode ser apreendido como uma tomada de posição com conteúdo semântico preciso por parte do falante; 2) ele pode ser apreendido de modo a caracterizar não só o objeto do discurso (aquilo de que se fala), mas também – quem sabe, principalmente – o próprio falante. No primeiro caso, mesmo passando por um processo de acentuação por parte do sujeito falante, a enunciação de outrem é transmitida de forma objetivada, preservando-se o conteúdo que se quis enunciar. No segundo caso, além de se manter o conteúdo enunciado, o discurso indireto revela algo do próprio falante, como “sua maneira de falar (individual, ou tipológica, ou ambas); seu estado de espírito, expresso não no conteúdo mas nas formas do discurso (por exemplo, a fala entrecortada, a escolha da ordem das palavras, a entoação expressiva etc.)” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 160). Dessa distinção, resultam as duas primeiras variantes do discurso indireto: discurso indireto analisador do conteúdo e discurso indireto analisador da expressão.

A primeira variante – *analisadora do conteúdo* – apreende a enunciação de outrem e mantém o conteúdo tematizado o mais neutro possível, sem nenhuma intervenção valorativa. Os aspectos da construção lingüística só são notados quando se revertem para o próprio aspecto semântico do enunciado. O que se percebe nessa tendência é uma tentativa de distanciamento entre o que é dito pelo sujeito falante e o que pertence ao outro. Neste caso, o discurso de outrem é tematizado, é uma enunciação dentro de outra enunciação³⁸. Como afirmam Bakhtin/ Volochinov (1999, p. 161):

Ela [a variante] é encontrada essencialmente nos contextos epistemológicos ou retóricos (de natureza científica, filosófica, política etc.), nos quais o autor é levado a expor as opiniões de outrem sobre um determinado assunto, a opô-las e delimitá-las.

A segunda variante do discurso indireto é a *analisadora da expressão*. Nesse caso, o discurso de outrem, ao ser transposto para uma estrutura indireta, tem suas palavras e maneiras de dizer caracterizadoras desse tipo de estilo totalmente integrados ao discurso narrativo. Nisso reside um aspecto curioso: ao mesmo tempo em que tais palavras e modos de dizer recebem destaque, também se “acomodam aos matizes da atitude do autor – sua ironia, humor etc.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p.163).

Uma terceira variante ainda se pode encontrar nas construções de discurso indireto: a *variante impressionista*. Ela é chamada assim porque, no âmbito do discurso literário, é utilizada para transmitir o discurso interior, os pensamentos, as idiossincrasias da personagem. Ela funciona como uma variante intermediária entre as duas variantes apresentadas acima porque o autor, além das formas de dizer e do tipo de léxico empregado pelo personagem, confere uma organização pessoal daquilo que ele transmite. Ele acentua, valora o conteúdo a ser transmitido.

Agora, façamos algumas considerações acerca do discurso direto e suas variantes. O objetivo dos autores ao empreender essa análise é o de examinar as variantes do discurso direto que permitem ver uma troca de entoações, “nas quais se constata um estágio recíproco entre o discurso narrativo e o discurso citado.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p.164).

³⁸ Daí dizer que esta variante de discurso indireto constitui um instrumento perfeito de transmissão do discurso de outrem em estilo linear.

A primeira variante é a chamada de *discurso direto preparado*. Caracteriza-se basicamente como um tipo de discurso direto que emerge do indireto e, em alguns casos, do discurso indireto livre. Essa variante recebe este nome porque o conteúdo tematizado no discurso direto é antecipado pelo discurso narrativo, isto é, o autor colore com suas entoações o discurso que será citado. Nas palavras de (Bakhtin/Volochinov, 1999, p.166):

O discurso citado destaca-se sobre um fundo perceptivo que pertence metade ao autor e metade ao herói. Entretanto, fica perfeitamente claro para nós que uma infiltração profunda das entoações do autor no discurso direto é quase sempre acompanhada por um enfraquecimento da objetividade do contexto narrativo.

Verificamos, pelo que foi afirmado acima, que existe aí um trabalho de co-autoria, pois o autor divide com o personagem [o herói] a responsabilidade pelo que está sendo dito, ocasionando, como mostram os autores, um enfraquecimento da objetividade do contexto narrativo.

A segunda variante do discurso direto é o chamado *discurso direto esvaziado*. Nessa variante, o autor é quem dá o tom ao discurso que é citado, conduzindo-o.

Um outro tipo de variante do discurso direto é o *discurso citado antecipado e disseminado, oculto no contexto narrativo*. Na literatura, ocorre quando a narrativa é conduzida pelo viés do herói, ou seja, pelo ponto de vista – não apenas espaço-temporal, mas valorativo, ideológico e sócio-axiológico – do herói.

Por fim, na última parte do capítulo 10 do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin/Volochinov (1999) esboçam algumas considerações sobre o discurso indireto livre, que são aprofundadas no capítulo seguinte desse mesmo livro. Ainda no capítulo 10, os autores expõem duas variantes do discurso direto, mas que não são discutidas com a mesma intensidade das outras. Trata-se do *discurso direto retórico* e do *discurso direto substituído*. Aquele, como o nome já sugere, refere-se aos casos em que há uma pergunta ou exclamação por parte do autor ou da personagem, dirigida a si mesmo(a). Constitui um procedimento persuasivo na dinâmica de transmissão do discurso de outrem. Este, por sua vez, refere-se aos casos em que “(...) o autor se apresenta no lugar do seu herói, diz em seu lugar o que ele *poderia* ou *deveria* dizer, o que *convém* dizer. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 171) (destaques dos autores). O tema do

discurso indireto livre é abordado de forma mais aprofundada no último capítulo desse mesmo livro.

Podemos, enfim, organizar³⁹ os esquemas padronizados de transmissão do discurso de outrem e suas variantes a seguinte forma:

ESQUEMAS PADRONIZADOS DE TRANSMISSÃO DO DISCURSO DE OUTREM E SUAS VARIANTES

1. Discurso indireto e suas variantes
 - 1.1 – analisador de conteúdo
 - 1.2 – analisador da expressão
 - 1.3 – impressionista

2. Discurso direto e suas variantes
 - 2.1 – discurso direto preparado
 - 2.2 – discurso direto esvaziado
 - 2.3 – discurso direto antecipado e disseminado
 - 2.4 – discurso direto retórico
 - 2.5 – discurso direto substituído

3. Discurso Indireto Livre

Quadro 3 – Esquema de transmissão do discurso de outrem na enunciação, segundo Bakhtin/Volochinov (1999).

Toda essa discussão constitui um quadro teórico relevante para pensarmos as formas lingüístico-discursivas que dão suporte ao fato enunciativo da transmissão do discurso de outrem. Evidentemente, Bakhtin/Volochinov tratam dessa questão tomando como exemplos fragmentos de textos pertencentes ao domínio do discurso literário, tendo em vista que alguns desses esquemas e suas variantes se configuram com maior nitidez nesse tipo de discurso. Contudo, do ponto de vista teórico-metodológico, nada impede que se veja esse funcionamento em outras manifestações da linguagem, como na aula, por exemplo, no âmbito do discurso acadêmico. Como já afirmamos antes do início desta seção, essas considerações acerca do processo de transmissão do discurso de outrem fundamentam nossa

³⁹ É importante destacar que Bakhtin propõe outras formas de organização dos tipos de discurso reportado. É o que se pode observar, por exemplo, no texto *Problemas da poética de Dostóievsky* (2005) e *O discurso no romance* (1993). Optamos, no entanto, neste estudo, trabalhar com a classificação ou tipologia proposta em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1999). Em todas essas tipologias, contudo, Bakhtin ou Bakhtin/Volochinov apontam aspectos lingüísticos da apreensão do discurso de outrem na enunciação e esse é um dos aspectos de nosso propósito aqui: mostrar como o professor, autor de seus enunciados, reporta-se a outrem no processo de construção de sua aula, e como isso na materialidade lingüística.

reflexão sobre o modo como o sujeito autor, no processo enunciativo da aula, lida com a plurivocalidade característica desse gênero.

Chegamos, portanto, ao seguinte quadro teórico-metodológico norteador das análises a serem empreendidas no capítulo seguinte. Ele resume, de forma sistemática e sintética, nossa posição teórica quanto à construção do conceito que ora propomos, que é o de autoria em perspectiva enunciativa.

AUTORIA	
DIMENSÃO <i>ENUNCIATIVA</i> DO SUJEITO	
Fenômeno de natureza lingüístico- <i>enunciativo</i> -discursiva em que o sujeito se constitui como um ser singular, no processo complexo e multifacetado da enunciação extremamente dialogizada	
FORMAS LINGÜÍSTICAS DE SUA MANIFESTAÇÃO NO ENUNCIADO OU INDÍCIOS DE AUTORIA NA MATERIALIDADE LINGÜÍSTICA	
<p>NO CAMPO DAS HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS – Authier-Revuz</p> <p>Formas metaenunciativas distribuídas em quatro grandes grupos de não-coincidências do dizer que revelam a heterogeneidade do sujeito e de seu discurso</p> <p>GLOSAS METAENUNCIATIVAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não-coincidência interlocutiva 2. Não-coincidência do discurso consigo mesmo 3. Não-coincidência entre as palavras e as coisas 4. Não-coincidências das palavras consigo mesmas 	<p>NO CAMPO DO DIALOGISMO – Bakhtin</p> <p>Relação entre discursos citante e citado: a palavra do “eu” / a palavra do “nós”</p> <p>ESQUEMAS DE TRANSMISSÃO DO DISCURSO DE OUTREM</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Discurso direto e suas variantes <ol style="list-style-type: none"> 1.1 – discurso direto preparado 1.2 – discurso direto esvaziado 1.3 – discurso direto antecipado e disseminado 1.4 – discurso direto retórico 1.5 – discurso direto substituído 2. Discurso indireto e suas variantes <ol style="list-style-type: none"> 2.1 – analisador de conteúdo 2.2 – analisador da expressão 2.3 – impressionista 3. Discurso Indireto Livre
<p>Dessas formas, resultam duas categorias analíticas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A metaenunciação: o sujeito autor negocia com a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) constitutiva(s) de seu discurso. 2. O discurso de outrem: o sujeito autor é um orquestrador da multivocalidade que se estabelece em sua produção de linguagem. 	

Quadro 4 – Esboço para elaboração das categorias analíticas do estudo.

CAPÍTULO 5

A AUTORIA NO GÊNERO DISCURSIVO AULA: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA

Preso na “impenetrável” estranheza de sua própria palavra, o locutor, quando marca explicitamente por formas da distância – pontos de heterogeneidade em seu discurso – delimita e circunscreve o outro, e, fazendo isso, afirma que o outro não está em toda a parte.

(Authier-Revuz)

As categorias que nortearão nosso trabalho de análise dos dados que constituem o *corpus* desta pesquisa foram organizadas em conformidade com o aparato teórico proposto por Bakhtin/Volochinov (1999, 1993) e por Authier-Revuz (1998, 2005), cujos conceitos já foram delineados nos capítulos teóricos deste trabalho. Quando o pensamento de algum autor for elucidado, será apenas para fins de consolidação de nosso posicionamento. Uma outra questão que é preciso considerar é o fato de que os fragmentos que serão apresentados a partir de agora fazem parte de um conjunto, de uma unidade⁴⁰, não podendo ser percebidos como blocos homogêneos, isolados, mas como fios de um mesmo tecido. A fragmentação é apenas para fins de análise.

5.1. A METAENUNCIÇÃO: O SUJEITO AUTOR NEGOCIA COM A(S) HETEROGENEIDADE(S) ENUNCIATIVA(S) CONSTITUTIVA(S) DE SEU DISCURSO

Nesta seção, analisaremos as ocorrências de enunciados *meta* que revelam, no processo enunciativo, a heterogeneidade caracterizadora do sujeito e do sentido, a qual se instaura no discurso. O autor, nesse sentido, enuncia de um lugar que não é integralmente seu, mas saturado pela presença do outro. Com relação a essa

⁴⁰ Tomo unidade aqui no sentido de que, mesmo apresentando uma configuração heterogênea, a aula sugere uma certa unidade do ponto de vista de sua constituição, organização lingüístico-discursiva.

primeira categoria analítica, delimitamos dois⁴¹ dos quatro tipos de não-coincidência do dizer: a não-coincidência interlocutiva e a não-coincidência do discurso consigo mesmo, cuja escolha já foi justificada na seção deste trabalho dedicada à metodologia, na página 20. A análise das duas categorias propostas será realizada por inquérito.

5.1.1. ANÁLISE DO INQUÉRITO N.º 270

A primeira análise que faremos para evidenciar a manifestação do autor na enunciação tem como objeto o inquérito n.º 270 do projeto NURC. Trata-se de uma aula ministrada no dia 11/10/79, que teve a duração de 50 minutos e cujo tema foi “O problema do banditismo na música”. O informante é o n.º 300, do sexo masculino, tem 33 anos de idade, tem formação acadêmica em História e sua profissão é professor. Ele inicia a aula justificando seu atraso e faz uma retomada do tema cuja discussão já havia sido iniciada, possivelmente, em outra(s) aula(s). Vejamos o trecho seguinte:

linha	
28	... e nós tivemos exemplo disso... quando assistimos/ eu mesmo estava aqui era a única noite que eu tinha... disponível em que eu não dava aula à noite... e eu mesmo pude vir aqui e assistir uma PARte... da: conferência do padre Frederico Maciel não é?... e nós assistimos assim aque:la figura... de pesquisador... inteiramente dedicado... a um determinado personagem histórico... <i>que é dessa forma que nós podemos chamar Lampião...</i> inteiramente familiarizado com esse personagem... e: a todo momento fazendo éh: novas descobertas...

Nesse fragmento, identificamos um primeiro exemplo de atividade metaenunciativa. Observamos que o professor refere-se à personagem de Lampião utilizando-se de um ato predicativo (“personagem histórico”) e logo trata de explicitar

⁴¹ Salientamos que, apesar da delimitação de dois dos quatro tipos de não-coincidência do dizer selecionados para exame das formas metaenunciativas detectadas no *corpus*, nada nos impede de apontar os outros dois tipos quando eles ocorrerem. Contudo, quando isso acontecer, será apenas para destacar a relevância da irrupção do outro na cadeia enunciativa.

(ou explicar?) o uso desse sintagma nominal para referir-se ao objeto de discurso naquele momento. Tomando por base a classificação das não-coincidências do dizer proposta por Authier-Revuz (1998), enquadrámos o exemplo acima no caso de “não-coincidência entre interlocutores”, ou seja, através de um ato de nomeação, o sujeito deixa revelar que o termo utilizado para referenciar o objeto (no caso, a personagem Lampião) não é compartilhado pelos enunciadores. Tudo isso ocorre de uma forma bastante natural, espontânea na enunciação, mas apresenta certa complexidade. O sujeito volta-se sobre sua própria enunciação porque considera que a expressão utilizada (*personagem histórico*) pode não ser aceita pelo co-enunciador ou, ainda, porque este pode rejeitar tal designação. Nesse caso, mesmo antes de isso acontecer, o sujeito tenta evitar tal fato. No dizer de Authier-Revuz (2004:73), “o locutor afirma, pela posição metalingüística na qual ele se coloca, seu domínio de sujeito falante, em condição de separar o ‘um’ do ‘outro’”.

No caso em análise, segundo Authier-Revuz (1998), ao fazer uso do recurso metaenunciativo, o sujeito tem sua figura normal de usuário das palavras desdobrada, momentaneamente, em uma outra figura, a do observador das palavras utilizadas. Ainda no dizer de Authier-Revuz (2004), há um movimento injuntivo por parte do sujeito num ponto da cadeia discursiva onde o *um* parece não ser óbvio, compartilhado, ou seja, o professor “instaura explicitamente uma enunciação conjunta, a de um nós falando numa única voz” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 92). Segundo a autora,

(...) o enunciador apaga a não-coincidência do eu e do tu, “anexando” o outro ao seu próprio querer, reduzindo a diferença entre ambos pela assimilação na unidade de um “nós-enunciador”, estabelecido imperativamente *por ele*, como fonte das palavras *que ele escolhe*. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 92) (Destaques da autora).

Ainda é possível constatar que o sujeito constrói uma imagem de interlocutor, quer dizer, todos os movimentos metaenunciativos operados pelo falante resultam de uma idéia pré-concebida que tem de seus interlocutores. Isso significa dizer que o professor, no momento em que expõe o conteúdo programático, tem uma imagem, por exemplo, do nível intelectual da turma, da capacidade de participação dos alunos em termos de opinião, críticas, discordâncias, enfim, o professor tem um mínimo de idéia das condições em que se dá a produção e reprodução do conhecimento naquele evento enunciativo. Do ponto de vista discursivo, esse

aparente controle sobre o que diz é efeito de sentido decorrente da posição que ocupa no discurso. Ocorre que o professor interrompe a enunciação no fragmento onde o discurso outro parece ameaçar surgir, em forma de discordância, de rejeição e, antes que isso aconteça, o professor se previne da possível (re)ação do outro. Esse fato indica que, mesmo submetido às coerções sócio-históricas da enunciação, o sujeito age na/com a/pela linguagem, sendo esse trabalho o que configura sua subjetivação no discurso. Para complementar esse aspecto que está sendo explorado neste fragmento, atentemos para o seguinte trecho:

linha	
35	Nós temos portanto o cangaceiro real nós temos os jagunços que tiveram existência real... nós temos... <i>os chamados bandidos sociais ou vingado:res</i> ou... <i>quem não aceitar esse tipo de denominação</i> mas finalmente... nós temos toda essa galeria de personagens que viveram realmente, não é?

O exemplo acima evidencia uma clara recorrência, por parte do sujeito falante, aos discursos que circulam na sociedade quando a referência é feita a pessoas que participavam de grupos como os de Lampião. O professor refere-se aos “chamados” “bandidos sociais” e “vingadores”. Isso tem uma implicação no plano discursivo que não se pode ignorar. Da forma como foi construída, o sujeito professor recorre a esses termos para conseguir uma isenção de qualquer responsabilidade pelos usos desses termos, até porque, social e culturalmente falando, uma palavra como “bandido”, por exemplo, tem conotação negativa. Nesse sentido, ao modalizar seu discurso, o sujeito presume uma determinada reação dos interlocutores, uma espécie de rejeição por partes destes acerca do léxico utilizado, eximindo-se mais uma vez de sua responsabilidade pelo possível (mal) dizer (*quem não aceitar esse tipo de denominação*). Ao perceber o *não-um interlocutivo* afetando seu dizer, o professor recusa ver seu enunciado rejeitado, ou seja, o sujeito se recusa a trocar a palavra e a mudar seu discurso e, por essa razão, prossegue tentando restaurar o *um* da enunciação. É interessante destacar que, também neste último caso, o sujeito dialoga com uma outra posição axiológica existente: a daqueles que não concordam com a terminologia utilizada para se referir a grupos como os de Lampião.

A autoria, nesse exemplo, dá-se nesse conflito que se estabelece na enunciação, entre a palavra do *um* (do sujeito enunciador, professores) e palavra do *não-um*, que ameaça romper o fio do discurso e emergir de lá suscitando outros valores sócio-axiológicos. Essa tensão é marcada lingüisticamente pelas glosas metaenunciativas que revelam as não-coincidências dos dizeres apresentados. Ainda é possível destacar um outro efeito de sentido decorrente dessa glosa: mesmo tentando reinstaurar o *um* da enunciação afetado por esse outro que ameaça aparecer, o professor parece abrir espaço para que outra posição se instaure na enunciação, mas isso é apenas uma forma de não se comprometer, de não parecer dogmático ao tratar do assunto em questão. Vejamos um outro fragmento do texto:

linha	
46	... tendo esse personagem como fonte de inspiração... essa conversa toda a respeito a respeito do leGAdo do cangaceirismo... ... <i>que talvez pareça estranha... porque muita gente pode dizer</i> “qual o legado afinal que fica... de uma série de: tropeli:as de: tirotei:os e de: crimes de: violên:cia?... como é que se pode falar de legado?”... essa conversa toda a respeito do legado... foi motivada por uma: conversa que eu tive...

No excerto acima, chamamos a atenção para o trecho destacado, em que se pode perceber um movimento bastante recorrente do sujeito autor no processo de enunciação neste gênero: o fato de reportar-se sempre a um leitor/ouvinte virtual, num gesto de “previsão” das possíveis reações desse interlocutor a respeito de suas (as do professor) palavras, embora esteja vivenciando uma situação de interação face-a-face, já que se trata de uma aula expositiva. Ainda falando sobre Lampião, o professor tem a ilusão de que a palavra *legado* não produz o efeito de sentido desejado e, pensando poder dizer exatamente o que queria, trata de circunscrever o sentido desta palavra. No exemplo citado, parece haver, na visão do sujeito falante, uma discrepância entre o termo empregado e aquilo que ele designa; tem-se aí um caso de não-coincidência entre a palavra e a coisa. Nesse sentido, o sujeito autor trata imediatamente de explicar seu comportamento lingüístico, minando, assim, uma possível intervenção do interlocutor no sentido de corrigir, de retificar esse uso. Na verdade, essa “desconfiança” do sujeito falante em relação ao interlocutor dá-se

um pouco antes do trecho destacado (“... que talvez pareça estranha...”). Aqui, toda a seqüência denuncia a preocupação do sujeito quanto à abertura a outras significações; aliás, é aqui que já se inicia a ruptura do fio discursivo, em que até o próprio modalizador sugere as possíveis palavras de outrem no intuito de explicar o que vem adiante. Verificamos que, às vezes, as palavras parecem tão óbvias, tão comuns que não nos preocupamos com os vários direcionamentos que elas podem seguir. Elas se apresentam já impregnadas de nossa subjetividade. Esse gesto de reflexão sobre a própria enunciação constitui um traço de manifestação da autoria, pois é nesses movimentos de retroação que ele se coloca como produtor de linguagem, responsável pela estruturação sintático-semântica e discursiva de seus enunciados no plano lingüístico-discursivo do processo enunciativo. Além disso, é nesse gesto que surpreendemos o diálogo entre duas subjetividades: de um lado, o professor, que tem a ilusão de ser o dono do seu dizer; de outro, as vozes com as quais ele interage, negociando o(s) sentido(s) que (ir)rompe(m) (n)a cadeia enunciativa. Passemos a outro fragmento.

linha	
69	SObre o banditismo... essa música sobre o cangaço sobre o banditismo... nós temos a própria música popular por excelência a música de cordel... <i>a música dos cantadores de viola de feira...</i> e nós temos... um outro tipo de música... que é:... o que nos interessa mais de perto... que é exatamente a música produzida... muitos anos depois...

O que ocorreu no trecho destacado acima também ocorrerá com bastante freqüência no material em análise: o movimento de conceituação, de definição. Segundo Authier-Revuz (1998), são glosas que freqüentemente explicitam com palavras “normais” do discurso. Constatamos tal freqüência e, ao mesmo tempo, apresentamos como justificativa para essa abundante ocorrência uma característica relevante desse gênero que analisamos, que é o seu caráter didático, ou seja, a maioria dos professores, no momento de exposição de um conteúdo, tende a se preocupar com o nível de clareza das informações que expõe e, por essa razão, tornando-se até, às vezes, repetitivo, reitera as informações sobre o objeto de discurso de que trata. Esse movimento de retorno, no ato de enunciação, ao enunciado proferido para conceituar, definir traduz-se na busca de um sujeito que se

debate com as palavras, vendo-se obrigado a todo o instante a limitar os campos de significância de seus enunciados, que, conforme Bakhtin (2000), já vêm saturados e habitados por discursos de outrem. No caso desse fragmento, o comentário tecido sobre a música de cordel, apesar de não se enquadrar em nenhum dos quatro tipos de não-coincidência, constitui um fato metaenunciativo, pois o retorno do professor ao termo visado, a partir do comentário feito, revela que o sujeito enunciativo traça uma imagem de seu interlocutor, no caso o aluno, como se este não soubesse o significado da expressão “música de cordel”. Vejamos outro excerto:

linha	
498	<p>... a sociologia pesquisa para descobrir ... QUE relações sociais... ou que fatores fazem com que certos símbolos sejam bem sucedidos?... é exatamente esse mesmo tipo de interrogação ... que eu me proponho fazer aqui... discutir aqui... quer dizer... até que ponto ... a o cangaceiro ou ou a a figura do cangaceiro principalmente na arte em geral mas na música em particular... que é o nosso tema hoje aqui... até que ponto esse essa figura TEve sucesso ou não... <i>quando nós falamos aqui em sucesso falamos sucesso enquanto:... éh símbolo capaz de motivar uma série de atitudes éh: de um maior ou menor nacionalismo assim por diante...</i></p>

Neste outro fragmento, destacamos uma ocorrência de metaenunciação em que o sujeito autor rompe a linearidade da cadeia enunciativa para circunscrever um sentido da palavra que logo aparece – no caso, “sucesso” – numa tentativa de delimitar seu campo de significação. O sujeito autor, ao discutir a identidade do cangaceiro, delineia um ponto de vista que, a seu ver, não se coaduna com a natureza de seu referente; quer dizer, soa estranho para ele a equivalência de “sucesso” a “cangaceiro”. O sujeito vê nesse momento da enunciação que o seu interlocutor pode não concordar com a designação que utiliza para se referir ao cangaceiro. Segundo Authier-Revuz (2001, p. 31), isso ocorre porque

(...) a operação de **fixação** da mobilidade potencial do sentido de uma unidade do dizer é também solidariamente uma **atestação** da realidade **enunciativa** do não-um do sentido, ao qual essa operação opõe o trabalho ativo de especificação de *um* sentido, preenchendo, no plano segundo, metaenunciativo, do desdobramento do dizer, a “falha” do primeiro plano, através de uma operação contextual de

eliminação em X de um sentido inoportuno que, no entanto, X autoriza ou favorece. (Grifos da autora).

A autoria, como fenômeno enunciativo-discursivo da linguagem em funcionamento, revela-se, no exemplo acima, assim como em outros, nesse ato suspensivo da enunciação operado pelo sujeito. Mesmo submetido às coerções histórico-sociais, o sujeito realiza um trabalho na e com a língua, apontando no processo enunciativo o(s) ponto(s) em que o dizer parece afetado pela não-uni(vo)cidade. Os cortes, as rupturas, as suspensões, as duplicações do dizer, enfim, todos os movimentos metaenunciativos, descritos sob as mais variadas facetas conforme o aporte conceitual no qual nos fundamentamos, evidenciam um sujeito em constante atividade de produção de sentidos. Quer dizer, embora haja vários locais no todo enunciativo em que o sujeito poderia romper para efetuar o comentário, ele opera o corte exatamente naquele em que o dizer parece “não óbvio”, não evidente. Isso é um traço característico de um modo de ser no discurso, característico ainda da atuação do sujeito neste gênero específico do discurso, que é a aula. A situação enunciativa em que ocorre a aula é propícia a esse tipo de relação do sujeito com a linguagem e a forma como a autoria aí se instaura/instala é particular, singular em relação ao modo como ela se dá. Os retornos realizados pelo sujeito a um ponto da enunciação revelam que esta é uma instância caracterizada pela dialogização, pela presença de discursos outros que a atravessam, que ameaçam vir à tona, e o trabalho do sujeito autor consiste na gestão desses pontos de não-coincidência, de manter o *um* funcionando a despeito da iminente entrada do *não-um*.

5.1.2. ANÁLISE DO INQUÉRITO N.º 339

Para esta análise, utilizaremos os dados referentes ao inquérito n.º 339 do projeto NURC. Trata-se de uma aula ministrada no dia 24/03/1987, que teve a duração de 60 minutos e cujo tema foi “Filosofia e filosofar”. O informante é o n.º 409, do sexo feminino, tem 34 anos de idade (1.ª faixa etária), tem formação acadêmica em Filosofia e sua profissão é professora universitária. A gravação começa em um momento da aula que já parecia ter se iniciado, ou seja, não é visível

uma contextualização, por parte da professora, acerca do tema que seria tratado naquele momento. Passemos, então, às análises dos fragmentos selecionados.

linha	
01	Então... <i>tirando da própria visão etimológica da palavra né?</i> filosofia:... então nós dali deduzi:mos... ser filosofia um tipo ((ruído)) de saber uma sabedoria
04	<i>né? ...e essa sabedoria... teria teria de fle/ implicações... ao limite humano não é? ... nós poderíamos dizer... éh: filosofia... um saber... que... busca que se procura né?</i>

Observamos neste excerto que a atividade metaenunciativa começa desde as primeiras palavras pronunciadas na aula⁴², só que de uma forma referencial “catafórica”, ou seja, aparece primeiramente o comentário metaenunciativo para, depois, surgir a palavra sobre a qual esse gesto reflexivo incide. Como acontece freqüentemente neste gênero, a aula normalmente se inicia com o movimento de conceituação de termos e noções empreendido pelo sujeito autor professor. Neste gesto de definição, ele rompe a cadeia enunciativa onde o fio discursivo ameaça romper-se pela emergência de possíveis sentidos que ameaçam a aparente unidade discursiva. É como se seus interlocutores – no caso, os alunos – pudessem surpreendê-lo com outro(s) sentido(s) para o termo usado e, antes que isso aconteça, ele trata de circunscrever esse discurso outro, ou melhor, sentido outro. Trata-se de um procedimento de conjuração do outro no fio discursivo, e não de estratégias apenas para tornar a comunicação mais fácil, transparente. No nosso entender, o tema da aula, em que o professor tentou traçar um contraste entre os termos *filosofia* e *filosofar*, é favorável à ocorrência de enunciados metaenunciativos, no sentido de que há sempre a possibilidade, no processo enunciativo, de o sentido ser outro, a depender das condições de produção desse discurso. Chama-nos a atenção, nesse sentido, o uso dos termos *própria* e *etimológico*, relacionados um ao outro, atribuindo a uma fonte única, original, primeira da qual o significado da palavra se originou. Essa atitude decorre da idéia de que a palavra *filosofia* pode apresentar diversos significados e, antes que alguns deles venham à tona, na co-enunciação, o sujeito autor professor trata de delimitar seu significado, o que gera um efeito de

⁴² A aula começa neste ponto. As razões pelas quais a aula já se inicia dessa forma não estão explicitadas no *corpus*.

tentativa de controle da dispersão. Nos gêneros do domínio acadêmico, a abordagem do tópico ou assunto da aula – no nosso caso – encaminha a discussão para o fechamento, para a circunscrição e delimitação do objeto de estudo, mesmo que se tenha que reportar a uma série de outros enunciados. Há uma idéia, ainda, de que a definição apresentada do ponto de vista etimológico é a mais correta, a mais coerente e a mais precisa porque poderia apresentar um significado igual ou aproximado ao da origem da palavra. É relevante salientar que não estamos negando a significação da palavra, pois, conforme o próprio Bakhtin, deve haver nas palavras um componente que assegure, pelo menos em parte, uma compreensão mútua entre os falantes de uma determinada comunidade, ou seja, quando utilizamos a língua, há elementos comuns aos falantes que permitem, no fluxo contínuo e normal das interações, uma compreensão recíproca⁴³. O que queremos evidenciar, na verdade, é a utilização que o sujeito faz das glosas metaenunciativas para delimitar o sentido dentre os demais possíveis. É nesse movimento de assinalação do outro na seqüência enunciativa que registramos a voz autoral, pois é desse gesto que decorre o efeito de um sujeito que organiza a dispersão constitutiva de seu discurso e da enunciação.

O outro trecho destacado é o de linha 04, em que o sujeito professor instaura uma enunciação conjunta, a de um nós falando em uma única voz (*nós poderíamos dizer*). Trata-se, no dizer de Authier-Revuz (2004, p. 93), de “uma incitação, na tonalidade de excusa, a ‘contentar-se’ simultaneamente com um termo pouco satisfatório”, ou ainda, de “uma exortação, com tonalidade de encorajamento, para transgredir em conjunto, com audácia, uma hesitação em enunciar uma palavra necessária.” O efeito discursivo desse uso ocorre quando o sujeito autor convida o seu interlocutor para a co-enunciação, prevenindo uma possível recusa do outro a respeito de uma possível inadequação da palavra. A palavra do enunciador pode não coincidir, na sua visão, com a de seu co-enunciador e, antes que este rompa a linearidade do sentido do enunciado, o enunciador circunscreve a significância do elemento sobre o qual o gesto metaenunciativo incide. A autoria instaura-se, então, nesse processo de circunscrição do outro na cadeia enunciativa, no ponto onde o discurso do enunciador parece ameaçado pela presença do(s) discurso(s) outro(s). Por fim, um aspecto curioso a respeito desse uso metanunciativo é que,

⁴³ Sobre essa questão, veja o capítulo 7 (“Tema e significação na língua”), do livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Mikhail Bakhtin (Volochinov).

normalmente, o verbo aparece em sua forma imperativa (*digamos X, suponhamos X* etc). No caso em análise, o verbo principal “dizer” aparece modalizado pelo verbo “poderíamos”, acentuando ainda mais o pretense comportamento verbal de ingenuidade e humildade do sujeito enunciador. (Destques da autora). Vejamos o trecho seguinte.

linha	
50	então isso leva com que nós... possamos compreender qual seria a visão de mundo implicada naquela vivência daquele sujeito... então dessa forma...
53	seríamos todos filósofos <i>no sentido...ma:is... abstrato no sentido mais concreto da da da palavra né?... mas dizemos também que a filosofia propriamente dita né?... filosofia no sentido acadêmico é preciso que exista uma atiTUde... num é?... do sujeito... que ele se disPO:nhá né?</i>

Observamos, mais uma vez, nessas glosas metaenunciativas, que o sujeito opera com um corte na cadeia enunciativa exatamente na palavra que poderia ocasionar, no mínimo, a duplicidade de sentido da palavra que ele selecionou para seu comentário. No primeiro registro, temos um caso de não-coincidência das palavras consigo mesmas. No segundo momento do fragmento, temos um caso de não-coincidência do discurso consigo mesmo, pois há outros sentidos possíveis e iminentes, vindos de outros discursos, ou melhor, do interdiscurso (Ex.: X, no sentido cristão; X, no sentido bakhtiniano etc.).⁴⁴ Aqui, o autor deste enunciado delimita os sentidos que a palavra pode sugerir porque, ao tratar do tema (filosofia e filosofar), fecha os sítios de significação, já que um termo não equivale semântica e axiologicamente ao outro, ou seja, existe uma diferença entre os termos a qual ele faz questão de estabelecer. Esse fato é bastante comum, como já afirmamos em outro momento, no gênero discursivo em análise, pois o professor conduz sua aula

⁴⁴ Gostaríamos de registrar que, em alguns momentos, encontramos uma certa dificuldade para classificar as glosas metaenunciativas presentes no *corpus* porque, a nosso ver, o inventário de formas metaenunciativas formulado por Authier-Revuz (1998, 2004) apresenta algumas flutuações. Só para mostrar um exemplo, Authier-Revuz (1998), ao apresentar as *figuras ou imagens metaenunciativas representativas dos tipos de não-coincidência do dizer*, afirma que uma glosa como “X, no sentido cristão”, representada pela exterioridade de uma palavra ou do sentido de uma palavra faz parte do grupo da não-coincidência do discurso consigo mesmo. Logo em seguida, afirma que a glosa “X no sentido estrito” integra-se ao grupo da não-coincidência das palavras consigo mesmas. Verificamos, com isso, que o inventário dessas formas de não-coincidência do dizer, apesar de não ser exaustivo, pode gerar dúvidas quanto à classificação.

deixando de forma clara os conceitos que aborda. Isso é visível na conceituação da palavra *filosofia*, em que o professor restringe o termo ao âmbito acadêmico circunscrevendo o lugar do outro na enunciação, restabelecendo o fio discursivo. Do ponto de vista enunciativo, essa atividade funciona da seguinte forma:

Duplicando o uso de um termo por um comentário reflexivo opacificante sobre esse uso, tal modalização suspende localmente, no termo visado, o caráter absoluto, inquestionado, evidente, o “óbvio” vinculado ao uso-padrão das palavras. A modalização confere a um elemento do dizer o estatuto de uma “maneira de dizer”, relativizada (mesmo que seja para valorizá-la) dentre outras. Fazendo isso, a enunciação *representa-se localmente* como afetada por não-um, como alterada – no duplo sentido de alteração e de alteridade – em seu funcionamento por um fato pontual de *não-coincidência*. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 83). (Grifos da autora).

Conforme as palavras acima, o rompimento da cadeia enunciativa ocorre do ponto de vista da forma, em que há a inserção de um comentário de natureza reflexiva de caráter enunciativo-discursivo, e do ponto de vista de seu conteúdo temático, uma vez que as glosas metaenunciativas mostram o outro que constitui o discurso. Analisemos, agora, este outro fragmento.

linha	
75	toda vez que nós estamos interrogando, que nós estamos questionando que nós estamos problematizando... uma realidade... nós estamos... filosofando... filosofia... é questionar... o conhecido... não é? porque... <i>o que dizem... as</i>
78	<i>mentes pensantes os maiores pensadores?...</i> que aquele sujeito que acha tudo muito natura:l...que acha tudo muito óbvio né?... que: não vê problemas e mistérios diante da realidade ou seja... que diz “ <i>a vida é algo... que se dá ao</i>
84	<i>meu conhecimento através da minha visão sensiti:va... e que não preciso muitos questionamentos pra poder analisar essa realidade e perceber essa realidade... ela me é dada... pela vista... pelos órgão sensórios”...</i> então essa pessoa jamais poderá fazer filosofia... <i>no sentido acadêmico no sentido rigoroso...</i>

Este fragmento acima evidencia alguns aspectos interessantes da atividade metaenunciativa que configuram a presença do autor no discurso. Primeiramente,

destacamos o movimento de remissão que o professor faz ao discurso de outrem, às bases teóricas nas quais ele se apóia para a elaboração de sua aula. As “mentes pensantes” referem-se aos teóricos da filosofia, àqueles que têm elaborado diferentes proposições no interior dessa área do conhecimento humano. Esse gesto de reportar-se ao já-dito, de forma explicitamente marcada, como acontece nesse fragmento, é caracterizador dessa situação enunciativa e desse gênero do discurso, pois dessa forma o professor – sujeito autor de seus enunciados, de seu discurso – busca a adesão de seus interlocutores àquilo que está sendo dito, uma vez que confere credibilidade ao movimento argumentativo. Quer dizer, a alusão ao conhecimento já produzido sobre o assunto, ao invés de caracterizar-se como plágio, cópia, ou fato de natureza semelhante, torna-se um argumento de autoridade para quem está apresentando o conteúdo, consolidando uma imagem positiva desse sujeito, uma vez que, quanto mais o sujeito professor demonstra domínio da literatura de sua área do saber, mais credibilidade ele terá perante seu auditório. Isso é uma característica da manifestação da autoria, pois a singularidade, a individualidade do sujeito autor dar-se-á a partir de seu engajamento na imensa rede dialógica dos enunciados que integram a grande corrente da comunicação humana. Ele inscreve suas formulações no formulável, no já-dito, produzindo efeitos de sentido que apontam para a constituição de um estilo próprio de lidar com o O/outro. Esse aspecto será explorado de forma mais aprofundada mais adiante.

Em segundo lugar, observamos a exposição clara que o sujeito falante faz do outro, ao apresentar a voz alheia, entre aspas⁴⁵, demarcando a oposição interior/exterior do discurso, isto é, delimitando as fronteiras entre suas palavras e as palavras do interlocutor. Aliás, não apenas as aspas indicam isso, mas o uso do verbo *dicendi* (*diz*) comprova esse fato. As aspas constituem um caso típico de heterogeneidade mostrada, em que o sujeito se coloca como porta-voz do discurso do outro, dando lugar explicitamente no seu discurso a essa fala de outrem, que ocupa o tempo ou o espaço claramente recortado, em termos sintáticos, no enunciado do sujeito falante.

A glosa metaenunciativa utilizada nesse fragmento classifica-se, como no caso anterior, como uma não-coincidência do discurso consigo mesmo. Novamente,

⁴⁵ Apesar de estar trabalhando com um *corpus* conceptualmente oral, afirmamos que o trecho analisado, destacado com aspas, indica o discurso reportado porque convencionou-se, no próprio sistema de transcrição dos inquéritos, que o símbolo (“ ”) representa citações, conforme Sá *et ali*, 2005, p. 15.

a autoria revela-se no ato de delimitação, pelo enunciador, do sentido que quer imprimir ao enunciado, silenciando outros sentidos possíveis. Isso ocorre, no plano discursivo, quando o sujeito professor organiza a dispersão desses sentidos, restaurando a unicidade da enunciação, sempre passível de co-enunciação. Observemos, agora, um outro dado importante neste inquérito.

linha	
200	porque quando eu digo que o objeto de uma filosofia seria o TUDO... não é?... TUDO que possa ser questionado... tudo que possa ser refletido... tudo aquilo que possa ser... alvo de uma pergunta de um questionamento de uma reflexão por parte do sujeito... <i>ou seja</i> tudo aquilo que é cognoscível... tudo aquilo que é capaz de ser conhecido e ser absorvido pelo sujeito...

Na linha 200, encontramos um introdutor de glosa metaenunciativa muito comum no gênero aula (*ou seja*). Trata-se de um recurso lingüístico através do qual o sujeito parece esclarecer tudo aquilo que não teria ficado claramente definido em sua exposição nos enunciados anteriores. Além dessa função, destacamos no uso acima que tal glosa também tem a função de introduzir um enunciado resumindo tudo o que se disse anteriormente. Só que ocorre um fato interessante: o sujeito, ao utilizar a palavra “cognoscível” para “resumir” tudo o que fora dito, tem a ilusão de que a palavra utilizada não é do conhecimento partilhado dos interlocutores e faz o mesmo movimento que vinha fazendo antes, *ou seja*, ele parafraseia em uma linguagem provavelmente mais acessível aos interlocutores porque o outro pode não dividir o mesmo espaço enunciativo que ele (o professor) ocupa. Esse é um efeito de sentido que podemos identificar nesse fragmento.

As considerações tecidas nos revelam, com base nos dados analisados, que a autoria é uma manifestação da subjetividade caracterizada por uma singularidade que se estabelece no âmbito das relações intersubjetivas instauradas na enunciação. A não-coincidência interlocutiva do dizer e a não-coincidência do discurso consigo mesmo apontam para a emergência de outra(s) subjetividade(s) no fio do discurso que, em diálogo com o discurso do sujeito falante, quer de forma concordante ou discordante, instaura(m) seus pontos de vista sobre o mundo e a realidade que a(s) cercam. O sujeito autor é aquele que divide seu espaço enunciativo com outros sujeitos autores, vindos de diferentes épocas, de diferentes

lugares discursivos e com os quais estabelece alguma relação para, a partir desse encontro, dar lugar a outras enunciações. É na organização e gestão da pluralidade de vozes que ameaçam a ruptura do fio enunciativo que o professor se constitui autor de suas aulas, de seus enunciados, e isso é observado, do ponto de vista analítico, como efeitos de sentido da relação sujeito – sentido – discurso.

Verificamos, ainda, conforme estudos realizados por Cunha (1997)⁴⁶, que a atividade metaenunciativa é constante em gêneros discursivos orais, como os que foram analisados pela autora, a exemplo de diálogos entre dois informantes, diálogos entre informante e documentador, palestras e aulas registrados no Projeto NURC/RE. A autora verificou, ainda, que há uma maior intensidade da atividade metaenunciativa nos gêneros orais com tendência monológica, como a aula. Para ela,

embora a atividade metaenunciativa não seja consciente, essas formas de remissão ao dizer, nas produções monológicas (DID e aulas), pode ser explicada pelo pouco envolvimento com o outro e por um maior envolvimento com o conteúdo. Além disso, o falante pode voltar e refletir sobre o dizer, para torná-lo mais claro, mais preciso, sem correr o risco de ter o seu discurso interrompido. (CUNHA, 1997, p. 5).

O gesto de retorno operado pelo falante, nesse caso, não significa, em hipótese alguma, um gesto premeditado, deliberado, mas efeito de uma condição de ser/estar na ordem da discursividade, o que, também, não elimina de vez a possibilidade de um trabalho na/com a linguagem. Passemos, agora, ao segundo plano de análise, o da dialogização do discurso.

5.2. O DISCURSO DE OUTREM: O SUJEITO AUTOR É UM ORQUESTADOR DA MULTIVOCALIDADE QUE SE ESTABELECE EM SUA PRODUÇÃO DE LINGUAGEM

A “orquestração” de vozes, de outros discursos que são apresentados de forma explícita, marcada, inclusive, em alguns casos, com o uso das aspas, que

⁴⁶ Embora o trabalho desenvolvido por Cunha mencionado aqui seja o que trata de metaenunciação, já que no momento estamos abordando esse assunto, gostaríamos de destacar que toda a sua produção científica tem-se dado no âmbito das discussões sobre discurso reportado, dialogismo, gêneros do discurso, enfim, de um conjunto de temas bakhtinianos que focalizam a dialogização do sujeito e do discurso.

indicam a sua reprodução integral e literal no corpo do discurso citante, constitui um dos traços significativos para a construção do conceito de autoria numa perspectiva enunciativa. O sujeito professor, no contexto da aula, representa-se na maior parte do tempo como se todas as palavras utilizadas proviessem dele. Somente em algumas situações, ao se relacionar com as palavras de outrem, o professor estabelece uma separação nítida entre o que é “seu” e o que “não” é. Em outros momentos, entretanto, ele se “esquece” de que toda sua produção linguageira dá-se num circuito em que as palavras apenas mudam de lugar e se revestem do seu intuito discursivo. Ou seja, o material semiótico pode ser o mesmo, mas sua significação, em um determinado evento enunciativo, dependendo da voz social em que se apóia, será diferente. É o que ocorre na aula: os discursos reportados são recortados, direta ou indiretamente, de um contexto enunciativo específico para figurarem, com outro valor sócio-axiológico, numa nova situação de enunciação. O trabalho do professor em estabelecer essa mudança de *locus* enunciativo dos dizeres de outrem, ocasionando, conseqüentemente, novos sentidos a sua enunciação, caracteriza sua atuação como autor de seu discurso, constituindo-se como uma voz singular nesse espaço de retomadas e deslocamentos.

Nesta seção de análises, verificamos que as mais diversas vozes se incorporam ao discurso do professor e formam, com ela, um bloco homogêneo, no sentido de que há um “regente” que organiza todo o “coro”, que se apresenta responsável pela constituição de uma outra voz que é resultado do arranjo com as demais; mas também heterogêneo, no sentido de que a voz autoral do professor é constitutivamente dialógica, atravessada por outros discursos.. No dizer de Bakhtin/Volochinov (1999), quando passa a fazer parte do discurso narrativo, o tema de uma enunciação passa a ser tema de outro tema. Na aula, os mais variados temas são fios que vão tecendo uma grande teia, que é a enunciação do professor no processo de ministração da aula. A autoria exerce-se em todo o tempo, em toda a produção de linguagem do sujeito porque estamos, em todo tempo e em todos os momentos, movimentando-nos num espaço social discursivo marcado pelo embate entre vozes de duas naturezas opostas: de um lado, as vozes que tentam impor uma das verdades sociais como *a* verdade; elas representam, para usar um termo bakhtiniano, as forças centrípetas da esfera do uso da língua, que tentam subjugar a heterogeneidade discursiva e monologizar o discurso, buscando uma certa centralização verboaxiológica do discurso; de outro, as vozes que configuram a

heterogeneidade discursiva, a plurivalência do signo com sua dispersão semântica, representadas, na terminologia bakhtiniana, nas forças centrífugas do uso da língua,

[...] aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos tais como a paródia, a polêmica explícita ou velada, a hibridização ou reavaliação, a sobreposição de vozes etc. (FARACO, 2003, p. 67).

Por essa e outras considerações, fica evidente que o Círculo de Bakhtin compreende as relações dialógicas como espaço de tensão entre enunciados e, nesse caso, a autoria, esse processo de subjetivação na/da linguagem, instaura-se nessa instância. Dito isto, passemos às análises dos inquéritos.

5.2.1. ANÁLISE DO INQUÉRITO N.º 270

Apesar das várias formas de manifestação lingüístico-enunciativas do discurso de outrem, deter-nos-emos basicamente naquelas que se apresentam sob a forma de discurso direto e discurso indireto e suas variantes, ou ainda, em outras formas de transmissão de discurso de outrem que revelem outras facetas do processo enunciativo e dialógico da aula. Essa decisão decorre da abundante recorrência desses tipos de discurso no *corpus*. Vejamos o seguinte trecho:

Linha	Fragmento
109	o sertanejo aí como que encarNANdo...determinado: Tipo de brasileiro ou determinado ideia:l do brasileiro... essa utilização já foi feita pelo próprio Euclides da Cunha... <i>quando dizia que</i> : lá no sertão... ou entre os sertanejos estava o próprio CERne da nacionalidade... essa mesma:...
114	esse mesmo pensamento... nós encontramos na: famosa frase de Euclides da Cunha também a respeito de o sertanejo ser " <i>antes de tudo um forte</i> "... e é curioso que uma das letras de música que eu trouxe aqui hoje lamentavelmente... creio que essa música não chegou a ser gravada... ela:... foi uma... das premiadas no festival que houve aqui em Recife... essa música é de Marcus Vinícius... e se não me engano Ana
120	Leão se não me engano... e essa música terminava exatamente <i>dizendo a mesma coisa que a frase de Euclides da Cunha... quer dizer "antes de</i>

	<i>tudo um forte</i> ” em relação ao sertanejo ...
--	--

Nesse primeiro fragmento, gostaríamos de apontar uma das facetas da presença do outro e de sua voz no discurso do sujeito autor – no caso, o professor ministrante desta aula – e que é bastante freqüente neste gênero: a da menção. Expliquemos. Embora estejamos tratando aqui especificamente das formas explicitadas da presença de outrem, como é o caso dos discursos direto e indireto e suas variantes, constatamos que há uma tendência bastante acentuada no processo enunciativo de a voz de outrem ser apresentada juntamente com a fonte do enunciado. No caso desta aula, o professor, ao tratar da questão do banditismo na música, tece um diálogo com o discurso literário, que aparece representado na voz do escritor Euclides da Cunha, em uma de suas célebres frases (“o sertanejo é antes de tudo um forte”). Vemos, nesse sentido, que o professor se constitui autor de seu dizer à medida que organiza, do ponto de vista lingüístico, enunciativo e discursivo, essas vozes outras que compõem o tecido discursivo. Brait, discutindo a noção de autor em Bakhtin, afirma que

O autor-criador é, assim, quem dá forma ao conteúdo: ele não apenas registra passivamente os eventos da vida (ele não é um estenógrafo desses eventos), *mas, a partir de uma certa posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente.* (BRAIT, 2005, p. 39) (Grifo nosso).

Evidentemente a discussão dá-se no nível da literatura, mas como propomos nesta reflexão, tal discussão estende-se a outros domínios de uso da linguagem, conforme a amplitude e alcance da teoria bakhtiniana. Observamos que o trabalho do autor professor no ato de enunciação da aula consiste em estabelecer uma “costura” das diversas vozes que povoam a sua, para que assim elas construam a sua tomada de posição ante um objeto discursivo.

Já do ponto de vista dos esquemas de transmissão de vozes de outrem, constatamos que o encadeamento entre a fala do professor e a fala do escritor dá-se da seguinte forma: um trecho do discurso do escritor é cortado exatamente num ponto em que é possível estabelecer sua integração ao discurso do professor, sem que haja prejuízos quanto aos aspectos sintático-semântico e estilístico, conforme podemos observar no trecho referido (*esse mesmo pensamento... nós encontramos na: famosa frase de Euclides da Cunha também a respeito de o sertanejo ser “antes*

de tudo um forte”). Esse exemplo se enquadra na variante do discurso indireto analisador da expressão, em que, segundo Bakhtin/Volochinov (1999, p. 164), “o discurso direto é preparado pelo indireto e emerge como que dentro dele.” Constatamos, ainda, que a referência a essas vozes dá-se de forma uníssona, ou seja, a voz do professor se coaduna às demais, entrelaçando-se, formando com a voz de outrem um todo em que é difícil estabelecer os limites entre elas, ou seja, quando começa uma e termina a outra e vice-versa.

Há, ainda, outro fragmento no trecho analisado em que se pode ver a presença do discurso indireto em sua forma prototípica (*essa utilização já foi feita pelo próprio Euclides da Cunha... quando dizia que: lá no sertão...*), como podemos constatar pelo uso do verbo *dicendi* “dizia” e pelo uso da conjunção integrante “que”. Vemos, nesse excerto, que a transmissão do discurso alheio, materializada sob a forma dos discursos direto e indireto, presta-se a indicar determinados efeitos de sentido no processo enunciativo, dentre os quais destacamos o da argumentação representado no discurso de autoridade, aspecto que será explorado em outros momentos. Vejamos o próximo exemplo:

Linha	Fragmento
195	... quer dizer então nós temos por exemplo tem uma das músicas do Sérgio Ricardo... éh: <i>Pé na estrada</i> ... que: me lembra muito uma imagem que vi numa ocasião num filme de Bergman... es/ nessa imagem de Bergman é um filme sobre a época das cruzadas na Europa <i>O Sétimo selo</i> não sei se alguém aqui teve a oportunidade de ver esse filme...

Neste trecho, embora não detectemos os esquemas de transmissão do discurso de outrem, verificamos um aspecto curioso. Constatamos que o sujeito autor, ao organizar sua exposição, faz referência no tecido enunciativo a outros discursos, a outros sistemas semióticos, como é o caso da linguagem cinematográfica. A alusão ao cinema aqui se dá porque o professor concebe uma proximidade entre o tema de que ele trata e o conteúdo do filme a que ele se refere, ou seja, ele estabelece uma associação entre duas linguagens – a da música e a do cinema – para consolidar sua discussão acerca do banditismo na música. Esse aspecto nos revela que a nossa própria condição humana dialógica é a força motriz para esse modo de ser na/com a linguagem, pois no processo de enunciação somos

interpelados por essas lembranças-vozes (que: *me lembra muito uma imagem que vi numa ocasião num filme de Bergman*) que nos permitem nos posicionar com relação a determinados assuntos. Isso é possível porque, segundo Faraco, “Todo enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição neste contexto.” (FARACO, 2003. p.25).

Notemos, ainda, que essas vozes, apesar de surgirem de lugares diferentes, convergem para o propósito comunicativo do sujeito autor, que é o de argumentação sobre a questão do banditismo na música. Essas vozes são incorporadas apenas de forma remissiva, sem serem pontualmente destacadas no enunciado, evidenciando, assim, uma forma específica de utilização do discurso de outrem no discurso do professor. São como fios de uma teia que vai se tecendo aos poucos. À medida que a enunciação vai se desenvolvendo, outras formas de incorporação do discurso de outrem vão surgindo, mostrando a construção da subjetividade no discurso, como revela o fragmento a seguir:

Linha	Fragmento
260	por exemplo alguns trechos dessa música do Marcos Vinícius da letra... <i>éh: a música dizia o seguinte</i> “neste chão que só tem perigo eu vou... neste pó neste reino sem rei eu vou... vou como o sol bem forte... brilha alto lá no alto deste céu”... <i>éh:</i> “no descontrado desse reino desse norte... eu vejo a sorte não só a dor... e a dor que esse povo tem não sei... e a dor de seguir ou viver sem lei... sem chão... sem cor... sem mar e amor... no sertão também... no desencantado desse reino desse norte... eu vejo a sorte sem ninguém... é hora de brisa e sol chegar neste chão de mundo calado... nordeste povo afiado... na cor do desencantado... vejo o rosto de quem já não quer chorar... vejo o braço de quem resolveu lutar”...
270	<i>e conclui... dizendo...</i> “antes da vida a morte... antes da luta a sorte... antes da vida... a morte antes de tudo um forte”

Neste outro excerto, encontramos um procedimento muito comum na atividade lingüístico-enunciativa do autor: a incorporação/integração do discurso de outrem como recurso ou estratégia argumentativa. O professor discute, nesse trecho, como o indivíduo da zona urbana entende, através da canção, a realidade do

sertão e do cangaço, ou seja, como o homem da cidade reinterpreta o fenômeno do cangaço, apesar de não viver a realidade sertaneja. Para isto, o professor recorre necessariamente ao trecho da música, à fonte enunciativa do dito. Quer dizer, o outro entra em cena na fala do sujeito autor professor para corroborar sua discussão de forma concordante. Ou seja, o que o professor vinha apresentando é confirmado logo após a menção ao cantor/compositor da música e sua representação lingüística no enunciado. Do ponto de vista do processo enunciativo, a figura do autor constrói-se a partir do momento em que ele rege essas vozes que integram seu discurso, acomodando-as, lingüística e estilisticamente, de forma coerente e adequada ao seu intuito discursivo. O autor “sente” quando chega a hora de dar voz ao outro e quando deve convidá-lo para juntar-se a ele. Do ponto de vista dos esquemas de transmissão do discurso de outrem, o professor se utiliza do discurso direto, em que a voz do cantor/compositor é anexada a sua de forma que as fronteiras são respeitadas em seus aspectos sintáticos e estilísticos.

Linha	Fragmento
439	Maria Isaura: Pereira de Queirós faz uma observação muito interessante... a respeito: de:... da do cangaço e de sua simbologia... <i>quando ela diz o seguinte... que é um grande erro... procurar fazer da obra de arte... muitas vezes uma fonte histórica... interpretá-la... como uma fonte capaz de reconstituir a realidade histórica... ao que aconteceu no passado tal qual</i>
443	<i>aconteceu realmente... e ela diz o seguinte... ela diz “em primeiro lugar trata-se para o historiador de tentar reconstituir um universo... em que:... as figuras viveram uma experiência histórica definida... em segundo lugar”... a tarefa e aí a tarefa do historiador confunde-se com a do crítico de arte... “trata-se de... /.../</i>
453	<i>Maria Isaura Pereira de Queirós... em excelente estudo sobre o cangaço no Brasil... define o problema em seus em seus devidos termos... “o erro é pois... confundir tanto obra científica e obra de arte...”</i>

Aqui constatamos um outro efeito de sentido da incorporação do discurso de outrem. Trata-se de um discurso acadêmico-científico, ou seja, a voz agora trazida, embora cumpra os mesmos objetivos das outras já apresentadas, surge de um outro

lugar social, que é o de pesquisador, de estudioso especialista no assunto. O discurso de autoridade, neste caso, confere ao enunciado do autor um grau maior de credibilidade. O tom dado pelo autor ao discurso é diferenciado, uma vez que é prontamente percebido já nas primeiras palavras que antecedem a citação (“define o problema em seus devidos termos”). Quer dizer, há um processo de avaliação explícita por parte do sujeito autor professor com relação aos discursos de que ele se utiliza na enunciação: a fala da professora tem respaldo científico, ao passo que a voz do artista constitui uma impressão acerca do objeto, do assunto. No primeiro momento da citação, o professor opta pela forma indireta de citação do discurso de outrem, parafraseando as palavras da pesquisadora mencionada (*quando ela diz o seguinte... que é um grande erro... procurar fazer da obra de arte*). No momento seguinte, o autor cita as palavras integralmente, tendo seu discurso corroborado pelo discurso da referida pesquisadora. O próprio tom empregado na citação já coloca em relevo o destaque que o autor pretende dar à enunciação de outrem, o que talvez não conseguisse se empregasse aí predominantemente o discurso indireto. Tanto isso é verdade que verificamos a dificuldade do professor em continuar parafraseando a fonte mencionada e, por essa razão, ele trata de dar a voz à própria autora. Há vários outros trechos dessa mesma aula em que o professor se utiliza de citações diretas da estudiosa mencionada. Sobre este assunto, Brait, ao abordar o autor-criador em Bakhtin, afirma que

No ato artístico, aspectos do plano da vida são destacados (isolados) de sua eventicidade, são organizados de um modo novo, subordinados a uma nova unidade, condensados numa imagem autocontida e acabada. E é o autor-criador – materializado como uma certa posição axiológica frente a uma certa realidade vivida e valorada – que realiza essa transposição de um plano de valores para outro plano de valores, *organizando um novo mundo* (por assim dizer) e sustentando essa nova unidade. (BRAIT, 2005, p. 39) (Grifo nosso).

Embora a reflexão acima se dê no campo literário, as afirmações são aplicáveis ao âmbito do uso da linguagem em situações outras, fora do escopo artístico, pois é exatamente essa a atuação do autor: ele (re)organiza, por meio da linguagem, fatos, eventos, acontecimentos ocorridos na esfera humana.

Esses poucos exemplos evidenciam que a aula caracteriza-se como um gênero extremamente dialógico do ponto de vista de sua constituição; no entanto, o

professor, ao desenvolver o tema de sua aula, representa-se com um sujeito singular, fonte “original” de onde emanam os sentidos que se constituem no processo enunciativo, proporcionando ao interlocutor uma impressão de que o que está sendo dito fora das citações é de sua exclusiva procedência. Nossas análises confirmam, contudo, que esta singularidade que nós apreendemos nesse processo enunciativo, esse efeito de que o discurso surge ali, na enunciação, pela primeira vez, dá-se num quadro em que as diversas vozes se entrecruzam, se interpenetram, ora se coadunando, ora divergindo umas das outras, mas todas sempre em interação.

A forma como o sujeito professor, nessa aula, organiza a integração das vozes que, juntamente com a sua, formam o todo discursivo é reveladora desse modo singular de ser sujeito no discurso. O momento da enunciação em que o discurso de outrem se integra ao tecido enunciativo bem como as formas sintáticas e estilísticas da entrada do outro no fio do discurso são particularidades desse sujeito, nessa situação específica, irrepetível, de utilização da linguagem. Esses dois fatos constituem importantes mecanismos lingüístico-enunciativos de construção do sentido na enunciação, a saber, a elaboração de um processo argumentativo que visa à construção de um projeto de querer-dizer, no caso, a aula. Finalmente, ainda constatamos a recorrência ao argumento de autoridade, introduzido sob as formas dos esquemas padronizados de transmissão do discurso de outrem – discurso direto e indireto – e suas variantes. Com relação a esse sujeito, especificamente, verificamos que a introdução das vozes que organiza dá-se de forma mais independente, ou seja, há a abundante referência ao outro, mas o tema da aula é desenvolvido de forma a se notar a voz do professor, o que não ocorre, por exemplo, no inquérito 339, em que o sujeito recorre com muito mais freqüência às fontes do dizer. Notamos, então, que o exercício da autoria não se dá de uma maneira uniformizada, mas de forma a considerar os inúmeros fatores que compõem a situação enunciativa.

5.2.2. ANÁLISE DO INQUÉRITO N.º 339

Passemos à análise de alguns fragmentos para evidenciarmos o fenômeno em estudo.

Linha	Fragmento
20	O próprio Garcia Morentes no Fundamento de Filosofia <i>ele disse que só é possível definir... fundamentalmente o que é filosofia através de uma vivência... não é?... sem a vivência não é possível que haja uma definição... é preciso que nós tenhamos caminha:do... não é?... o caminho... pelo menos por menor que seja dentro do campo da filosofia... para que nós possamos tomar uma posição... não é? termos uma viVÊNcia própria do que seja... a filosofia... então... HOJE... não é? nós vamos falar sobre/ ainda falar alguma coisa sobre filosofia...</i>

Nesse trecho, o discurso de outrem é trazido acompanhado de dois índices que dão sustentabilidade à argumentação do professor: o nome do estudioso, provável especialista no assunto, e da obra onde pode ser encontrada a definição que está sendo desenvolvida nesta aula, que é a noção de filosofia. Aqui o discurso de outrem é incorporado de forma indireta, em que o professor parafraseia a discussão apresentada na obra referida. Nesta aula, essa voz é apenas um dos vários fios que tecerão esse tecido, a aula, e o autor figura nesta situação como um artesão que garante a tessitura desses fios, a harmonização (ou não) das vozes.

Linha	Fragmento
75	<i>porque... o que dizem... as mentes pensantes os maiores pensadores? ... que aquele sujeito que acha tudo muito natura:l... que acha tudo muito óbvio né?... que: não não vê problemas e mistérios diante da realidade ou seja... que diz “a vida é algo... que se dá ao meu conhecimento através da minha visão sensiti:va... e que eu não preciso muitos questionamentos para poder analisar essa realidade e perceber essa realidade... ela me é dada... pela vista... pelos órgãos sensórios”... então essa pessoa jamais poderá fazer filosofia no sentido acadêmico no sentido rigoroso...</i>

Nesse fragmento, em que o professor está discutindo o conceito de filosofia, observamos que há uma incorporação de uma voz genérica, algo como pertencente ao senso comum, no sentido de que o professor se apóia em diversos pontos de vista, mas nenhum deles especificado no enunciado. Aliás, há um trecho em que há uma ruptura no fio enunciativo para a inserção de uma voz, de um comentário

atribuído a essas vozes (*que diz “a vida é algo ... pelos órgãos sensórios”*); nesse caso, mesmo havendo a integração literal do discurso de outrem, notamos que ele não se refere a ninguém especificamente, ou seja, não há uma fonte clara, a quem podemos atribuir a responsabilidade deste dizer. Esse uso do discurso de outrem aqui tem um efeito argumentativo determinante no processo de construção da enunciação, pois o professor apresenta seu posicionamento com base na opinião “dos maiores pensadores”, o que leva os alunos a pensarem que o conceito que está sendo exposto não pode/deve ser contestado porque é um ponto unânime na literatura que trata do assunto. Novamente falamos aqui do discurso de autoridade, ou seja, a voz do outro é trazida para corroborar a opinião que está sendo exposta no momento de execução do evento enunciativo. A alusão a essas vozes prepara o espaço enunciativo sobre o qual a voz autoral será ouvida. A construção da voz autoral dá-se, assim, no entrelaçamento com as vozes alheias que permeiam o seu discurso. Bakhtin, discutindo a construção dialógica do discurso romanesco, afirma que

O objeto é para o prosador a concentração de vozes multidiscursivas, dentre as quais deve ressoar a sua voz; essas vozes criam o fundo necessário para a sua voz, fora do qual são imperceptíveis, “não ressoam” os seus matizes de prosa artística. (BAKHTIN, 1993, p. 88)

Isso também pode ser evidenciado na aula, pois o discurso do sujeito autor professor não é monológico, mas caracterizado essencialmente pela heterogeneidade de pontos de vista que constituem o alicerce da construção de seu raciocínio no momento dessa aula.

Linha	Fragmento
90	porque... vejam bem por isso <i>que ele diz</i> “é conhecer o conhecido”... aquilo que já é conhecido mas é conhecido de uma maneira... sensó:ria de uma maneira... natural... a percepção se dá através das ciências... particulares as ciências denominadas/ nós poderíamos no nosso momento de ciência da natureza... ou esse conhecimento se dá através... da nossa vivência do dia-a-dia

O fragmento de discurso direto serve apenas como “gancho”, como elemento de encadeamento entre a fala do teórico e a fala do professor. O sujeito autor dá voz

segunda (*como os pensadores dizem*), o professor refere-se aos pensadores de forma muito geral, consolidando a escala argumentativa que vem desenvolvendo. Ou seja, aquilo que o professor está formulando é baseado não apenas em Marx, que, historicamente, é reconhecido como um grande pensador, mas também de todos os filósofos da história. É como se o aspecto que está sendo discutido tivesse uma aceitação unânime no meio. Mais uma vez reiteramos que o discurso de autoridade constitui um pano de fundo seguro, de grande credibilidade, para o discurso do professor.

Linha	Fragmento
348	por isso que:... <i>uma grande professora aqui da Universidade Federal de Pernambuco ela escreveu Diálogo e Meditação do Viandante... que o homem é um caminhante... é um viandante... ele está... permanentemente em busca... dessa sofia da sabedoria suprema... onde ele teria a posse e o conhecimento perfeito de todas as coisas... e era para o homem... não é? a sofia... a própria sabedoria o ideal a atingir... ele era um andante...</i>

O pensamento da autora do livro citado é trazido de forma indireta. O professor apenas faz um rápido comentário sobre a obra. O que nos chama a atenção neste fragmento é a adjetivação utilizada para referir-se à professora (“grande”). O adjetivo aqui é um elemento determinante na argumentação. O professor, ao utilizar-se do adjetivo, enobrece, do ponto de vista acadêmico, a professora referenciada, evidenciando que seu posicionamento é reiterado pelo argumento de autoridade. Passemos a outros fragmentos:

Linha	Fragmento
373	[uma grande professora aqui da Universidade Federal de Pernambuco] ... toma como ponto de partida <i>como com Kant o conhecimento para deduzir sua visão do mundo não é?... o absoluto como foi em Hegel... não é?... ou a problemática do ser que está Aí do ser humano de Heidegger ou filosofia do caráter existencial</i> então os caminhos são diversos... para chegar a essa compreensão dessa realidade... mas nós não vamos no campo filosófico que é importante que nós nos si/ nos situemos desde o início

	não é? (...) a filosofia vai se interessar por pelo todo... por toda a realidade...
--	---

Linha	Fragmento
424	... é um problema que: perpassou... a história o problema da morte né?... que fi/ é alvo de uma fi/ de uma filosofia... de uma densidade como de Martin Heidegger é um problema que norteia toda sua filosofia o problema da morte... e quem é que já não perdeu umas duas horas de sono pelo menos...questionando refletindo sobre essa realidade que vem a ser a morte né?...

Esses dois excertos corroboram nossa tese de que o discurso de autoridade constitui um recurso argumentativo bastante recorrente na construção da figura do autor na(da) enunciação. Em alguns casos, como os apresentados acima, esse argumento de autoridade vem parafraseado, não pontuado no fio do discurso, isto é, não há citação, mas menção ao discurso de outrem. Não há, portanto, utilização de nenhum dos esquemas padronizados do discurso de outrem. Há, como já apontamos, uma remissão à fonte das vozes discutidas.

Linha	Fragmento
454	... porque as diversas filosofias... orientais e <i>tudo diz que</i> isso apenas... é o início da minha morada do meu conhecimento ao próprio Heidegger deixa... nas no no seu livrinho... nos poemas A Experiência do Pensar não
457	é?... <i>que ele diz...que</i> exatamente isso aqui:... é o início... não é?... <i>que MORRER... é começar a viver... com a morte começa a vida a partir da</i> morte... porque:... o homem deixa de ter TODas as... limitações... todas as finitudes... então tem poemas... belÍssimos dele né?... filósofo da da da filosofia da existência que ele ele não gosta nem não gostava nem de ser chamado... de existencialista... inclusive... Maria do Carmo Miranda teve uma convivência pessoal com ele... e: esse livro da Experiência do Pensar o: prefácio foi feito por ela... quando ela éh teve na Alemã:nhá lá... teve
468	uma convivência pessoal com ele com Heidegger e <i>ele dizia que</i> não se julgava... de forma nenhuma/ nenhuma um existencialista... <i>que</i> achava

	inadequado esse termo ele era muito mais um filósofo... da existência...
--	--

Um fato curioso ocorre neste fragmento: a forma como o argumento de autoridade é encadeado com a voz do professor. No início desse trecho vemos predominar o discurso indireto, ou seja, a voz de Heidegger é anunciada de forma parafraseada, indireta. Em seguida, quando o professor explica, ao longo do trecho, que Heidegger não gostava de ser chamado de filósofo existencialista, a enunciação é bruscamente rompida para a apresentação de um dado que terá uma repercussão argumentativa bastante relevante. O professor apresenta duas informações que, numa escala argumentativa, corroboram a importância da estudiosa citada para a reflexão ali tecida: a primeira é a de que a pessoa mencionada teria tido uma convivência pessoal com Heidegger; a segunda informação é a de que foi ela quem elaborou o prefácio do livro de Heidegger intitulado “A experiência do pensar”. Os dois dados dão credibilidade à referência à pesquisadora citada. Depois desse “parêntesis”, o professor prossegue a informação que vinha desenvolvendo na aula. Quando lemos o fragmento, verificamos uma ruptura da cadeia enunciativa para a inserção desse comentário sobre a pessoa citada.

Linha	Fragmento
604	... mas o que é isso? (3s) que é falta de educação de um povo não é?... não existe essa neutralidade não <i>você diz</i> “não mas o governo tá dando essas soluções pra esse problema de agora”... mas nós não temos um povo educado... é um processo difícil... e é preciso que se dê condições melhores de vida...

Constatamos, no excerto acima, que o professor passa a palavra para um interlocutor potencial, quer dizer, não se sabe precisamente quem é este “você”, uma vez que pode ser qualquer aluno da sala (ou não!). Essa é mais uma das nuances do processo argumentativo-enunciativo.

Linha	Fragmento
	... fizemos um curso... sobre servidão voluntária... a nível de pós-

778	graduação na Católica com a professora... éh: ela é formada em filosofi:a e que era uma militante né?... então ela teve uma vivên:cia... em vários países... socialistas (3s) então NÃO foi/... éh tem as pernas uma coisa absurda... toda queimada de ácido... no em plena praça pública no Rio de Janeiro... inclusive ela tem até dificuldade de andar... <i>mas ela disse... que não é questão porque não é por covardia né?...</i>
-----	---

O uso do discurso indireto neste fragmento é predominante porque se trata de um relato de experiência. O professor transmite um depoimento de uma outra pessoa e o faz utilizando suas próprias palavras (as do professor), o que confere um tom específico à enunciação, ou seja, a audiência é momentaneamente persuadida por uma estratégia específica. Nesse caso, a estruturação do discurso não reclama espaço para a inserção da voz literal do outro. Isso acontece muito no dia-a-dia das pessoas, quando assistem a um filme, a um capítulo de novela, quando ouvem um relato de vida de outras pessoas, enfim, situações corriqueiras como estas são quase sempre contadas em discurso indireto. É diferente, por exemplo, de uma situação em que o professor discute um conceito, uma definição, pois, neste caso, a inserção da voz de outrem confere um peso argumentativo muito maior à enunciação.

Linha	Fragmento
827 835	(...) e até eu trouxe até um texto... aqui de Arcângelo Búsero falando sobre esse aspecto... Introdução ao Pensar... de Arcângelo Búsero é muito interessante para o iniciante... (...) <i>então ve/ vejam o que ele diz sobre essa realidade (3s) é bem interessante...</i> Búsero (9s) ó “o pensar está tão ligado ao mun:do... ao arranjo existencial de uma época... à interpretação de um grupo... que facilmente se constitui em ideologia... mantida para defender interesses... CLARos ou ocultos daqueles que dela se servem... ideologia não é filosofia... a ideologia é um pensar... elaborado... acabado... fechado... ela não se transcende... por exemplo... o republicanismo é uma ideologia política... o capitalismo é uma ideologia econômica... a ideologia nasce do impulso do homem... de situar-se... da ânsia de segurança... do desejo de definir uma posição... um campo

	aberto das possibilidades que é a vida... o homem não suporta o pulo aberto... ele define o seu espaço”...
--	--

O fragmento acima é apenas uma parte de um trecho maior de citação. Neste momento da aula, o professor abre muitos espaços para a entrada explícita do outro na enunciação. Esse encadeamento da voz do professor com a do autor do livro mencionado novamente reitera nossa idéia de que o discurso de autoridade trazido para a aula constitui um dos mais fortes índices de utilização do discurso de outrem e esse uso caracteriza bem a autoria nesse gênero do discurso. Vejamos, agora, os trechos abaixo:

Linha	Fragmento
924	... nós vamos buscar nos gregos (3s) em Platão e Aristóteles... o que leva o homem a filosofar né? então essa resposta nós vamos buscar... fundamento da filosofia o que leva o homem a filosofar nos gregos... então
927	<i>DIZ Platão e Aristóteles... que o que leva e o que tem levado e o que levará o homem a filosofar... é o sentimento de espanto... de admiração... diante do desconhecido... porque ele diz vejam bem... isso é até de um de um texto dele... éh:: “uma das... essências e principais condições da pesquisa filosófica... é um... certo estado de espírito... uma certa disposição de ânimo... com isso quero dizer que para se filosofar... é necessário uma capacidade de perceber... e de sentir... isso... tanto no mundo das realidades sensíveis... tanto no mundo dos objetos ideais problemas e mistérios... com isso quero dizer... que no filosofar... ou no comportamento filosófico... faz-se necessário uma colocação diante desse misterioso universo... assi/ assumir uma atitude de curiosidade e de admiração e de perplexidade”.</i>

Linha	Fragmento
971	... Platão e Aristóteles dizem que o que o... éh::... admiração... inicia... carreira... e sustenta... o filosofar... ela é seu início... e seu

<p>prosseguimento não pode deixar de de... ser deixado para trás...porque se cessar... no sujeito no homem... se cessa a curiosidade... se ele não mais questiona... ele não mais... está curioso... desejoso de conhecer... cessa o conhecimento... conseqüentemente ele éh seria... incapaz de filosofar...</p>

No fragmento que começa na linha 924, a alusão ao pensamento grego sobre o ato de filosofar apresenta-se sob a forma de discurso indireto, do ponto de vista dos esquemas de transmissão da voz de outrem. Em seguida, esse esquema é transformado em discurso direto, em que a voz dos autores citados (Platão e Aristóteles) assume um lugar explícito na enunciação. Esse procedimento é bastante característico no gênero aula e configura a posição autoral no discurso, pois o professor apresenta a idéia geral a ser desenvolvida sob a forma de paráfrase, mostrando-a logo em seguida de forma literal, o que resulta num efeito de sentido relevante para o processo enunciativo, uma vez que dá mais credibilidade científica ao que está sendo exposto. O fragmento que inicia na linha 971 dá continuidade à argumentação construída pelo professor, só que sob a forma de discurso indireto.

Por recorrer, numerosas vezes, às fontes dos enunciados que cita, observamos que o professor dessa aula se utiliza freqüentemente da paráfrase, utilizando, assim, os esquemas de transmissão do discurso de outrem. Esse expediente confere um peso argumentativo à enunciação, pois o discurso acaba sendo saturado pelas vozes que dão sustentação à enunciação, conferindo credibilidade ao professor, julgado como detentor de um grande potencial teórico que o autoriza a ocupar tal lugar social. Ou seja, o professor acaba construindo uma imagem de si que teria um outro efeito se ele, por exemplo, dependesse em todos os momentos das citações literais dos teóricos aos quais ele faz referência no processo enunciativo da aula.

5.2.3. ANÁLISE DO INQUÉRITO N.º 341

O inquérito 341 é uma aula de 60 minutos, ministrada por um professor de Arquitetura, de 35 anos, do sexo masculino, cujo tema foi “A polis grega”.

Linha	Fragmento
-------	-----------

81	as pessoas se referiam ao INPS... que era o único edifício o único arranha-céu que existia em Aracaju... isso há uns... talvez uns quinze vinte anos atrás era o único edifício alto que existia... e aí criaram algumas piadas em torno disso algumas anedotas... <i>em que as pessoas saíam de Aracaju e iam pra outro lugar ficavam abismadas que havia MUltos INPS... nas outras cidades... né? ((risos))</i>
----	---

Aqui há uma referência de uma voz anônima, da qual não se pode exigir uma responsabilidade porque a autoria não é atribuída a alguém definido, mas a uma coletividade.

Linha	Fragmento
116	se você... levar um visitante que chegou pela primeira vez a: o prédio do: da prefeitura... do Recife... ele vai ter uma noção bem melhor do que você chama de Recife... não é? a Ilha do Recife a Ilha de Santo Antônio e tal as pontes... porque se não a leitura é um tanto quanto difícil... <i>diz Gilberto Freyre no... Guia prático histórico e sentimental da cidade do Recife... que o Recife diferentemente do Rio de Janeiro... e da cidade de Salvador por exemplo... ele não se oferece ao turista à primeira vista... quem chega de navio ou de barco... não vai perceber o que é a cidade de maneira nenhuma... vai ver altos planos... tá?...</i>

Nesse excerto, o professor autor cita a voz de um teórico de grande relevância – Gilberto Freyre – para a questão discutida. É a primeira vez, desde o início desta aula, que o professor recorre à primeira referência teórica explícita para confirmar sua argumentação. A citação do livro corrobora seu intuito argumentativo, recurso bastante comum neste gênero, ou seja, o professor habitualmente costuma indicar a referência daquilo que ele cita.

Linha	Fragmento
129	então PARA os gregos... era importantíssimo... esse... ponto de referência vertical... que era a acrópole... <i>como eu disse a vocês inicialmente a ocupação se DEU na acrópole... e a partir daí desceu... pelas encostas</i>

	para a planície... de tal maneira que... a vida que agora se organiza na planície... tinha como ponto de referência vertical... a acrópole...
--	---

Um dado nos mostra a construção dialógica da enunciação neste fragmento. É quando o professor menciona os gregos para consolidar o pensamento que está em elaboração, mas essa menção dá-se por meio da recorrência do professor ao material que utiliza em aula, ou seja, às obras consultadas. É uma dupla recorrência à voz de outrem: ao pensamento grego, primeiramente, e ao pensamento grego parafraseado pela fonte que está sendo consultada.

Linha	Fragmento
204	a Secretaria de Habitação por exemplo...ao fazer os seus estudos atuais... e ao implantar os seus conjuntos habitacionais... está partindo pra:... alterar o mínimo possível o terreno... <i>existe uma lei... estabelecida pela FIDEM por exemplo... determina que:</i> o terreno com mais de trinta por cento... de ocupação... ou trinta por cento de inclinação desculpem... aí não será permitida a ocupação... áreas com mais de trinta por cento de inclinação... não deverão ser ocupadas...

Aqui o professor faz uma referência à legislação. Notamos, neste excerto, que o conteúdo/tema da aula determina a natureza/ o tipo de voz que é trazida. Isso vai de acordo com o intuito discursivo do autor, que menciona a voz que melhor se integra, discursiva e argumentativamente à enunciação.

Linha	Fragmento
434	por razões diferentes... então o homem... é o ponto central e a medida das coisas... os gregos por exemplo criaram os DEUses... à imagem deles próprios... diferente... das crenças ocidentais em que nós somos a imagem de Deus... não é?... os gregos então... criaram os deuses às suas conveniências...

Ao explicar a tendência filosófica desenvolvida pelos gregos segundo a qual o homem é o epicentro de tudo no universo, o professor remete ao discurso bíblico, ao discurso da criação na perspectiva cristã.

Verificamos, nesses exemplos destacados do inquérito em análise, que há uma predominância do discurso indireto como esquema de transmissão do discurso de outrem. Os trechos que começam na linhas 81, 129 e 434, por exemplo, valem-se do expediente do discurso indireto, mas o fazem de forma diferente do padrão, do esquema de base, em que há um verbo *dicendi* e o uso da conjunção integrante *que*. Trata-se, evidentemente, de uma outra forma de transmissão do discurso de outrem, de mais uma variação na forma como a voz alheia é integrada ao discurso do professor e é transmitida ao interlocutor.

5.2.4. ANÁLISE DO INQUÉRITO N. 345

O inquérito 345 é uma aula de 50 minutos, ministrada por uma professora de Geografia, com formação universitária, de 50 anos, do sexo feminino, cujo tema foi “purificação da mente”. Vejamos o primeiro fragmento:

Linha	Fragmento
06	mu:ita gente... <i>diz que</i> uma da/ que a maior descoberta da humanidade... foi a penicili:na <i>outros dizem</i> que foi a eletricida:de... <i>outros dizem</i> que: cada pessoa tem a su:a né?... pode dizer... que a maior () a maior descoberta da humanidade foi... a invenÇÃO do relógio...então existe ene coisas que são ciTAdas como uma das maiores descobertas da humanidade... e <i>há pessoas que dizem</i> e eu até aceito... <i>que</i> a maior DEScoberta da humanidade foi... o funcionamento da men:te...

Observamos neste fragmento que o professor enumera várias vozes sem identificar nenhuma delas (“muita gente diz”, “outros dizem”, “há pessoas que dizem”), ou seja, ele atribui certos enunciados mas não se sabe ao certo de onde provêm essas vozes; o professor não faz, por exemplo, uso de citações retiradas de uma obra que poderiam servir de respaldo teórico para o que afirma. Esse tipo de construção de enunciados apresenta um efeito de sentido que tem um peso

argumentativo significativo para o discurso do professor, pois ele conduz os alunos a aderirem ao seu ponto de vista em jogo no processo enunciativo, que é o de mostrar que a maior descoberta da humanidade é o funcionamento da mente. Isso pode ser constatado num trecho seguinte ao que estamos analisando, quando ela afirma que o tema escolhido não é um tema aleatório, mas que tem seus fundamentos (“e foi esse tema que eu escolhi:... agora baseada... o tema baseado na filosofia numa filosofia espiritual... que eu faço parte... certo?”).

Esse funcionamento discursivo, que se apresenta na enunciação sob a forma de um jogo dialógico entre a voz do eu (professor) e a voz do outro, embora esse outro não venha especificado, pode ser explicado nos seguintes termos: *A posição axiológica do autor-criador é um modo de ver o mundo, um princípio ativo de ver que guia a construção do objeto estético e direciona o olhar do leitor.* (BRAIT, 2005, p. 42). Quer dizer, a professora desenvolve sua aula – e essa é a sua preocupação, pois é constitutivo do próprio gênero – levando o aluno a observar o mundo a partir do viés que ele – o professor – constrói, utilizando-se, para isso, desse procedimento enunciativo bastante comum no gênero que analisamos.

Linha	Fragmento
18	os estudiosos da men:te dizem que a MENte... tem uma parte... muito conscien:te (4s) e outra parte que é a mente (3s)... inconsciente ou subconsciente (11s) <i>HÁ quem DIGA que a mente consciente é apenas cinco por cento... (...) outros ainda acham que são quinze por cento e aqui oitenta e cinco... mas essa divisão não é uma coisa matemática...</i>

Esse trecho segue-se imediatamente ao fragmento mostrado acima e mostra mais uma vez essa referência a uma voz coletiva, sem nomes citados a quem se possam atribuir as afirmações parafraseadas. Sobre este aspecto, podemos afirmar com Bakhtin (1983) que se trata de uma introdução do discurso de outrem no discurso do professor sob a *forma dissimulada*, isto é, sem nenhuma indicação formal de sua pertença a alguém, seja de forma direta ou indireta. O discurso de outrem, nesse caso, é o discurso da opinião pública, apresentado de forma impessoal.

Linha	Fragmento
33	<i>o próprio cient/ o próprio Freud certo?... o que ele ensina sobre a mente certo?... mas eles ficaram todos os que estudaram a mente... os psicanalistas que estudam baseado em Freud e outros seguidos... de... do: Freud... acontece que eles vêm um problema...eles estão num caminho cerebral... certo? e a nossa filosofia tem um respaldo espiritual...</i>

Pela primeira vez, é feita uma referência a um autor. Nesse caso, essa referência consolida o procedimento argumentativo construído pelo professor nesta aula, pois como se trata de uma discussão sobre o funcionamento da mente, nada mais acadêmico do que trazer à cena o pai da psicanálise, um dos maiores especialistas no estudo da mente humana. Como a abordagem do assunto é feita com base numa “filosofia espiritual”, a professora menciona o nome de Freud apenas para afirmar que a abordagem psicanalista complica em muito a questão e que a o viés espiritual “deixa de ser complicado... pela:... pelo respaldo espiritual que temos certo?”. Mais uma vez, funciona aí uma estratégia argumentativa que delimita a perspectiva a partir da qual o tema da aula é desenvolvido. Isso pode ser melhor compreendido no fragmento seguinte, em que, também pela primeira vez, a professor divide seu espaço enunciativo com a voz literal de um indivíduo que, supõe-se, seja o respaldo científico para suas idéias.

Linha	Fragmento
42	<i>eu acho que facilitaria melhor se nós lêssemos aqui (3s) “o subconsciente é também reservatório... de sentimentos reprimidos”... diz o doutor M. ()... “os psicólogos deram à mente o nome de consciência e à sua parte superficial de cuja ação tomamos conhecimento... deram o nome de... consciente”...</i>

Linha	Fragmento
76	<i>o nosso inconsciente como diz o doutor M. () é um reservatório dos sentimentos reprimidos... não só... sentimentos reprimidos... nós poríamos aqui... um traço negativo certo? sentimentos negativos que nós temos</i>

	muito no nosso subconsciente...
--	---------------------------------

Linha	Fragmento
121	<i>doutor M. () baseado em psicologia... em parapsicologia... ele estudou todos os estudiosos da mente... e sobretudo... por inspiração diVina... Ele... nos ensina... uma série de mecanismos... a fim de que nós possamos... nos libertar de certos problemas... (...) então uma das práticas... muito bonitas... profundas... é... a purificação da mente...</i>

Linha	Fragmento
192	<i>os estudiosos da mente dizem que para TOda doença existe um correspondente mental... entã:o... é preciso... procurar situar a causa gerado:ra... de um determinado sentimento... que está acarretando uma doença...</i>

Linha	Fragmento
202	<i>uma das práticas... que doutor M. ()... orien:ta... é... essa purificação da mente que consiste em uma pessoa escrever numa folha de papel... todos os sentimento/ todos os sentimentos negativos... então que sentimentos são esses? ó:dio... éh: ciúme (4s) até mesmo preocupações há pessoas que se preocupam com tudo né?...</i>

Todos esses fragmentos acima revelam a preocupação da professora em respaldar suas afirmações com base no que ela considera ser a voz de autoridade no assunto. O “doutor M”, citado literalmente ou apenas parafraseado, constitui a voz que dá sustentação à construção argumentativa da aula dessa professora. Há outros excertos que podem comprovar esse posicionamento da professora.

Constatamos, nestes primeiros fragmentos analisados, que o autor se constitui a partir das vozes que ele vai elucidando no processo enunciativo, dispondo cada uma delas de forma a criar um efeito que contribui para a construção de uma subjetividade, que é a de um pesquisador, exímio conhecedor do conteúdo sobre o qual discorre. Esse efeito é criado a partir da abundante recorrência à argumentação por autoridade.

Linha	Fragmento
243	agora esta prática escrito isso... no papel... feita as as devidas anotações... este papel daqui:... era queimado numa cerimônia religio:sa... é queimado à luz de uma vela... agora a ve:la... simboliza... no ato da cerimônia... o amor de Deus... a sabedoria de Deus... que não/ que apaga todos os males da pessoa... Jesus... quando estava na cruz que um um ladrão diz pra ele... “Jesus lembra-te de mim quando entrares no rei:no” ele disse... “hoje mesmo estarás no paraíso” né?...

Neste momento, a professora, ao fazer uma breve descrição de um ritual de purificação da mente orientado pelo “doutor M.”, retoma um fragmento do texto bíblico, fazendo assim referência ao discurso religioso. Novamente constatamos a entrada do discurso de outrem como fundamento para a consolidação do posicionamento da professora acerca do tema, afinal, ela já deixou claro no início da aula que tratará do tema a partir de uma perspectiva “espiritual”. Esse fato é corroborado no fragmento seguinte, quando mais uma vez ela alude ao discurso religioso.

Linha	Fragmento
256	o sal é... considerado purificador... a Bíblia...considera o sal... um purificador em todas as religiões... lá no orien:te... dão muita importância ao aspecto físico englobando o sal certo? (4s) isso aqui é pra dar apenas uma visão geRAL... certo? da:... da purificação da mente...

Como a abordagem do tema é “espiritual”, a professora recorre constantemente ao discurso religioso, com citações e paráfrases, para consolidar seu ponto de vista.

Linha	Fragmento
264	<i>muitos médicos dizem</i> “isso é uma doença psicossomática”... diz que é psicossomática... mas não explica o que é que se deve fazer... pa:ra... eliminar a causa... certo?... é essa a preocupação que têm os estudiosos da men:te e a filosofia ser hegemonia...

Verificamos neste trecho da linha 264 que a professora traz o discurso científico para ser, logo em seguida, refutado, e, mais uma vez, colocar a abordagem religiosa em destaque. A professora chega a apontar as possíveis limitações da abordagem científica (a da medicina) para enfatizar as possíveis contribuições da abordagem seguida por ela, embora ela enfatize que tal perspectiva seja desenvolvida por “estudiosos”, o que nos remete imediatamente ao universo da pesquisa, da ciência. Mais uma vez notamos que, quando o discurso científico é convocado, é para dar suporte à abordagem “espiritual”, como nos mostram os fragmentos que seguem:

Linha	Fragmento
329	eu não posso assegurar eu vocês... irão aceitar na íntegra tudo o que eu digo... ma:s... eu repito... <i>são os estudiosos da mente que dizem</i> isso () muita espiritualidade e existe... uma ÚNICA mente e uma ÚNICA vida... e isso é até bíblico... então...

Linha	Fragmento
343	eu li uma entrevista muito interessante com o professor Z... na revista Manchete... e: na entrevista <i>ele dizia</i> todas as causas do enfarte... causas físicas certo? <i>ele explicava</i> ... mas o que me chamou atenção inclusive ele explicava com gráficos como o funcionamento do coração et cetera... mas... <i>ele disse que</i> as causas que a a que as causas do enfarte são mais de ordem psicológicas... <i>e a última pergun:ta... que o repórter fez pra ele... fo:i</i> “o que é então que uma pessoa deve fazer... para não ter enfarte?” <i>sabe o que ele respondeu?</i> “tornar-se querida” eu achei tão interessante sabe Z?

Na linha 329, o professor retoma o discurso bíblico para corroborar o raciocínio que vem desenvolvendo. Para isso, o professor utiliza o operador argumentativo⁴⁷ “até”, evidenciando, com isso, a importância que o discurso religioso cristão tem no ocidente e mostrando, ainda, seu posicionamento quanto à questão, por um viés religioso.

⁴⁷ Sobre a noção de operador argumentativo, ver Kock (1984).

O trecho que começa na linha 343, por exemplo, mostra, através do uso de discurso indireto, que a professora utiliza o discurso do especialista para confirmar seu posicionamento acerca do assunto. A voz do professor é recortada de um tempo e espaço enunciativos concretizados, de um suporte (a revista Manchete), do contexto de um certo autor (articulista da revista), enfim, de um situação enunciativa específica, para compor um quadro enunciativo específico, que é o da aula, para a consolidação do processo argumentativo elaborado pela professora. Como diria Bakhtin,

O discurso do autor representa e enquadra o discurso de outrem, cria uma perspectiva para ele, distribui suas sombras e suas luzes, cria uma situação e todas as condições para sua ressonância, enfim, penetra nele de dentro, introduz nele seus acentos e suas expressões, cria para ele um fundo dialógico. (BAKHTIN, 1993, p. 156)

O que nos chama a atenção ainda neste fragmento é a utilização também do discurso direto, com uma finalidade bem específica já bastante conhecida: a de reforçar a relevância dessa abordagem “espiritual” no tratamento deste assunto. Veja-se que a professora poderia ter representado as vozes do repórter e do professor, no fim do trecho, sob a forma de discurso indireto, como já vinha fazendo desde o início. No entanto, ela o faz sob a forma de discurso direto, criando inclusive um efeito de surpresa e ao mesmo tempo de suspense (“sabe o que ele respondeu?”), para, finalmente, concluir com a exposição explícita de sua posição (“eu achei tão interessante sabe Z”). Esse funcionamento dialógico é típico da posição enunciativa do autor que, como diz Bakhtin, prepara todo o ambiente enunciativo sobre o qual sua voz reinará de forma dialógica, tendo como pano de fundo as vozes de outrem.

Linha	Fragmento
386	<i>o mestre diz</i> “se você quiser saber como é que é a sua vibração... procure saber se você agradece mais ou reclama mais”...

Aqui há um registro de um discurso direto em que o professor dá voz ao enunciador. É importante observar que a referência ao discurso de outrem em forma direta configura-se como uma maneira de que se vale o professor para embasar

suas considerações que, na visão dele, vinha tecendo em forma de “senso comum”. É como se ele sentisse que tudo quanto está afirmando precisa de uma comprovação científica. E isso se deve, considerando esse raciocínio, à natureza do tema em exposição e ao gênero *aula*. Observemos os fragmentos seguintes:

Linha	Fragmento
398	e NORMA... é o a/ se a gente for ao dicionário... vai encontrar como norma uma prescrição... não é?... uma Regra que se deve seguir... então... ver sempre as partes positivas das pessoas coisas e fatos e nunca suas partes negativas (3s)

Linha	Fragmento
522	<i>o que na psicanálise chama-se car/ de cartase a pessoa pôr pra fora as coisas que estão no seu inconsciente a a filosofia leva a pessoa a se ARREPENDER... certo?... mas sem se angustiar... leva a pessoa a se arrepender assim no sentido... de:... se sentir de se sentir satisfeito com aquela situação porque não é pra viver...</i>

Neles, o professor trata de explicar conceitos que poderiam ser apresentados apenas de forma parafraseada, ou seja, sem uma referência explícita à fonte. Contudo, não é o que se observa. O professor faz menção a um dicionário comum de língua e a uma disciplina das Ciências Humanas, a Psicanálise, para dar consistência a suas conceituações. Além de funcionar como estratégias argumentativas de autoridade utilizadas para dar credibilidade ao discurso, as referências mencionadas conferem ao evento enunciativo um caráter acadêmico, científico.

Constatamos, na análise desse inquérito, que há uma abundante recorrência, predominantemente sob a forma de discurso indireto, ao discurso de outrem. É interessante destacar nessa análise as relações que se estabelecem entre o discurso científico – representado pelos postulados da psicanálise e da medicina – e o discurso religioso. Esse confronto que o sujeito professor conduz para a consolidação de seu posicionamento sócio-axiológico acerca do tema que discute. O professor chegar a explicitar, no início da aula, a sua predileção por uma explicação de cunho religioso, baseada numa “filosofia espiritual”. Assim como ocorreu em

outros inquéritos, o intuito discursivo do sujeito o dirige, no processo enunciativo, na construção de seu trajeto argumentativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aponta como um dos principais resultados o fato de que a autoria, compreendida como uma dimensão enunciativo-discursiva do sujeito, é passível de ser apreendida na materialidade lingüística do enunciado, no processo de enunciação, a partir de pistas, rastros deixados por seu enunciador, confirmando, assim, a nossa hipótese de trabalho. Essas marcas lingüísticas se apresentam sob a forma de enunciados de outrem que são reportados no processo enunciativo e sob a forma de glosas metaenunciativas que revelam a heterogeneidade do sujeito e de seu discurso. O inventário dessas formas, levantado no *corpus* em análise, apresenta uma diversidade de funções discursivas e revelam que o falante se constitui autor de seu dizer em um espaço densamente dialógico.

As análises revelam que há condições de ordem social, histórica, institucional favoráveis à manifestação da autoria. O sujeito professor, no processo de ministração da aula, apresenta uma série de comportamentos lingüísticos e enunciativos que denunciam o modo como ele se relaciona com a linguagem, produzindo efeitos de sentido variados que o colocam como instância produtora de discurso. Ocupando um espaço lingüístico-textual e enunciativo-discursivo multivocal, o professor, sujeito autor de seu discurso, situa-se numa zona tênue e fluida de uso da linguagem, colocando-se entre o que é da ordem do individual e o que é da ordem do social, ou seja, o espaço de sua constituição/ representação é caracterizado pela forte tensão entre suas palavras e as palavras do outro. Seu universo discursivo é povoado por outras produções discursivas, provenientes de sua relação com seus interlocutores imediatos, nas interações cotidianas, e por sua relação com a exterioridade que o constitui, ou seja, com o conjunto de enunciados consolidados sócio-historicamente – o interdiscurso. Nesse sentido, sua inserção na ordem da discursividade só lhe é atribuída se sua inscrição se der na ordem da heterogeneidade do discurso, esse lugar amplamente habitado, povoado pelo discurso de outrem, pois essa é a condição para que ele efetive seu espaço no cenário enunciativo.

As análises revelam, ainda, que a oralidade constitui também uma modalidade de uso da linguagem favorável, lingüística e discursivamente, para o exercício da autoria, caracterizada neste estudo como um processo dialógico de

apropriação do(s) discurso(s) que circulam numa dada sociedade. O efeito de sentido gerado nessa modalidade de uso da linguagem é o da apropriação dos discursos pelo sujeito, no caso aqui, do professor, isto é, embora trabalhe num plano discursivo extremamente povoado por discursos alheios, há um conjunto de elementos no plano lingüístico e discursivo da enunciação que nos faz ver a singularidade e particularidade com que o professor se apropria de outrem. A partir do momento em que a palavra entra no circuito da interação social, ela ganha um autor, que a impregna com seus valores ideológicos e axiológicos. Nesse sentido, destacamos, a relevância de se considerar esse fato sob dois ângulos aparentemente contraditórios, mas essencialmente complementares: 1) o exercício da autoria não prescinde do caráter sócio-histórico dos enunciados, ou seja, o sujeito autor constrói sua enunciação tomando como base os enunciados de outrem, sócio-historicamente construídos, como bem demonstra a noção de dialogismo bakhtiniano amplamente divulgada neste estudo; 2) apesar dessa condição, o evento enunciativo, a exemplo do gênero estudado, atualiza o enunciado, uma vez que este pode ser o mesmo, mas a situação enunciativa é completamente outra. Ou seja, há uma tensão, para usar um termo bakhtiniano, entre o que é da dimensão individual (a voz do sujeito professor) e a voz da instituição (lugar social de onde emana o discurso desse sujeito). Observamos, nas análises, que parte dos discursos introduzidos e assimilados na enunciação de cada professor provieram de lugares históricos e sociais reconhecidamente já consolidados, porém axiologicamente marcados pelas condições de produção da nova enunciação em que são introduzidos.

Em relação ao arcabouço teórico desta pesquisa, podemos dizer que a autoria pode ser amplamente compreendida se considerarmos uma abordagem que leve em consideração os aspectos sócio-histórico, ideológico e interacional da linguagem, tendo em vista a complexidade de sua configuração nos diversos gêneros discursivos e, particularmente, no gênero em questão. Do ponto de vista metodológico, é preciso que o estudo da autoria não prescinda do aspecto lingüístico, da materialidade onde as marcas e os rastros do autor se fazem observar empiricamente. Ainda destacamos o fato de que o estudo da autoria deve estar estritamente atrelado às especificidades do gênero em que ela se concretiza. Primeiramente porque partimos da hipótese de que os diferentes gêneros discursivos, mesmo aqueles que pertencem a um domínio enunciativo-discursivo

semelhante, propiciam diferentes formas de manifestação da autoria. Uma conferência, uma aula e uma defesa de tese, embora sejam eventos enunciativos que apresentem características comuns, podem proporcionar aos sujeitos diferentes formas de constituição. Fica, portanto, um convite para novas pesquisas. Em segundo lugar, porque os gêneros discursivos, como bem disse Bakhtin ((2000), são relativamente estáveis e, por causa dessa característica peculiar, proporcionam aos sujeitos falantes a possibilidade de exercitarem a dinamicidade e plasticidade no momento da enunciação. É o que constatamos nas análises: apesar de a aula apresentar uma certa estabilidade, cada professor a desenvolve de forma particular, apesar de se utilizar de procedimentos afins. O autor reconstrói o gênero no ato enunciativo, marcando sua singularidade nesse processo.

Uma outra característica marcante da autoria nesse gênero é a necessidade que o professor tem de explicitar a forma como conduzirá a aula. Constatamos, em todos os inquéritos analisados, reiteradamente, que o professor delimita a abordagem de seu tema, embora, na prática, algumas vezes, acabe ampliando a discussão que coordena. Essa necessidade se deve à natureza do próprio gênero. A aula exige do professor, normalmente, a condução didática do conteúdo como condição para assegurar a aprendizagem pelos alunos. Dito isto, pontuemos alguns aspectos acerca das categorias propostas para a análise dos enunciados do *corpus*, em cada um dos inquéritos estudados.

Do ponto de vista da atividade metaenunciativa, podemos afirmar que houve a predominância dos dois tipos de não-coincidência do dizer propostos para esta análise: a não-coincidência interlocutiva e a não-coincidência do discurso consigo mesmo. Pudemos constatar, ainda, que a atividade metaenunciativa é constitutiva do gênero discursivo *aula*.

As análises mostram, também, que a metaenunciação é resultante de dois princípios básicos da linguagem: a de que a língua é opaca, ou seja, o signo lingüístico não reflete literalmente seu significado, mas é dado ao sujeito como já saturado por outros sentidos advindos de outros discursos, de outras posições sócio-axiológicas. Nesse caso, o próprio enunciador, e não um analista, descreve o sentido das palavras, quando, ao mesmo tempo em que as enuncia, comenta-as, mediante o procedimento da laçada reflexiva, como diz Authier-Revuz (1998, 2003). O segundo princípio é o de que a linguagem é constitutivamente dialógica, o que implica dizer que, no processo metaenunciativo, o sujeito do enunciado não está

sozinho, mas sua enunciação é habitada por outras vozes. Daí o fato de a enunciação ser rompida num ponto onde a unidade lexical parece ameaçada pela emergência de discursos outros.

No que diz respeito à organização das vozes, há, no caso do inquérito n.º 270, a predominância da palavra interiormente persuasiva, pois a voz do professor se sobressai, no sentido de que ela é mais livre e mais independente em relação aos discursos reportados. Ainda a respeito do discurso reportado e de suas diferentes formas de manifestação, é relevante destacar o aspecto da hierarquização das vozes no plano de sua recepção e transmissão. Nesse caso, o tipo de hierarquização das vozes evocadas na aula contribui para a predominância de uma palavra autoritária ou interiormente persuasiva. Faraco (2003), ao comentar a importância desse tema para Bakhtin e Volochinov, afirma: “Volochinov lembra [...] que há verdadeiras hierarquias sociais de valor e que é importante levar sempre em conta a posição que um discurso a ser reportado ocupa nessas hierarquias, porque elas afetam as formas de transmissão admissíveis” (FARACO, 2003, p. 125). Espera-se que, na aula, pela própria natureza do gênero, o discurso científico seja o tipo mais reportado, para fundamentar a argumentação que é tecida pelo professor no momento de realização da aula; no entanto, o que verificamos é que, nessa aula, especificamente, há outro tipo de voz que é trazida para o discurso do professor que permite a ele uma maior independência de juízo. Esse efeito de autonomia observado caracteriza uma particularidade desse professor autor que não é observado com a mesma intensidade na aula do professor do inquérito posteriormente analisado. Por fim, constatamos, ainda, no que diz respeito aos esquemas de transmissão do discurso de outrem, que a forma prototípica do discurso indireto é mais recorrente nessa aula, embora manifestado, algumas vezes, sob formas variantes.

Com relação ao inquérito n.º 339, do ponto de vista da formação ideológica do professor autor dessa aula, constatamos que há uma recorrência acentuada, por parte do professor, ao discurso científico, representado nas vozes dos estudiosos evocados. As análises revelam que essa freqüente recorrência ocorre porque as vozes reclamadas por ele são consolidadas no âmbito acadêmico da área em foco e, portanto, dispensariam qualquer embate. É possível, evidentemente, que, no processo da aula, algum(a) aluno(a), sujeito interlocutor do professor, questione o pressuposto reportado no enunciado do professor, mas isso não foi observado nos

inquéritos em questão. Em praticamente todas as ocorrências, o professor coloca em destaque, como num bloco compacto, impermeável, centrípeto, resistente a bivocalizações, a fala dos teóricos que fundamentam a argumentação no desenvolvimento do tema da aula, de maneira que não há – pelo menos de forma verbalmente explícita – nenhuma espécie de rejeição dos pontos de vista apresentados por aqueles que ouvem.

Um outro aspecto ou uma outra dimensão desse processo de assimilação do discurso de outrem diz respeito à natureza semântico-axiológica da fala de outrem que é incorporada ao discurso do sujeito autor professor. As vozes dos estudiosos evocados pelo professor, ao se integrarem ao contexto de seu discurso, trazem sua coloração, seus pontos de vista, sua valoração, de forma que passam a ser a segunda linguagem do professor. Nesse sentido, baseando-nos em Bakhtin (1983), apropriamo-nos do conceito de construção híbrida e, respeitando a essência desse termo, que é a bivocalidade⁴⁸ do enunciado, a dialogização interna do discurso, propomos a identificação do discurso do professor como um discurso híbrido, caracterizado pela “mistura” dos acentos, das apreciações valorativas instaurados no processo enunciativo. Ocorre, assim, uma sobreposição de tons que converge para o tom que o professor quer imprimir ao discurso. Constatamos, nessa aula, que o tom acadêmico-científico, com toda sua densidade ideológica e axiológica, constitui uma especificidade desse professor autor nesse contexto de aula específico.

O inquérito n.º 345 é o que apresenta um maior nível de hibridização quanto aos esquemas de transmissão do discurso de outrem e quanto a outras formas de reportar-se ao discurso alheio. O professor autor dessa aula, apesar da predominância do discurso indireto, faz uso do discurso direto e da forma dissimulada de menção aos discursos evocados. O que constatamos nessa aula é que a variação das formas de transmissão do discurso alheio ocorre por causa da mudança nas hierarquias sociais, ou seja, a mudança da voz reportada. Quando quer imprimir um tom argumentativo mais intenso, o professor recorre freqüentemente ao expediente do discurso direto, passando a palavra diretamente a outrem; quando quer ilustrar ou exemplificar, relatar ou descrever, normalmente

⁴⁸ No contexto da aula, por apresentar uma variedade de vozes, consideramos coerente falar de *multivocalidade*, e não de *bivocalidade*.

recorre ao discurso indireto; em outros momentos, a voz reportada não é identificada, mas atribuída a uma coletividade (“dizem...”).

Constatamos, assim, que a autoria instaura-se na ordem da singularidade, mas esta construída em meio a uma pluralidade e heterogeneidade do discurso, do sujeito e do sentido. As análises corroboram a hipótese de que a autoria é apreensível na materialidade lingüística do enunciado, no gênero discursivo oral, e que a emergência do outro/Outro do fio do discurso, manifestada sob as mais variadas formas, constitui, para este estudo, a mais importante indicação da constituição do sujeito da/na linguagem.

A riqueza e a variedade dos enunciados do *corpus* demonstram que há muitas facetas a serem desveladas desse processo complexo e particular de subjetivação na/da/pela linguagem a que chamamos de autoria. Esperamos, com esta pesquisa, que as investigações sobre autoria sejam ampliadas para outros domínios da linguagem, como as esferas religiosa, jurídica e, até mesmo, dando continuidade a este estudo, em outros gêneros do domínio acadêmico.

BIBLIOGRAFIA

AUTHIER-REVUZ (1982b). Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive, éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: **DRLAV** 26.

_____. (1984) Hétérogénéité(s) énonciative(s). In: **Langages** 73.

_____. (1987) L'auto-representation opacifiante du dire dans certaines formes de couplage. In: **DRLAV** 36-37.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João W. Geraldi. In: ORLANDI, Eni P. e GERALDI, João W. (Orgs) O discurso e suas análises. **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas, SP: 1990. n. 19, pp. 25-42.

_____. (1991) Hétérogénéités et ruptures: quelques repères dans le champ énonciatif in Parret, H. (direction) **Le sens et ses hétérogénéités**. Paris, Ed. du CNRS.

_____. (1992) **Les non-coïncidences du dire et leur représentation méta-énonciative**. Thèse de Doctorat d'Etat. Paris VIII.

_____. (1993). Du jeu de l'intention au jeu du hasard: figures méta-énonciatives du bien dire. In: **Cahiers de praxématique**, 20.

_____. (1997) Modalisation autonymique et discours autre: quelques remarques. In: **Modèles linguistiques, tome XVIII, fascicule I**.

_____. **Palavras incertas**. As não-coincidências do dizer. Trad. Cláudia R. C. Pfeiffer *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. **Entre a opacidade e a transparência**: um estudo enunciativo do sentido. Apresentação: Marlene Teixeira. Revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. Nota sobre os aparelhos ideológicos do estado (AIE). 2.ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. 128p.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 196p.

_____. **Estética da criação verbal**. [tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão; revisão da tradução Marina Appenzeller]. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção Ensino Superior). 421p.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. Tradução direta do russo por Paulo Bezerra. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. (1993). O discurso no romance. In: **Questões de estética e de literatura**. 3.ed. São Paulo: Ed. da UNESP.

_____ [1926]. *Discurso na vida e na arte*: sobre a poética sociológica. Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza da edição inglesa de TITUNIK, I. R. "Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics". In: VOLOSHINOV, V. N. **Freudism**. New York: Academic Press, 1976.

_____. [1929]. Qué es el lenguaje? (O que é a linguagem?) In.: Adriana Silvestri e Guillermo Blanck. *Bajtin y Vigotski*: la organización semiótica de la conciencia. Barcelona: Anthripos. 1993. pp. 217-243.

BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: Em torno de Bakhtin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1999. (Ensaio de Cultura, 7). 89p.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. 2.ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

_____. **Problemas de lingüística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.*; revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BORILLO, A. (1985) "Discours ou métadiscours", in **DRLAV** 32.

BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. 385p.

_____ (Org.). **Estudos enunciativos no Brasil**: histórias e perspectivas. Campinas, SP: Pontes: São Paulo: Fapesp, 2001. 199p.

_____. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. 96p.

_____. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – Prismas. 191p.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 166p.

CHARAUDEAU, Patrick. E MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. 555p.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2.ed. Tradução de Mary Del Priori – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 111p.

CLARK, Katerina e HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. Tradução: J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CORACINI, Maria José R. F. (Org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999. 175p.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio. **Fundamentos de psicanálise: de Freud a Lacan**, v. 1: as bases conceituais. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CUNHA, Dóris de A. C. da (1992) *Discours rapporté et circulation de la parole*, Leuven/Louvain-la-Neuve, Peeters/Louvain-la-Neuve.

_____. Atividades metaenunciativas como formas de remissão e gêneros discursivos. **XV Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste**. Recife, PE: 1997.

_____. A atividade metaenunciativa no discurso acadêmico. **III Colóquio Latino-americano de Estudios del Discurso**. Santiago, Chile: 1999.

DE PEDRO, Covadonga Pendones. La heterogeneidad enunciativa: algunas manifestaciones de la heterogeneidad mostrada. In: **Estudios de lingüística**. Universidad de Alicante, 1992, n. 8. pp: 9-24 (Departamento de filología española, lingüística general y teoría de la literatura).

DOSSE, François. História do estruturalismo: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo/Campinas: Editora Ensaio/Editora da UNICAMP, 1994.

EVANGELISTA, Aracy A. M. *et al.* **Professor-leitor, aluno-autor: reflexões sobre a avaliação do texto escolar**. Intermédio – Cadernos CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG. Vol. III, ano II, out/98. 132p.

EMERSON, Caryl. **Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba, PR: Criar Edições, 2003.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.) **Diálogos com Bakhtin**. 3.ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. 365p.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Consultoria: Mirian Aparecida Nogueira Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FLORES, Valdir do Nascimento. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte). In: **Letras de hoje**. Revista do Curso de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, v. 36, n.º 4, dezembro de 2001, pp. 7-67.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005. 125p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6.ed. tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. – 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 239p.

_____. **A ordem do discurso**. 5.ed. tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999. (Leituras Filosóficas). 79p.

_____. **O que é um autor?** Tradução portuguesa de Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 4.ed. Lisboa: Vega, 2000b.

FRANCELINO, Pedro Farias. **(Re)visitando as práticas de escrita na sala de aula: uma abordagem enunciativo-discursiva de produções textuais escolares**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa-PB: 2003.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux; tradutores Bethania Mariani... [et al.]**. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

GAULMYN, M.-M. (de) (1986) "Reformulation métadiscursive et genèse du discours", in *Etudes de Linguistique Appliquée*, 62.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. – (Texto e Linguagem). 252p.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Clara Luz, 2004.

_____. *et al.* **Análise do discurso: entornos do sentido**. Araraquara: UNESP, FLC, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução: Maria Fausta Pereira de Castro; com um posfácio de Oswald Ducrot. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. 241p.

HOLQUIST, Michael; CLARK, Katerina. **Mikhail Bakhtin**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998. – (Coleção Perspectiva).

JUBRAN, Clélia Cândida A. S. A metadiscursividade como recurso textual-interativo em entrevista televisiva. In: BARROS, Kazue S. M. de (Org.) **Produção textual: interação, processamento, variação**. Natal: EDUFRRN, 1999. 216p.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'énonciation**: de la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1980. 290p.

MACHADO, Ida Lúcia e MELLO, Renato de (Orgs.) **Gêneros**: reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2004. 352p.

MACHADO, Irene. **O romance e a voz**: a prosaica dialógica de Mikhail Bakhtin. Rio de Janeiro: Imago Ed., São Paulo: FAPESP, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**; tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. 198p.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Tradução: Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2000. 155p.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001. 238p.

MILNER, Jean Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MOREIRA DE SÁ *et al.* (Orgs) **A linguagem falada culta na cidade do Recife**: materiais para seu estudo. Vol. 2 – Elocuções Formais. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2005.

MOREL, M. A. Etude de quelques realisations de la fonction metadiscursive dans un corpus d'échanges oraux. In **DRLAV** 32, 1985. p. 93-116.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Ana Christina (Orgs.) **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v. 1. – 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 294p.

_____. **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v. 2. – 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 270p.

_____. **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. 480p.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3.ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2001b. 150p.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP: São Paulo: Cortez, 1988. 117p.

_____. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução: Bethania S. C. Mariani [et. Al.] – 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios). 281p.

_____. **Análise do discurso**: princípios & procedimentos. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2000. 100p.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi et al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. 317p.

_____. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, Pontes: 1990.

POSSENTI, Sírio. El sujeto como autor. El analisis del discurso y la escritura escolar. **Propuesta Educativa**, Buenos Aires, v. 6, nº 13, p. 76-80, 1995.

_____. O dado *dado* e o dado **dado**: o dado em análise do discurso. In: CASTRO, M. F. P. de (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. pp. 195-207.

_____. Pragmática na análise do discurso. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 30. Campinas: IEL/Unicamp, 1996. pp. 71-84.

_____. Enunciação, estilo e autoria. **Revista da FAEEBA**, Salvador-BA, v. 10, nº 15, p. 15-21. 2001.

_____. Índícios de autoria. **Perspectiva** – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis SC, v. 20, nº 1, p. 105-124, 2002.

_____. **Os limites do discurso**. Curitiba, PR: Criar Edições, 2003.

RISSE, Mercedes Sanfelice. A propriedade auto-reflexiva do metadiscurso, *In*: BARROS, Kazue S. M. de (Org.) **Produção textual**: interação, processamento, variação. Natal: EDUFRN, 1999. 216p.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**: completa e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2006. 222p.

SALAZAR-ORVIG, Anne. (1999) **Les mouvements du discours** – style, référence et dialogue dans des entretiens cliniques. Paris, l'Harmattan.

SARGENTINI, Vanice e NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.) **M. Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. 260p.

SOBRAL, Adair. **Autor, ethos, estilo**: breves considerações. s/d. Mimeo.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

TEZZA, Cristóvão. **Entre a prosa e a poesia**: Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro : Rocco, 2003. 319p.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise do discurso e psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2.ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2005. 210p.

TFOUNI, Leda Verdiani. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, Inês (Org.) *et al.* **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

_____. **Letramento e alfabetização**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47). 104p.

VOESE, Ingo (Org.) **Linguagem em (dis)curso**. V. 3, Número Especial. Tubarão, SC: Editora Unisul, 2003.

WATZLAWICK, Paul et al. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. Trad. de Álvaro Cabral. 15.ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. – (Coleção Na ponta da língua; v. 3). 168p.